ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 – Série VII – N.º 422
11 de Fevereiro de 1982

Preço: 15$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

GREVE GERAL
12 DE FEVEREIRO

- ***A preparação da greve geral de amanhã constitui já um poderoso movimento de massas que mobilizou centenas e centenas de milhar de trabalhadores***
- ***A escalada das pressões, ameaças e provocações do Governo «AD» revelam claramente o pânico das forças reaccionárias ante a poderosa afirmação do descontentamento popular***

Págs. centrais

Pág. 5

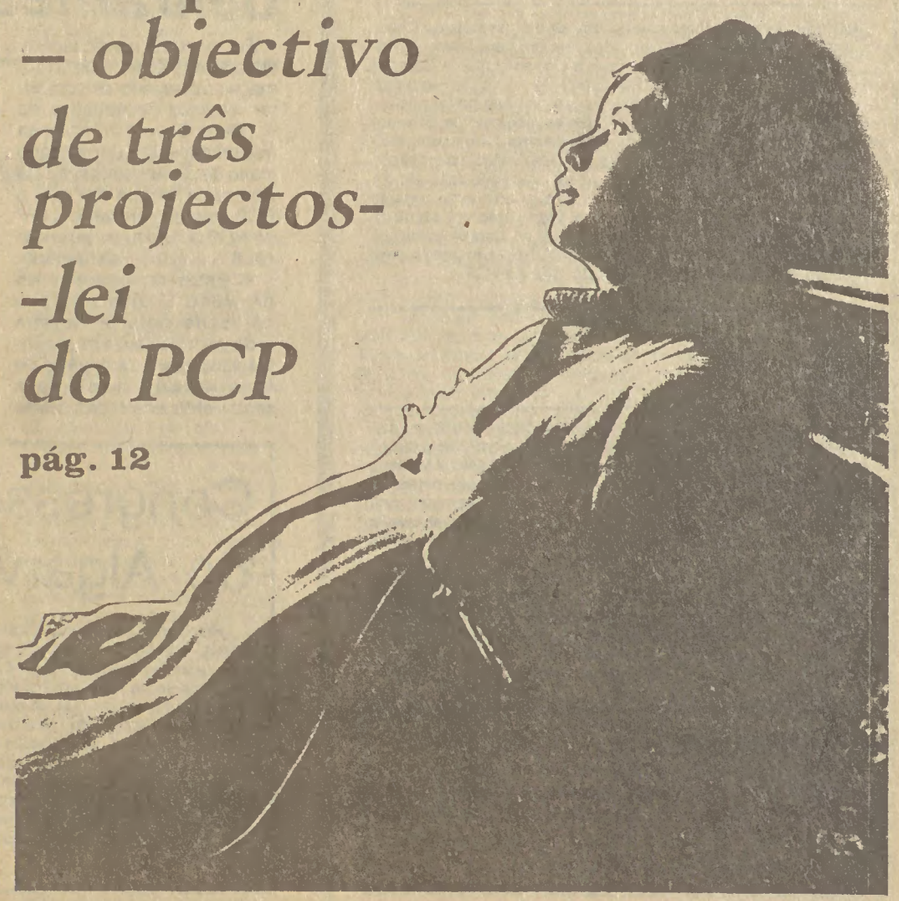
TABAQUEIRA: UMA GRANDE VITÓRIA

Terrorismo & provocação

«Tendo em conta o papel central que o aproveitamento de actos terroristas ocupa nas sucessivas declarações provocatórias do actual ministro da Administração Interna, é legítimo perguntar se, a par de outras personalidades da "AD", não será Ângelo Correia quem estará em melhores condições para esclarecer o povo português sobre o terrorismo» – **Notas da SIP do PCP na pág. 3**

Defender a maternidade como acto livre consciente e responsável – *objectivo de três projectos-lei do PCP*

pág. 12

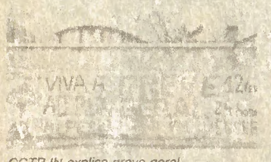


SEMANA Nacional

3
Quarta-feira

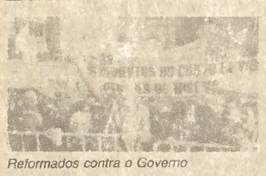
O Governo «AD» apresenta na Assembleia da República uma proposta de lei que pretende a alteração global da lei do recenseamento eleitoral de modo a, como acusou a oposição, criar mecanismos que lhe possibilitem manipular em seu benefício os votos dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro; Lino Lima, do PCP, salientou que, com as novas versões das leis do recenseamento, da nacionalidade e das autarquias «a AD pretende tentar perpetuar-se no poder» ■ A Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades decide finalmente apelar às mulheres portuguesas que pretendem emigrar para Espanha para que contactem primeiro aquele departamento, a fim de evitar os graves problemas de burlas que se têm vindo a registar em casos semelhantes e que a Imprensa portuguesa e espanhola vêm denunciando há mais de um ano ■ Organizações sindicais das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira anunciam o seu apoio à greve geral de 24 horas de dia 12.

4
Quinta-feira


CGTP-IN explica greve geral

Uma delegação do Secretariado Nacional da CGTP-IN é recebida pelo Conselho da Revolução, a seu pedido, para expor as razões que motivaram a convocação da greve geral de 24 horas ■ Os trabalhadores das empresas nacionalizadas dos transportes terrestres concentram-se frente ao Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, como protesto contra os entraves levantados pelo Governo às negociações no âmbito da revisão dos acordos daquelas empresas, contra o tecto salarial e contra as tentativas de destruição das empresas nacionalizadas ■ O CC do PCP envia uma saudação ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, por ocasião do 21.º aniversário do início da luta armada pela libertação de Angola ■ O Grupo Parlamentar do PCP entrega na AR três projectos de lei sobre a protecção e defesa da maternidade, garantia do direito ao planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez ■ Os trabalhadores da Tabaqueira conseguem uma importante vitória obtendo um aumento de 25 por cento da massa salarial global.

5
Sexta-feira


Reformados contra o Governo

O Grupo Parlamentar do PCP interpela o Governo na AR sobre a política laboral da AD ■ Milhares de reformados, convocados pelo MURPI, protestam por todo o País contra a política do Governo AD, exigindo aumentos de pensões e a gratuitidade de medicamentos e internamentos hospitalares, entre outras coisas ■ A Comissão Permanente da Comissão Política do PS anuncia que cabe a cada socialista tomar uma decisão quanto à greve geral convocada pela CGTP-IN, o que leva o Governo a reagir acusando aquele partido de se contradizer, ao mesmo tempo que o ameaça com o rompimento dos acordos PS/AD para a revisão constitucional ■ O Secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal revela em conferência de Imprensa que desde fins de 1979 até agora mais de dez mil trabalhadores do sector têxtil foram lançados no desemprego.

6
Sábado

A Comissão Promotora da Convenção Nacional Democrática anuncia que conta já com o apoio de 120 organizações de todo o País para o debate alargado sobre a revisão constitucional a realizar em Lisboa nos dias 20 e 21 de Março ■ Moradores do Porto manifestam-se naquela cidade contra a gestão AD na Câmara e no Governo, exigindo o direito à habitação condigna ■ O Sindicato dos Jornalistas anuncia a sua adesão à paralisação geral de dia 12 ■ Comerciantes do distrito de Lisboa, reunidos na Voz do Operário, manifestam-se contra a política do Governo AD e apoiam a greve geral ■ O chefe do PSD na Madeira, João Jardim, anuncia que não deitará «uma única lágrima se a AD estoirar» e ameaça formar um novo partido se o Governo Central não cumprir as promessas que lhe fez, designadamente o aeroporto intercontinental da região, orçado em 18 milhões de contos.

7
Domingo

Homenagem a Aquilino

Cinco mil pessoas e mais de 70 Conselhos Directivos de Baldios do Norte e Centro do País prestam homenagem em Soutosa a Aquilino Ribeiro, escritor que defendeu a posse dos baldios pelos povos serranos ■ A CGTP-IN manifesta vivo repúdio pelo atentado à bomba ontem registado na casa de Torres Couto, dirigente da UGT, bem como a ligação provocatória que este fez entre o ocorrido e a greve geral de dia 12 ■ No âmbito da Semana Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura Portuguesa milhares de agricultores reúnem-se em Vila Nova da Cerveira, Braga, Montemor-o-Velho e S. Bartolomeu de Messines.

8
Segunda-feira

Milhares de agricultores manifestam-se nos distritos de Coimbra, Leiria e Lisboa exigindo medidas que ponham termo à política de ruína da AD para a agricultura ■ O presidente da Câmara Municipal da Régua (PS) ameaça demitir-se «se o Governo não cumprir a promessa feita em 1979 de construir um bairro social» naquele vila ■ Meia centena de dirigentes sindicais da USL entregam na RTP um documento de protesto pela forma como tem sido noticiada a greve geral de sexta-feira e exigindo a divulgação da posição dos trabalhadores de apoio à paralisação de 24 horas ■ O Conselho Permanente do Episcopado toma posição contra o projecto de lei do PCP sobre a interrupção voluntária da gravidez ■ Marcelo Rebelo de Sousa foge ao debate televisivo com a CGTP-IN sobre a greve geral, que estava marcado para dia 11, bem como ao debate de quarta-feira na RDP.

9
Terça-feira

Agricultores de Viseu concentram-se naquela cidade e decidem a realização de um desfile de tractores para o próximo dia 16 como protesto contra a política AD para o sectôr. ■ Gentil Martins, dirigente dos barões da medicina, toma posição em nome da Ordem dos Médicos contra o aborto. ■ O PSD promove uma conferência de Imprensa para contestar a greve geral e aproveita para revelar a existência de «acordos suficientes» com o PS para a revisão da Constituição. ■ Estudantes bolseiros da Universidade Clássica de Lisboa ocupam os Serviços daquela Universidade protestando pelo facto da retribuição das suas bolsas de estudo não lhes ser paga há vários meses. ■ Professores de todos os graus de ensino concentram-se junto do MEU protestando contra a degradação das suas condições de vida e de trabalho.

Efeméride da Semana – No dia 7 de Fevereiro de 1927 eclodia em Lisboa uma tentativa de revolta das forças republicanas contra a ditadura do Estado Novo. Violentamente reprimida, provoca centenas de mortos e milhares de feridos.

Editorial

A FORÇA IRRESISTÍVEL DO MOVIMENTO POPULAR

Nos tempos que vivemos e no momento em que se agravam entre nós, de maneira excepcional, todos os factores de crise, certos conceitos adquirem expressão real sob o fogo dos acontecimentos.

A prática da vida lhes deu conteúdo e forma – a prática da vida os confirma e verifica.

No Portugal democrático nascido nas madrugadas de Abril, as liberdades conquistadas no ímpeto dos jovens capitães, irmanados com as aspirações mais profundas do seu povo, adquiriram contornos jurídicos e sistematização próprios na Lei Fundamental do País.

A Constituição da República (em tempos de revisão), esse nosso progressivo texto constitucional que as forças retrógradas do passado, empenhadas num plano subversivo contra a democracia, pretendem hoje triturar e afeiçoar à sua imagem e semelhança, consagra todo um sistema de poder sem paralelo nas chamadas democracias ocidentais e institucionaliza as grandes transformações económicas e sociais operadas sob iniciativa do povo.

Mas nela se consignam também direitos e liberdades fundamentais e formas de intervenção popular nos problemas do País e no desenvolvimento, consolidação e defesa do processo democrático que têm dado as suas provas ao longo dos anos e em momentos críticos da vida nacional.

Na crise actual, a mais complexa e difícil de quantas ocorreram depois do 25 de Abril, na qual a falência do Governo «AD» e da sua política se tornou manifesta e total, é significativo que as forças reaccionárias entrincheiradas no Poder e os seus aliados noutras áreas procurem restringir às únicas formas institucionais que controlam, os mecanismos legais de restabelecimento da normalidade democrática e da verdade política as quais pressupõem e exigem a sua demissão imediata.

Concretamente a «AD», o seu Governo e os seus aliados noutras áreas – como Mário Soares, por exemplo – procuram instilar no Povo português o falso conceito de que a única sede (á «sede própria», chamam-lhe eles) para a decisão da candente questão do Governo é a Assembleia da República.

É verdade que Mário Soares tem dito ultimamente que também o Presidente da República se quiser pode demitir a equipa Balsemão/Freitas – e de facto pode – mas di-lo apenas para responsabilizar o general Ramalho Eanes e para alijar as suas próprias responsabilidades pela continuação do Governo «AD».

Mas tanto a «AD» como Mário Soares, por formas diferentes, concordam na negação de uma outra «sede» de importância transcendente para a determinação da legitimidade do Governo, ou seja, do movimento popular e democrático nas expressões mais variadas que a Constituição consagra.

E contudo, cada vez mais, o movimento democrático e popular de massas se afirma como factor determinante de uma necessária viragem de política e de Governo, essencial para a continuação do regime democrático e para a superação da crise.

Durante todo o ano de 1981 e particularmente nos últimos dois meses a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD»/Balsemão/Freitas encontrou pela frente a firme resistência das massas populares, a luta cada vez mais determinada dos trabalhadores da cidade e do campo, dos pequenos e médios agricultores, da juventude, das mulheres, dos intelectuais, dos democratas e patriotas amantes da Paz e da independência nacional que em número superior a dois milhões de portugueses se manifestaram das mais diversas formas por reivindicações concretas e contra a política do Governo.

As razões objectivas desta poderosa e vasta movimentação de massas não só permanecem como em vários aspectos se agravaram e acumularam.

A greve geral de amanhã, convocada pela CGTP-Intersindical e apoiada por todas as forças progressistas do País, é o corolário lógico de todo um processo em que intervêm a obstinada recusa do Governo de escutar e atender reivindicações legítimas das mais largas camadas da população portuguesa e a firme vontade e luta das massas populares para lhe pôr cobro e impor uma viragem de política e de Governo que abra o caminho à solução dos agudos problemas do Povo e do País.

A grande jornada nacional de luta de amanhã, 12 de Fevereiro, sob a forma de greve geral de 24 horas, tem recolhido a adesão entusiástica da imensa maioria dos trabalhadores.

Cerca de quatro mil plenários de empresas e de classes profissionais de todo o País e 258 organizações sindicais, em que se incluem 73 não filiadas na CGTP-IN, integrando 17 Federações sindicais, em votações democráticas maciças têm-se manifestado quase unanimemente pela afirmativa em resposta ao apelo da CGTP e de outras estruturas do movimento sindical que deram o seu apoio à greve. Os pré-avisos de greve abrangem um efectivo organizado de dois milhões de trabalhadores.

Para todos torna-se cada vez mais evidente que uma viragem radical da política laboral a nível governativo só é possível com a demissão imediata do Governo «AD»/Balsemão/Freitas que tem mostrado exuberantemente não só a sua cara de classe ao serviço dos exploradores como a sua total incapacidade para solucionar os graves problemas dos explorados.

Incapaz de os resolver, o Governo «AD»/Balsemão/Freitas agrava-os a todos numa escala insustentável; é para os métodos terroristas de intimidação e de repressão contra os trabalhadores e violando abertamente a legalidade democrática que mobiliza a sua máquina de contrapropaganda e diversão ideológica, que deita mão dos recursos e das alavancas do Poder.

E neste sinistro labor antidemocrático, em desespero de causa, a coligação governante põe em movimento os seus agentes e marionetes, o pânico apossa-se dos ministros e chefes da «AD» – não é para o diálogo imediato e resolutivo com o movimento sindical unitário e para a satisfação das suas justas reivindicações mas para a confrontação com os trabalhadores que o Governo vira o fundamental da sua actividade.

Os meios de comunicação social do Estado, em especial a TV e a Rádio são escandalosamente manipulados pelos governantes e dirigentes da «AD» para combater a greve, caluniar o movimento operário, atacar as forças democráticas mais consequentes, duma forma muito particular o PCP.

E entretanto, de todo este vozear de papões, destas desesperadas andanças dos chefes e ministros da «AD», das suas raivosas ameaças, uma realidade se afirma clara, insofismável, já impossível de esconder aos olhos dos portugueses: a fraqueza do Governo, o seu isolamento do povo e da nação, o seu medo pânico pela força e consequências da greve geral de amanhã.

O Governo «AD»/Balsemão/Freitas tem consciência de que nas próximas 24 horas pode jogar-se o seu destino.

É nesta conjuntura que aparece em toda a sua abjecção o papel traidor do divisionismo no seio do movimento operário e sindical, em especial dos lacaios da UGT.

Nos últimos dias multiplica-se a actividade frenética dos marionetes da UGT em estreita coordenação com as desesperadas manobras da «AD» na vã empreitada de quebrar a imparável combatividade e a unidade dos trabalhadores.

Há uma estreita relação entre o terrorismo bombista e o divisionismo dos agentes da reacção e do grande capital sob a capa da UGT.

A bomba na casa de Torres Couto funcionou como «credencial» para a fantochada das suas negociações (dos seus negócios...) com o Governo e com a «AD».

Contudo, o «acordo» de terça-feira entre a UGT e o Governo para o aumento de 25,5% na Carris, não funciona como prova da disposição dos governantes de abrir os «cordões à bolsa» aos trabalhadores pelas boas graças da UGT – o aumento da Carris, representa, queiram ou não os governantes da «AD», uma nova ruptura do tecto salarial que o Governo queria manter nos 17%, e é, de facto desde logo, uma vitória antecipada da greve geral de amanhã.

Da mesma forma, a mudança da oposição frontal de Mário Soares e da Comissão Permanente do PS para uma aparente neutralidade é, desde já, o fruto da unidade dos trabalhadores, o resultado da disposição de muitos milhares de trabalhadores socialistas de ombrearem com os seus companheiros comunistas e de outras tendências na greve do dia 12.

O divisionismo sob todas as suas formas mete água por todas as fendas, a greve geral de amanhã constituirá uma grandiosa jornada nacional de luta contra a política do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, pela sua demissão imediata, por uma viragem de política e de Governo que corresponda aos interesses das mais amplas camadas populares.

O Partido Comunista Português está de alma e coração com a justa luta dos trabalhadores, apoia com todas as suas forças a greve geral de amanhã, irmana-se com ela nos seus objectivos fundamentais.

A greve geral de amanhã não é um rasgo subversivo como querem fazer crer os próceres da «AD» – é um legítimo direito constitucional que o Governo é obrigado a respeitar.

Não se podem iludir, taxando-as de pura agitação política, as causas objectivas que conduziram os trabalhadores portugueses ao recurso a formas superiores de luta.

Sim, a greve geral de amanhã, por culpa do Governo e pela elevada consciência dos trabalhadores portugueses resultará numa grandiosa jornada política, plena de consequências contra a «AD» e a sua política; constituirá um impulso decisivo para a demissão do Governo Balsemão/Freitas, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um Governo democrático que assegure com honestidade a realização de eleições antecipadas.

O movimento popular é a força irresistível e determinante da defesa da democracia e do 25 de Abril.

PCP

Álvaro Cunhal na RTP

Não estamos a inventar um golpe de Estado da «AD»

No tempo de antena da Televisão reservado ao PCP e que foi transmitido na passada segunda-feira, logo após o «Telejornal», o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, analisou a situação política actual, começando por sublinhar dois aspectos fundamentais.

O completo desastre a que o Governo «AD» está a conduzir o nosso povo e o nosso País e o verdadeiro golpe de Estado que representa a revisão da Constituição como está a ser realizada.

Sobre a questão da revisão constitucional, afirmaria o camarada Álvaro Cunhal:

É ou não verdade que a revisão da Constituição (tal como está a ser preparada pelo acordo da «AD» com o secretário-geral do PS dr. Mário Soares) é um perigo para a democracia e significaria, se fosse aprovada, um autêntico golpe de Estado?

Há certamente, quem duvide.

Mas nós não estamos a inventar.

Falamos na base do que se tem passado na Comissão de Revisão da Constituição da Assembleia da República.

Em que consiste esse golpe de Estado?

1.º Liquidar o Conselho da Revolução e fazer desaparecer assim a existência de um órgão de soberania que possa declarar inconstitucionais leis do governo e da Assembleia da República.

2.º Tirar ao Presidente da República por um lado o poder de demitir o governo e dissolver a Assembleia da República, por outro lado, as competências militares e passá-las para o governo de forma a que a «AD» possa indicar os Chefes de Estado-Maior, para restaurar uma hierarquia militar fascista ou fascizante, e possa assim passar a controlar, a administrar, a dirigir e a comandar as Forças Armadas.

3.º Forçar o actual Presidente da República a demitir-se e substituí-lo por um Presidente da República da confiança da «AD».

4.º Modificar o sistema eleitoral e as leis eleitorais de maneira a tornar as eleições uma farsa digna dos tempos de Salazar e Caetano.

5.º (Finalmente) liquidar assim as conquistas de Abril, as liberdades, o regime democrático.

A «AD» conseguiria assim ter:

— uma Assembleia da República «AD» para fazer leis;

— um Tribunal Constitucional «AD» para declarar que essas leis são constitucionais;

— um Presidente da República «AD» para promulgá-las;

— um aparelho judicial «AD» para dar sentenças favoráveis à «AD»;

— um serviço de informações e um aparelho repressivo «AD» para esmagar a resistência do povo;

— e Forças Armadas «AD» para, se necessário, obrigar pela força o povo a submeter-se a nova ditadura.

As propostas do PCP

Realçando que o PCP não exagera absolutamente nada ao apresentar o perigo de um tal golpe de Estado, o camarada Álvaro Cunhal falou a seguir das propostas apresentadas pelo PCP, não só para pôr termo à acção antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD», como para impedir o golpe de Estado que se prepara através da revisão inconstitucional da Constituição.

Frisando a necessidade de quatro medidas em que o PCP tem insistido e que são a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão que assegure o carácter democrático das eleições e eleições gerais antecipadas, o secretário-geral do PCP acentuou a justeza de tais reclamações, pois muito embora haja quem afirme que o Governo é mau mas tem legitimidade para governar em virtude de ter obtido a maioria de deputados nas eleições de 5 de Outubro de 1980, os comunistas contestam tal legitimidade. E declarou:

Em primeiro lugar, o regime democrático não pode reconhecer legitimidade de governar aqueles que usam o poder para violar a Constituição e a legalidade e destruir o próprio regime.

Em segundo lugar, todos nos lembramos de como a «AD» abusou do poder e recorreu a processos antidemocráticos para conseguir tal resultado eleitoral.

Em terceiro lugar, pouco depois, nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro foi a derrota estrondosa do candidato da «AD» Soares Carneiro, ao qual a «AD» ligou a sua própria sorte.

Em quarto lugar porque, de então para cá, sem qualquer sombra de dúvida a «AD» tem visto reduzir-se dia a dia a sua base de apoio social, político e eleitoral.

A «AD» por água abaixo

Interrogando directamente os telespectadores Álvaro Cunhal diria a seguir:

Quantos de vós, que votastes na «AD» estais hoje contra o Governo da mesma «AD»?

Quem pode estar satisfeito com a «AD»? As eleições parciais para as autarquias que ultimamente se têm verificado revelam que por toda a parte a «AD» vem por água abaixo è perde votos em catadupas.

Recentemente, num exemplo focado pelo secretário-geral do PCP, nas eleições de Santo Ildefonso, a «AD» perdeu 3407 votos, 49 por cento dos votos obtidos nas anteriores eleições e em Fiães, perdeu 400 votos, 27 por cento.

No prosseguimento da sua intervenção o camarada Álvaro Cunhal aludiu ainda à ilusão em que alguns incorrem quando, considerando necessárias as medidas propostas pelo PCP, defendem que elas só se justificam depois da revisão da Constituição.

Depois da revisão, depois da «AD» se apossar das Forças Armadas poderá ser tarde — frisou Álvaro Cunhal. E adiantou:

Além do mais ninguém poderá contestar o carácter democrático da solução que propomos.

No discurso proferido durante o tempo de antena televisivo o secretário-geral do PCP apelou também para a participação de todos os portugueses na greve geral do próximo dia 12, que **será sem dúvida uma grande demonstração da determinação dos trabalhadores e do Povo português em geral de defenderem firmemente os seus interesses e direitos, as liberdades, o regime democrático.**

Fantasias delirantes

Em resposta a solicitações de diversas órgãos de informação no sentido de comentar recentes declarações do dr. Mário Soares à imprensa espanhola sobre um alegado plano de desestabilização da Península Ibérica em que o PCP estaria envolvido, a SIP do PCP divulgou no passado dia 5 o seguinte comentário:

1. Estas declarações do dr. Mário Soares não são novidade pois já haviam sido produzidas em recentes entrevistas a órgãos de informação nacionais tendo sido acolhidas como delirantes fantasias.

2. Entretanto, face à insistência do dr. Mário Soares nestas calúnias evidentes, agora em órgãos de imprensa estrangeira, o PCP não pode deixar de lamentar que o secretário-geral do PS, em manifestas dificuldades para justificar as suas efectivas alianças e compromissos com as forças reaccionárias portuguesas e o seu governo, multiplique afirmações irresponsáveis de tão baixo estofo e de carácter provocatório.

Congresso do Algarve

Promovido pelo **Racal Club de Silves**, vai realizar-se no Hotel Balaia, em Albufeira, o II Congresso Nacional sobre o Algarve, nos próximos dias 12, 13 e 14 de Fevereiro.

Trata-se de fazer um balanço e discutir medidas para vencer atrasos e carências que se colocam ao Algarve, na perspectiva, muito diversificada, de cada um dos intervenientes.

No Congresso participarão com importantes trabalhos, entre outros membros da direcção do Partido: **Carlos Brito**, com uma intervenção sobre «Os Problemas da Regionalização»; **José Vitoriano**, sobre «A Agricultura no Algarve»; **Margardida Tengarrinha**, sobre «Os Recursos Hídricos e as suas Incidências na Agricultura»; e **Victor Neto**, sobre os «Problemas do Turismo no Algarve».

problemas da paz e do socialismo

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

UM PANORAMA MENSAL DOS GRANDES ACONTECIMENTOS MUNDIAIS

edições Avante!

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha – 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul
Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro 54038

Assembleia da República

Provocação e calúnias da AD entram pela Assembleia dentro

A 'AD' encosta-se à parede e gesticula. Grita porque o chão parece já fugir-lhe debaixo dos pés.
Enquanto que, cá fora, os órgãos de comunicação social nas mãos do Governo – com algumas ajudas inconscientes ou oportunistas – desencadeiam uma operação histérica anti-PCP, na Assembleia da República a tentação é grande de fazer o mesmo.
A iniciativa está do lado dos trabalhadores e dos democratas, está, pois, do lado do Partido Comunista Português. Do outro lado reina a desorientação. E o pânico. Os últimos dias, na AR, parecem demonstrar isso mesmo.

Na quinta-feira passada, o grupo parlamentar do PCP apresentou à imprensa e entregou na mesa da AR, três projectos de lei sobre a defesa da maternidade, sobre o planeamento familiar e a educação sexual e sobre a interrupção voluntária da gravidez. Com estes três projectos, que considera indissociáveis e sobre os quais uma entrevista à camarada Zita Seabra, que publicamos neste número, explica a importância, o PCP aborda e propõe soluções para graves problemas da sociedade portuguesa. Ao mesmo tempo estes projectos iriam revelar mais brechas e divisões entre a maioria. Enquanto se vinha a saber que a interrupção voluntária da gravidez não constitui questão intocável para alguns deputados da maioria, outros – hipocritamente ou não – iniciavam o chinfrim anticomunista.

O próprio Presidente da AR se mostrou hesitante em receber o último dos três projectos comunistas, enquanto as movimentações de bastidores no seio da 'AD' o chamaram à razão, pelo menos formalmente.

Depois era a questão da greve geral marcada para amanhã. Enquanto o ministro do interior aparecia na TV a ameaçar com a polícia, na AR, os partidos de direita preparavam-se para gritar que a greve ia destruir o regime. A passada terça-feira foi, pois, como era de esperar, o dia em que a provocação e a calúnia entrou pela AR dentro, pela mão da 'AD'. Dia das «bombas», dos «abortos», das «insurreições».

Greve geral será um sucesso

A partir do momento em que o primeiro orador do dia – o camarada Jorge Lemos, do PCP – subiu à tribuna para desmascarar as provocações, quer terroristas, quer governamentais, e afirmar o apoio dos comunistas à greve que os sindicatos macaram para amanhã, a atmosfera carregou-se. Palmadas nas mesas da 'AD', gritos e provocações da direita, silêncio nas bancadas do PS.

Jorge Lemos, sublinhando por um lado que **o grandioso trabalho preparatório** e o apoio maciço que a iniciativa da greve tem recebido, anuncia já que ela vai ser um sucesso evidente, denunciou **que é neste preciso momento de claro ascenso da luta popular, que as forças de direita multiplicam as acções provocatórias e sobem de tom as histéricas calúnias e ameaças contra o movimento operário, integradas numa campanha geral onde não deixam de avultar as posições de ministros e de dirigentes da 'AD'.**

O rebentamento de uma bomba ocorrido junto da residência do secretário-geral da UGT é em si mesmo um acto provocatório destinado, na situação complexa que actualmente se vive, a ser usado contra o movimento operário e popular e seus objectivos.

O deputado comunista verberou depois **o esquema simples e nem sequer inovador** da direita, que, apoiando-se na comunicação social, pretendeu criar uma situação de alarme junto da opinião pública, inventando **toda uma situação de perturbação do funcionamento das instituições.**

Neste quadro, afirmou mais adiante Jorge Lemos, **a farsa montada pela RTP 1 no telejornal do dia 7 de Janeiro, da concessão de quase dez minutos de tempo de antena ao senhor ministro Correia da 'AD' quase daria para rir face à figura feita pelo ministro que cada vez mais se revela no sentido exacto do canastrão que é. Mas o riso não pode ser a attude a tomar, já que o ridículo se associa por fim a um discurso recheado de ameaças e violência, designadamente no anúncio de preparativos policiais sem qualquer justificação ou base legítima.**

O discurso de Jorge Lemos não caiu bem na direita. Sobretudo o que teria desgostado a direita foram as palavras anunciadoras do êxito que a greve vai ter.

Rocha de Almeida, do PSD, levantou de novo as provocações evocando a Marinha Grande, acusando o PCP de apoiar o terrorismo. Beiroco, do CDS, acusou o PCP de antidemocrático. Robalo, também do CDS, a pretexto da questão das declarações da embaixada da URSS sobre as declarações de Mário Soares, também atacou o PCP.

Luís Coimbra, do PPM também entrou nesta dança. Com uma diferença: é que deu a entender que a aparição de Ângelo Correia na TV não servia os desígnios da 'AD'. Talvez temesse que as palavras alarmistas do ministro do interior fizessem mais gente ficar em casa no dia 12...

Jorge Lemos, denunciando a hipocrisia das acusações da direita, lembrou que, afinal, os fascistas estão sentados na bancada do CDS. Por exemplo um ministro do fascismo. Aí, o Presidente da Assembleia, Oliveira Dias, do CDS, não se conteve. E, apesar de ter deixado passar os insultos ao PCP, pretendeu calar o deputado comunista. «Doeu-se», como se ouviu na bancada comunista. De facto, as atitudes deste presidente são cada vez mais parciais.

Nelson em tragédia

O deputado Sousa Tavares subiu depois à tribuna. Com o gesto vestido de tragédia, comparou-se a Nelson. Da série da televisão? Quem sabe! O certo é que ia fazer avisos solenes. Começou assim:

«Neste momento grave da vida nacional»...

Mas poupemos o leitor ao discurso. O que Sousa Tavares afirmou foi que a greve geral era dirigida «contra a democracia, contra a liberdade política e contra a própria independência nacional».

«Neste processo criminoso da greve geral», perguntou ele, medonho e fero, «quais são os elementos de legitimidade com que se pretende justificar o acto que, para Marx e para Sorel, que o teorizou, seria a apoteose da evolução monopolista do capitalismo e a ascensão ao poder da ditadura do proletariado?»

Alinhando com o teórico do jornal fascista «O Diabo», o director da «Capital» achava que a greve de 12 de Fevereiro era a insurreição geral. Sentindo-se sozinho e desamparado, apelava para o PS: «Se o Governo oscilasse perante esta greve seria – e o PS tem a obrigação estrita de o saber –, o fim da democracia parlamentar em Portugal. Não oscilará; e a Pátria saberá reagir ao assalto desestabilizador, ordenado, como muito bem o disse Mário Soares, por um poder imperialista estrangeiro».

O PS deixou-o sozinho com as suas preocupações. Registaram-se até algumas intervenções que se distanciaram do pedido de ajuda de Sousa Tavares, que se dispôs logo a dar o dito por não dito.

Carlos Brito descansou-o: **É apenas uma greve geral de 24 horas, senhor deputado! É só um Governo e a política da 'AD' que está em causa, é apenas o Governo mais desastroso depois do 25 de Abril que está em causa**, disse o dirigente comunista, para desfazer confusões. E, seguidamente, explicou o enervado comportamento do deputado do PSD:

É por saber do isolamento nacional, que a 'AD' está em pânico. É por isso que Sousa Tavares vem aqui apelar para os outros. Porque a 'AD' está sozinha. Porque sente a 'AD' ir ao fundo!

Terminava assim o acalorado período de antes da Ordem do Dia, de anteontem. Depois, o trabalho. E aqui, de novo, uma iniciativa comunista. O camarada Octávio Teixeira apresentou o projecto 300/II, do PCP, sobre o Enquadramento do Plano Nacional de Habitação, que, acentuou, só poderá vir a ser concretizado e possível no quadro de um Governo Democrático. O projecto mereceria, da parte do PS, o apoio expresso nas linhas gerais, congratulando-se Sousa Gomes pela sua apresentação.

Mais tarde, o pedido de inquérito do PS à actuação da Comissão de Gestão da RTP seria rejeitado pela 'AD' – desfalcada do PPM que se absteve. Os ratos abandonam o navio?

Continuar no Poder para fazer negócios

Apesar de temer que o fim esteja próximo, o Governo não desiste de, à força de apresentação de propostas de Lei, tentar criar em Portugal um quadro legislativo onde as forças que o apoiam possam continuar a encontrar facilidade de movimentos e poder etermizar-se à frente de órgãos de soberania. Desta feita fez aprovar na generalidade uma proposta de lei que visa fabricar eleitores «AD» no estrangeiro. A «AD» sentada no parlamento não mexe uma palha. Não tem iniciativa. Limita-se – e desde há muito – a levantar-se e a sentar-se ao sabor do que manda o executivo. Não há memória de um Governo que, como este, contasse apenas com a Assembleia para dar o sim aos seus desígnios.

Os últimos dias da semana passada, foram – à parte uma reunião plenária dedicada às perguntas ao Governo que se previa continuasse ontem – quase exclusivamente dedicados ao debate da proposta de lei que pretende alterar a actual legislação sobre o recenseamento eleitoral. Toda a oposição se manifestou desfavorávelmente, com especial destaque para as intervenções de João Lima, do PS, e do camarada Lino Lima, que acusaria frotalmente a «AD» de querer fabricar eleitores.

Há muito que o PCP denuncia o projecto da «AD» de tentar perpetuar-se no Poder – afirmou – **através de um conjunto de leis – lei da nacionalidade, lei do recenseamento e lei eleitoral – que lhe permitam viciar a vontade dos portugueses expressa nas diversas consultas eleitorais através das quais participam na vida pública para designar os titulares dos órgãos electivos de soberania, das regiões autónomas e do poder local. É um projecto antigo e descarado – este da «AD» – que tem precedentes próximos e longínquos no nosso país.**

Depois de sublinhar que ali mesmo na Assembleia, muitos deputados se podem lembrar de terem vivido as chamadas «eleições» do tempo do fascismo, em que tudo era feito para impedir e desanimar a expressão genuina da vontade dos cidadãos, Lino Lima distinguiu os métodos do tempo do fascismo – a violência – e os da monarquia – habilidades formais – que conduziam aos mesmos resultados.

Assim – continuou – **o projecto da «AD» não é inovador mas, como aqueles, antidemocrático. E quando ainda estamos tão próximos dos processos do regime fascista e tão próximos do 25 de Abril que lhe deu termo, a insistência da «AD» em uma outra «ignóbil porcaria» não pode deixar de nos sugerir a necessidade de lembrar nesta Assembleia que, quando se começa a deslustrar a vontade popular através de habilidades legislativas, se inicia o caminho que leva depois a amordaçá-la por meios violentos.**

Quais são então as habilidades formais que a «AD» pretende ver consagradas em lei?

Com o objectivo de fabricar o máximo de eleitores possível no estrangeiro, sobretudo **alargando a sua coutada**, como disse Lino Lima, **com a colaboração dos comendadores brasileiros e dos fascistas da África do Sul, da Argentina e de outros países onde não há liberdade**, a «AD», jogando com o desconhecimento da realidade portuguesa que muitos residentes no estrangeiro não podem evitar, propõ-se:

– punir os residentes no estrangeiro quando não se inscrevam por sua iniciativa tornando lá o recenseamento obrigatório;

– confiar ao aparelho burocrático do MNE a tarefa de preencher, independentemente da iniciativa dos interessados os verbetes de inscrição de todos os residentes no estrangeiro, intimando-os a assiná-los;

– autorizar a inscrição por via postal, sistema que carece de qualquer garantia de genuinidade;

– permitir a inscrição de cidadãos cuja nacionalidade portuguesa seja duvidosa. A conjugação desta norma com a actual lei da nacionalidade vai permitir a inclusão no recensamento e consequente exercício do direito de voto a cidadãos não nacionais;

– consagrar o já decretado alargamento das áreas de jurisdição dos postos consulares, só para efeitos eleitorais, à medida das conveniências do Governo;

– proibir aos residentes no estrangeiro o cancelamento voluntário da inscrição no recensamento e tornar obrigatória a respectiva transferência em caso de mudança de residência.

A pesca afoga-se

Sou pescador e não especialista em matemática, mas quem é que não vê que se trata de um mau negócio para a SNAPA e para o País? – perguntou na quinta-feira passada, em intervenção sobre a tentativa de liquidar uma das melhores empresas nacionalizadas, o camarada Carlos Espadinha, do PCP.

Falando sobre a sistemática política de boicote que a Sociedade Nacional de Armadores de Pesca do Arrasto tem sofrido particularmente de há três anos para cá, assim como outras empresas do sector, o deputado comunista denunciou a **sanha destruidora do Governo «AD»**, que **tem conduzido o sector nacionalizado da pesca à quase total asfixia.**

É evidente – disse – **que os sucessivos governos nunca estiveram, nem o Governo «AD» está interessado na viabilização destas empresas. Pelo contrário, trata-se de uma política deliberada de destruição que visa em última análise entregar aos armadores privados os importantes meios de produção que estas empresas possuem.**

E se antes este objectivo era mais ou menos camuflado, hoje o Governo já anunciou claramente a intenção de liquidar estas empresas, como é o caso da SNAPA. De facto, criou-se tal situação a esta empresa, que neste momento está em vias de desaparecimento, de perder todas as suas cotas de pesca na África do Sul e de ficar sem todos os seus barcos, a começar pelos que estão na África do Sul, se até hoje, dia 4, não forem pagas as dívidas que a SNAPA tem naquele país.

E o mais grave de tudo isto – acentuou Carlos Espadinha – **é que esta empresa é sem dúvida aquela que, no sector nacionalizado, melhores navios tem. Se se deixar que estes navios sejam vendidos ao desbarato (recorde-se que a dívida é de 140 mil contos), nem com três milhões de contos se consegue construir novos para os substituir.**

É um mau negócio para o País mas é um bom negócio para os amiguinhos dos senhores do Governo «AD».

Poder local

Em Aveiro
Encontro Distrital sobre autarquias

Com a presença dos camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e de Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP, realizou-se no passado domingo em Oliveira de Azeméis o Encontro Distrital de Aveiro do PCP sobre Autarquias Locais, que mobilizou mais de 500 pessoas, com particular relevo para jovens e mulheres. "Em 1976 éramos 20 pessoas a preparar as eleições autárquicas neste distrito, e hoje somos 500", constataria Carlos Costa na sua intervenção, sublinhando assim o extraordinário crescimento da APU no distrito, bem evidente nos resultados obtidos não apenas através de sucessivos actos eleitorais nacionais mas também na recente vitória verificada nas eleições intercalares em Fiães, em 31 de Janeiro último.

«O Poder Local democrático consagrado na Constituição da República Portuguesa é uma das principais conquistas do nosso povo e do Portugal de Abril. É um instrumento essencial e valioso para a resolução dos problemas do povo e para a transformação das condições de vida das populações". Assim começa o Manifesto aprovado no Encontro, que recordaria mais à frente "as forças reaccionárias tudo têm feito para diminuir, corromper e sabotar o significado do Poder Local democrático e o trabalho, honestidade e competência dos membros do PCP e dos seus aliados da APU na defesa dos interesses das populações e do País. O 'pacote laboral' elaborado pela 'AD' é um autêntico crime contra os interesses fundamentais das populações".

E acrescentava o documento, antes de enumerar os 12 pontos que deram forma às conclusões do Encontro Distrital de Aveiro do PCP sobre Autarquias Locais: "Apesar de seriamente ameaçado pelo autêntico golpe de Estado que se prepara através da revisão inconstitucional da Constituição com o conluio do PS/Mário Soares, o Poder Local democrático continua vivo e forte, dinâmico e confiante como demonstram categoricamente as inúmeras obras realizadas e o apoio crescente das populações ao PCP e à APU com os exemplos bem significativos de Loures, Miragaia, Valpaços e agora de Fiães, a primeira Freguesia APU no distrito de Aveiro".

Doze pontos

As conclusões deste Encontro denunciariam em primeiro lugar a incompetência, compadrio, corrupção, absentismo e inactividade que caracterizam a quase generalidade das 19 Câmaras e 198 Freguesias de gestão "AD" (em certos casos agravados por igual negligência de eleitos do PS), chamando-se a atenção para as deficiências que existem na necessária informação sobre o empenho dos eleitos da APU na resolução dos problemas locais, bem como sobre as arbitrariedades, corrupção e atropelos à legislação em vigor praticados por parte dos eleitos da "AD".

Nos quatro pontos seguintes apontar-se-ia para "a imperiosa necessidade de se avançar rapidamente e com audácia, energia e determinação para a formação de listas nas Freguesias e Concelhos", recordando-se que em 1979 a APU concorreu em 121 das 198 Freguesias existentes no distrito de Aveiro, havendo agora possibilidades, nas eleições autárquicas no fim deste ano, de se concorrer em 161, sendo de lutar para se concorrer em **todas**.

Apontada igualmente a possibilidade de se atingir a maioria APU em sete Freguesias do Distrito, de aumentar o número de mandatos, quer nos executivos camarários, ou nas Assembleias municipais ou de Freguesia. E, é claro, a necessidade de, "mais do que nas últimas eleições, integrar nas listas APU democratas independentes e homens e mulheres honestos de outros partidos, representativos dos mais variados sectores económicos e sociais dos respectivos Concelhos e Freguesias".

A necessidade de se prestar toda a atenção às próximas eleições autárquicas de 1982 seria, de resto, bem expressa no Manifesto do Encontro, que concluiria "da urgência de se constituirem comissões a nível do Concelho e da Freguesia, viradas fundamentalmente para a formação de listas", devendo as comissões concelhias do Partido e as comissões de Freguesia dirigir politicamente este trabalho.

Chamar-se-ia ainda a atenção para as próximas eleições intercalares a realizar em Frossos (Albergaria-a-Velha) e S. Vicente de Pereiro (Ovar), marcadas para 4 de Abril.

Carlos Costa: "Em 1967 éramos 20 pessoas a preparar as eleições autárquicas neste distrito, e hoje somos 500".

As últimas intercalares
«AD» perdeu 44% dos seus votos!

A Comissão Nacional da Aliança Povo Unido (APU) vai reunir no próximo dia 13 de Março, em Lisboa, segundo anuncia em comunicado à imprensa a sua comissão coordenadora.
Objectivos: proceder ao balanço da actividade realizada e debater o trabalho e as perspectivas relativamente às eleições autárquicas de 1982. Entretanto o comunicado refere ainda algumas apreciações dos resultados das mais recentes eleições suplementares para órgãos autárquicos feitas pela comissão coordenadora da APU e ainda uma análise sobre o «pacote» legislativo sobre a matéria recentemente apresentada pelo Governo.

Olhando para os resultados das eleições suplementares do passado dia 31 de Janeiro realizadas para as Assembleias de Freguesia de Fiães (Aveiro), Santo Ildefonso (Porto) e Mosteiros (Ponta Delgada, Açores), verifica-se o reforço global da **APU, única força que sobe em número de votos, em percentagem e mandatos nas três eleições**, e **a perda de 44% de votos pela «AD»** e pelos Partidos que a integram **no conjunto das três eleições**, o que «traduz o profundo descontentamento que a sua política geral provoca e o crescente descrédito resultante do seu estilo de gestão caciqueiro, desinteressado, antidemocrático e até corrupto em muitos órgãos de Poder Local».

Por outro lado, como sublinha a Comissão Coordenadora da CN da APU, «o PS continua a perder votos, desta vez 34% nas três eleições, pagando assim nas urnas o demissionismo e o colaboracionismo com a direita, a sua participação em campanhas contra a APU e os partidos que a integram, a sua actividade desagregadora e divisionista no campo democrático, a sua falta de combatividade e desleixo em muitas autarquias».

Apreciando o «pacote» legislativo sobre o Poder Local recentemente apresentado pelo Governo, a Comissão Coordenadora da APU considera que, quer globalmente quer cada um dos diplomas que o Governo apresentou, constituiriam rudes golpes sobre a democraticidade e autonomia do Poder Local.

Assim, «a Lei Eleitoral para os órgãos autárquicos prejudicaria irremediavelmente a seriedade das eleições ao generalizar abusivamente o voto por correspondência e ao retirar quaisquer garantias ao seu exercício e limitaria seriamente a liberdade de propaganda».

Também «a Lei das Autarquias, que substituiria a actual Lei n.º 79/77, diminuiria drasticamente o número de membros das Assembleias de Freguesia e, em menor medida, das Assembleias Municipais, retiraria a administração e usufruto dos baldios aos povos respectivos, reforçaria o presidencialismo e diminuiria o papel e o peso das assembleias na gestão municipal e eliminaria os direitos das Comissões de Moradores face ao Poder Local».

E prossegue o comunicado da Comissão Coordenadora da CN da APU: «A proposta de Lei de Finanças Locais confirmaria os sucessivos esbulhos que Governos de direita têm sujeito as autarquias, tornaria os municípios mais carecidos de recursos e as regiões menos desenvolvidas ainda mais pobres, diminuiria ainda mais a capacidade financeira das Freguesias, introduziria e reforçaria os mecanismos que permitem a distribuição discriminatória de verbas pelas autarquias, eliminaria a bonificação das taxas de juros nos empréstimos concedidos ao Poder Local».

Igualmente «a lei de delimitação de responsabilidades do Poder Central e Local em matéria de investimentos, introduziria factores de incerteza e subjectividade no processo de transferência dos novos encargos para as autarquias, não incluiria suficientes garantias de que a transferência de novos encargos seria acompanhada de suficientes recursos financeiros, eliminaria normas constantes de um projecto já unanimemente aprovado em 27 de Julho de 1979 (incluindo pelos partidos da AD) sobre esta matéria, que conferia aos Municípios poderes para controlar o uso do solo».

E conclui o comunicado: «A proposta de lei sobre investimentos intermunicipais, por sua vez, visa consagrar e sistematizar a restauração parcial do sistema de subsídios e comparticipações, já amplamente condenado por autarquias e pelas populações e justamente abolido pela Lei das Finanças Locais».

Nacional

Manobra infantil

• O debate na TV de que o Governo teve medo

Relativamente à posição agora tornada pública pelo Governo acerca de um debate na televisão sobre a greve geral, a SIP do PCP considera necessário sublinhar:

1. Nenhuma habilidade poderá escamotear que a recusa do Governo em participar num debate com a CGTP-IN na RTP/1 na próxima quinta-feira, é uma clamorosa confissão do enorme medo do Governo AD em debater com representantes do movimento sindical unitário a situação económica, social e política que dá plena justificação à greve geral de dia 12.

Uma vez mais se fica a saber que o Governo da AD só se sente à vontade com a manipulação e monopolização da televisão, não conseguindo disfarçar o pavor que o assalta só de pensar que representantes dos trabalhadores facilmente desmascarariam perante milhões de portugueses os catastróficos resultados da política do Governo da AD, evidenciando assim a indiscutível necessidade da sua demissão.

2. A proposta agora capciosamente dirigida ao PCP pelo Governo não passa de uma manobra infantil desencadeada na inútil esperança de transferir para o PCP a representação de uma jornada de luta que é promovida pelo movimento sindical unitário e que é expressão de um vastíssimo descontentamento popular que, não só ultrapassa as fronteiras da influência eleitoral do PCP, como atinge mesmo largas zonas da influência da AD.

3. Em qualquer caso, registe-se que, sintomaticamente, a proposta do Governo diz respeito a um debate a realizar no próprio dia da greve e não na véspera, o que significa obviamente que o Governo não quer o esclarecimento da opinião pública mas sim garantir, até ao dia da greve, a impune veiculação diária de mentiras e manipulações pela RTP, designadamente através de sucessivas declarações e comunicações de membros do Governo e dirigentes da AD.

4. Finalmente, não se pode deixar de denunciar a profunda desonestidade, o reles manobrismo e a evidente hipocrisia desta posição do Governo, quando é sabido que o PCP tem sido sistematicamente marginalizado na RTP e quando é do conhecimento público que até hoje ficou sem resposta uma proposta do PCP, duas vezes formulada, para um debate em directo na RTP/1 sobre a situação e os problemas nacionais em que participassem os Secretários-Gerais do PCP e do PS e os Presidentes do PSD e do CDS.

9.2.82

Terrorismo e provocações

• A bomba em casa de Torres Couto

Face ao rebentamento ocorrido junto da residência do Secretário-Geral da UGT, a SIP do PCP considera necessário acentuar o seguinte:

1. Como sublinhou justamente o Comité Central do PCP no documento aprovado na sua recente reunião de 31/1 e 1/2, as acções terroristas, sejam dos Comandos 28 de Maio sejam das chamadas FP-25, são acções provocatórias contra o movimento operário e popular, visam refrear e desacreditar a luta de massas e dar pretextos ao Governo para intensificar a sua acção repressiva e animar as suas campanhas de diversão e intoxicação da opinião pública.

2. Como repetidas vezes tem sido afirmado, o PCP insiste em que, sejam quais forem as siglas ostentadas pelos grupos terroristas, os alvos que escolham e os objectivos de que demagogicamente se reclamem, o verdadeiro critério para os julgar é o de saber a quem servem e quem beneficia das suas acções violentas ou encenações provocatórias.

3. O guloso e despudorado aproveitamento que a UGT e os partidos da AD estão a fazer do rebentamento de ontem à noite, inserindo-se na sua vergonhosa campanha de calúnias e falsificações contra a luta dos trabalhadores, contra o movimento sindical unitário, contra a greve geral do próximo dia 12 – fornecem uma clara indicação de que os autores de tais atentados ou encenações provocatórias só podem ser serventuários da estratégia das forças reaccionárias e inimigos declarados dos trabalhadores e do regime democrático.

4. A opinião pública nacional não se deixará enganar até porque dispõe hoje de elementos suficientes não só para compreender a que sectores politicos aproveita o terrorismo como factor de intimidação, insegurança e intraquilidade como para saber que sectores politicos mantiveram ou mantêm estreitas ligações com o terrorismo.

5. As raivosas campanhas reaccionárias de mentiras, calúnias e encenações provocatórias não podem entretanto alterar a realidade indiscutivel de que os trabalhadores lutam, exercem os seus direitos, defendem os seus interesses e os do País integralmente no quadro do regime e das instituições democráticas e que são as forças que apoiam a AD, tanto pela sua acção politica diária como pelos seus planos de subversão, que conspiram activamente contra o regime democrático e constitucional.

• As declarações de Ângelo Correia

1. As declarações ontem proferidas no Telejornal por Ângelo Correia constituem uma gravíssima provocação que, só por si, bastaria para atestar o carácter ferozmente reaccionário e totalitário do Governo AD bem como a irremediável baixeza moral e os métodos repugnantes que caracterizam ministros e dirigentes da AD.

2. As declarações provocatórias de Ângelo Correia confirmam inteiramente que a AD e o sue governo, mergulhadas no desespero pelo seu evidente isolamento político e social, pelo enorme descontentamento popular perante a sua política, pela grandiosa movimentação de massas em curso, estão dispostas a recorrer a tudo para tentarem impedir que a greve geral de dia 12 espelhe uma profunda condenação nacional da acção catastrófica do Governo AD e traduza a poderaosa reclamação patriótica da pronta demissão do Governo AD.

3. O PCP denuncia vigorosamente que o miserável aproveitamento que as forças reaccionárias estão a fazer de actos terroristas e encenações provocatórias esclarecem perfeitamente quem precisa do terrorismo, quem dele beneficia e, lógicamente, quem o pode encomendar ou inspirar.

4. Face às calúnias lançadas por Ângelo Correia contra o PCP, entende-se oportuno lembrar, em relação aos atentados bombistas dos últimos tempos (Covilhã e Fundão, Cacém e Cambournac, residência de Torres Couto) que os mesmos foram sempre precedidos de violentas campanhas da AD ou dos seus dirigentes acusando o PCP e a CGTP de "desestabilização", de "terrorismo" ou de "insurreição" e bem assim de "exortações" ao Governo AD para acautelar situações de "alteração da ordem pública" e que, depois de ocorridos tais atentados, infalivelmente o Ministro Ângelo Correia veio fazer as habituais provocações contra o PCP e contra organizações sindicais.

5. Tendo em conta o papel central que o aproveitamento de actos terroristas ocupa nas sucessivas declarações provocatórias do actual Ministro da Administração Interna, é legítimo perguntar se, a par de outras personalidades da AD, não será Ângelo Correia quem estará em melhores condições para esclarecer o povo português sobre o terrorismo.

6. A campanha de calúnias das forças reaccionárias, com larga difusão garantida através de uma vergonhosa instrumentalização da comunicação social estatizada, não pode modificar a realidade evidente de que são a política e o Governo da AD que estão colocados no banco do réus pela opinião do povo português; que são os partidos da AD e o seu Governo que afrontam diáriamente a legalidade democrática e conspiram para destruir a democracia portuguesa; e que, pelo contrário, a greve geral do póximo dia 12 constitui, não apenas uma forma inteiramente legítima, legal e constitucional de manifestação da vontade e aspirações populares, mas também uma grande afirmação de vitalidade do regime democrático e da determinação popular em o defender.

7. Alertando os trabalhadores e os democratas portugueses para que é previsível que as forças reaccionárias estejam a preparar novas provocações, calúnias e manobras de diversão, o PCP manifesta a sua profunda confiança de que, com grande serenidade, firmeza, espírito unitário e determinação combativa, os trabalhadores prosseguirão activamente a sua luta em defesa dos seus interesses e do país, em defesa da democracia e do Portugal de Abril.

notas da SIP do PCP

Terra

Semana Nacional de Protesto

Lavoura reclama o fim da política de ruína e miséria

Movimentando milhares de agricultores em dezenas de plenários, desfiles e concentrações, a Semana Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura, a decorrer até ao próximo domingo, dia 14, por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), está a constituir uma poderosa e indesmentível afirmação do descontentamento que alastra nos homens do campo, de Norte a Sul do país, e da sua firme disposição em cortar o passo a este caminhar cego para a ruína e a miséria para o qual o Governo AD está a levar a nossa agricultura.

Em boa verdade, não tem precedentes na longa e dura vida da lavoura portuguesa uma acção com esta envergadura, uma jornada tão ampla e a conseguir conjugar de forma unificada e de âmbito nacional tantos esforços e vontades com o objectivo de pôr fim à insustentável situação presente.

E não é exagero considerá-la insustentável. Existem, de facto, para tal, variadas e fortes razões. A começar por uma, de fundo, e que tem a ver com a própria política agrícola do Governo.

À total desprotecção, à falta de apoios e incentivos, até mesmo, e no mínimo, ao respeito e dignificação que merece o trabalho dos camponeses, o Governo contrapõe as benesses da sua protecção aos interesses dos grandes lavradores e senhorios ricos, dos grandes grupos económicos, dos grandes intermediários e armazenistas. Enquanto uns, minoria constituída por toda a casta de parasitas, se vão enchendo, outros, pequenos e médios agricultores, sentem cada vez mais apertar-se-lhes a corda da falência.

Dezenas de iniciativas mobilizam milhares de agricultores

Se não veja-se:

Onde estão os créditos simples e desburocratizados a que os agricultores possam recorrer?

Porque não são pagas as indemnizações pelos prejuízos sofridos com as geadas, a seca, e mais recentemente pelos efeitos do temporal?

Para quando a actualização e pagamento dos proutos agrícolas, designadamente gado, leite e vinho?

E as madeiras queimadas, quando são escoadas, a preços justos, e pagas as indemnizações aos produtores atingidos pelo fogo e garantida a reflorestação das áreas queimadas?

Por que querem mexer na lei dos baldios? Será para roubarem novamente aos povos aquilo que lhes pertence?

Por que permitem importações desnecessárias e supérfluas, prejudicando a produção e a economia nacional?

E, finalmente, por que agravam de forma inqualificável a já difícil vida dos camponeses aumentando os factores de produção e outros encargos como sejam as rações, os adubos o gasóleo, as máquinas, etc.?

É, pois, contra este estado de coisas que se levanta o clamor nacional de protesto dos agricultores. Contra a política da AD, por uma política que traga uma vida melhor aos campos, em defesa dos produtores e da economia nacional.

Assim aconteceu já esta semana nas numerosas acções realizadas, assim irá acontecer ainda nos próximos dias nas seguintes localidades: **hoje, dia 11, Barcelos**, plenário; **Baião** (Santa Marinha do Zêzere), plenário; **Lamego**, concentração; **Anseriz** (Arganil), ida à Câmara Municipal. **Dia 12: Guimarães**, plenário; **Vila do Conde**, concentração; **Montalegre**, ida à Câmara Municipal; **Vila Real**, plenário; **Bragança**, concentração das organizações da lavoura e agricultores do distrito seguida de desfile; **Trancoso**, concentração. **Dia 13: Golegã**, concentração. **Dia 14: Porto**, concentração distrital; **Braga**, plenário distrital; **Vila Real**, plenário de agricultores; **Almeirim**, concentração; **Pinhel**, concentração.

No sábado, em Évora

Encontro de Culturas de Primavera

Promovido pelos Secretariados e Uniões Distritais e pelos Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal e pelas organizações representativas das UCP/Cooperativas e dos trabalhadores da agricultura do Alentejo e Ribatejo, realiza-se no próximo sábado, dia 13, no Teatro Garcia Resende, em Évora, o **Encontro de Culturas da Primavera 1982.**

Com início marcado para as 9.30 horas, participarão nos trabalhos do Encontro cerca de 750 delegados em representação das UCP/Cooperativas, do sector agrícola privado, técnicos e agricultores de Ligas e outras associações de agricultores.

Esta iniciativa decorre num momento em que as UCP's e os agricultores atravessam inúmeras dificuldades, designadamente a falta de apoio financeiro, uma quebra na produção, e um aumento crescente do desemprego.Face a este panorama cuja responsabilidade pertence exclusivamente ao Governo AD, os participantes no Encontro procurarão analisar e dar resposta, entre outras questões, à melhor forma de cultivar e aproveitar cada ha de regadio, de terras frescas e outras; como aproveitar da melhor maneira a água de que dispõem; que culturas fazer que dêem rendimento e criem postos de trabalho.

O Encontro é aberto aos órgãos de comunicação social, tendo a Comissão Organizadora enviado também convites aos Grupos Parlamentares do PS, PCP, MDP/CDE, UEDS e ASDI, à CGTP, ao Conselho da Revolução e Presidência da República.

Homenagem a Aquilino Ribeiro

Povos disseram não *ao roubo dos seus baldios*

Uma comovente jornada reunindo cerca de cinco mil pessoas das serranias das Beiras, do Minho e Trás-os-Montes, assinalou no passado domingo, em Soutosa, concelho de Moimenta da Beira, a homenagem ao escritor Aquilino Ribeiro, em cuja obra ficou perpetuada a luta heróica dos povos em defesa dos seus baldios.

Promovida pelo Secretariado dos Conselhos Directivos dos Baldios (CDBs) do distrito de Viseu com o apoio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), esta iniciativa a que aderiram várias associações etnográficas e folclóricas, marcou o início da Semana Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura que actualmente decorre até ao próximo domingo.

O programa, que se desenrolaria durante o dia com diversas actividades, iniciou-se ao som do hino nacional tocado pela Banda da Eira Queimada a que se seguiu a inauguração solene do busto do escritor, acto este acompanhado por uma salva de morteiros.

Nas diversas intervenções proferidas foi enaltecida a figura de Aquilino Ribeiro e referido o significado desta combativa homenagem, como exemplo da firme disposição dos Povos em defenderem aquilo que lhes pertence.

«Estais inquietos e com razão, em face de ver congelado um direito que vos querem retirar. Estou certo de que se vos mantiverdes organizados, coesos e resolutos na defesa desse direito, fareis recuar os que suspiram pelos antigos privilégios», afirmou a dado passo na sua intervenção o magistrado Aníbal Aquilino Ribeiro, filho do homenageado, que tal como seu irmão Aquilino Ribeiro Machado, , igualmente presente, manifestara a sua adesão a esta significativa homenagem.

Depois de reafirmar a sua solidariedade para com a justa luta dos povos em defesa dos seus direitos consagrados na Constituição aquele filho do escritor sublinhou que era preciso **«para levar de vencida os que se nos opõem»**, um combate **«sem tréguas nem quartel»**.

Outro dos oradores foi José Nunes Correia, do Conselho Directivo do Baldio do Campo e Bassar que lembrou que as terras são pertença dos povos que as querem **«trabalhar em paz, pelo progresso das populações e do país»**.

António Mendes Cruz, dirigente da CNA, falando em nome daquela organização, proferiu uma intervenção em que analisou a situação de ruína e miséria com que hoje se defronta a lavoura. Referindo-se à Semana de Protesto que neste momento mobiliza grande número de agricultores e suas organizações, o orador acentuou que **«irmanados no mesmo sentir, com o apoio da CNA, nós agricultores do Minho ao Algarve, de Trás-os-Montes às Beiras, do Ribatejo à ilha da Madeira, vamos nesta semana, reforçar ainda mais a nossa união e cooperação. Juntos somos uma grande força em Portugal!»**.

Uma proclamação dos povos e CDBs, lida por Mário Rodrigues, do Conselho Directivo do Baldio de Fornelos de Arcozelo, Oliveira de Frades foi também aprovada por todos os presentes. Nela se afirma designadamente que a Lei dos Baldios (lei 39/76) **«é uma lei boa e justa»**, pois permitiu devolver aos povos os baldios que sempre lhes pertenceram por direito próprio, e por ter aumentado a produção e a riqueza nacional. Depois de reafirmar a determinação dos povos em defender a sua lei, tal como o haviam feito os seus antepassados, **«contra as tentativas de ocupação, de venda, de roubo, de usurpação e outras violências e ilegalidades que têm sido cometidas contra os maninhos»**, a proclamação afirma que **«os povos não aceitarão de novo o roubo dos seus baldios»** tal como pretendem os três «projectos gatunos» recentemente apresentados na Assembleia da República.

O Aquilino que eu conheci

Eram duros os tempos então. Mas promissores.

A greve das Astúrias dera o empurrão decisivo nas arcaicas estruturas da reacção espanhola.

De Espanha sopravam bons ventos. A Frente Popular tinha triunfado, um poder de novo tipo alicerçado na unidade republicana e antifascista surgira no país vizinho.

Uma fresca aragem de vitória e esperança enchia as velas e os corações dos combatentes da liberdade em todo o mundo.

Também em Portugal uma luz se acendera nas trevas da noite fascista. Salazar terminara a institucionalização do regime. Na Assembleia Nacional fascista fantoches sob o nome de deputados disseram sim com as cabeças à Constituição de 1933. A partir de Janeiro de 1934 fechara-se a última réstea de legalidade para o movimento operário português, os sindicatos foram ilegalizados, a voz da imprensa operária amordaçada. Simultaneamente, as portas da prisão abriram-se para milhares de patriotas.

Peniche, Caxias, Aljube, Angra do Heroísmo pejavam de lutadores encarcerados. O campo de concentração do Tarrafal ia abrir as suas portas de morte. A máquina de tortura da PVDE funcionava em pleno.

Jovens como Vilarigues, José Maria do Rosário, Américo de Sousa, Alcobia e outros, deixaram os cais do Tejo encerrados nos porões de barcos feitos prisão e lá estavam por Angra ou aguardando "leva" para o Tarrafal.

Outros – como eu – ficaram por cá com o facho nas mãos para continuarmos a caminhada.

Foi nesta época que conheci Aquilino.

Jovem operário numa oficina de Alfama, ávido de literatura avançada – de tudo o que me falava do hoje e do amanhã – costumava ao sábado, coma féria da semana no bolso, dar uma volta pelos escaparates das livrarias. Tinha feito um acordo com o meu pai para gastar ao sábado uns escudos em livros.

Um dia na montra da Bertrand vi uma edição da Labor com o retrato de Marx. Entrei, perguntei o preço, comprei e o Manuel, um solícito empregado, perguntou-me se eu estava interessado em livros daqueles. Estava, claro!

Levou-me então até à cave e os meus olhos deslumbrados viram uma data de coisas preciosas que, de facto, nos tempos que corriam não podiam vir à luz do dia.

Obras de Marx, Engels, Lénine, pequenas brochuras de autores marxistas, literatura revolucionária da nova Espanha, que farta seara!

Bom, a partir daí fizemos largo "negócio". Passei a levar abadas de livros para os camaradas da minha terra. O Comité Regional do Ribatejo organizava pequenas bibliotecas marxistas, começámos a ficar mais ricos.

Foi lá que conheci Aquilino Ribeiro. Na segunda ou terceira vez que lá fui Manuel apresentou-mo com palavras de simpatia.

Como se sabe, Aquilino passava muitas das suas tardes na Bertrand e ao sábado era certo.

Eu já lera os seus livros. A sua rude figura de beirão, a viva inteligência, a comunicabilidade e lhaneza de carácter deram-me o retrato do Homem e cimentaram a corrente de simpatia entre o grande escritor do povo que ele era e o jovem operário revolucionário ávido de cultura que eu fui.

A partir daí muita coisa trocámos de informação mútua: a guerra civil espanhola, a luta e as aspirações da classe operária portuguesa, a nova literatura, depois o começo da segunda guerra mundial, a invasão da União Soviética – um mundo...

Nos primórdios de 1942 passei à clandestinidade e nunca mais vi Aquilino Ribeiro.

Não pude estar em Soutosa na homenagem dos serranos que encheram as páginas dos seus livros. Gostava de lá ter estado.

Aquilino mereceu o ódio dos fascistas e dos reaccionários de todos os matizes – mereceu em contrapartida a admiração e amor de todos os que ajudaram a construir e constroem o Portugal democrático de hoje e de amanhã.

D.L.

Poder local

Gestão ruinosa da «AD» no Porto

A última reunião da DORP do ano de 81 chamava a atenção para a grave e escandalosa situação vivida na Câmara 'AD' do Porto.

Lê-se, a propósito, no documento saído dessa reiunião:

«Somam-se as ilegalidades, agrava-se a política antipopular, avolumam-se os casos de corrupção, ferem-se os sentimentos anti-fascistas do povo da cidade, agravam-se as divisões e os choques no seio da própria 'AD'.»

É neste sentido e tendo em conta também o grande crescimento da influência e do prestígio da APU, que o 'Avante' decidiu conversar com Oliveira Dias, vereador da APU na Câmara do Porto.

Entrevista com Oliveira Dias, vereador da APU

A situação que se vive na Câmara 'AD' do Porto tem assumido aspectos graves e escandalosos, nomeadamente em termos de ilegalidade e corrupção. A APU propôs mesmo, recentemente, a abertura de um inquérito público. Queres referir-te a esta questão?

A APU desde há mais de um ano e meio concluiu que os traços fundamentais da actividade da 'AD' na Câmara do Porto eram a incompetência, a ilegalidade e a corrupção. Naturalmente que as consequências negativas dessa política se têm acumulado e agravado ao longo do tempo. Hoje, relativamente à ilegalidade e à corrupção há até um clima de despudor que mostra com mais clareza a falta de escrúpulos. O rol das ilegalidades é enorme, devendo sublinhar-se os casos em que a maioria 'AD' se recusa não só a cumprir deliberações da Assembleia Municipal como até as da própria Câmara. Efectivamente, (por ausência de elementos da 'AD' ou devido às suas contradições internas), já tem sido possível aprovar propostas importantíssimas que, contudo, nunca foram aplicadas. Os casos mais conhecidos são os relativos ao regime de funcionamento dos centros comerciais e supermercados, o do inquérito ao SMAS a conduzir por um juiz auditor, o da suspensão do aumento dos preços da água, etc.

Quanto à corrupção, a situação é de tal ordem que a Assembleia Municipal a reconheceu recentemente, praticamente por unanimidade e deliberou a realização de um inquérito, que contudo a 'AD' – também instalada no Governo Civil e no Governo – nunca deixará nem sequer iniciar.

Por isso a APU na Câmara apresentou uma proposta no sentido do inquérito ser público e de a Câmara apoiar o inquérito através de uma comissão constituída por um vereador de cada força política representada.

Quando essa proposta foi discutida a APU apresentou situações concretas de corrupção, nomeadamente o que se passava no SMAS: os filhos e filhas de todo o pessoal dirigente afecto à 'AD' estão a trabalhar no SMAS sem ter participado em qualquer concurso, ocupando os lugares mais bem remunerados e alguns tendo até já tomado posse. Pois a 'AD' ainda assim teve o desplante de recusar a proposta da APU aceitando exclusivamente averiguar os casos concretos denunciados. A 'AD' sabe que se o inquérito global fosse efectiva e eficazmente realizado a 'AD' se desmoronava completamente no Porto.

É sabido que o problema da habitação é dos mais gritantes na cidade do Porto e foi agravado com os temporais do fim de 81. A política da Câmara, as propostas da APU, a luta da população, são questões na ordem do dia da cidade. Que nos dizes sobre este problema?

Embora na cidade do Porto trabalhem e habitem cerca de um milhão de pessoas, o número de habitantes não deve exceder muito os 400 mil. Entre estes contam-se 60 mil que vivem em condições dramaticamente infra-humanas. Existem ainda hoje no Porto cerca de 5 mil 'ilhas' e as zonas degradadas da cidade são vastíssimas. Embora o seu número real seja muito mais elevado, os serviços técnicos da Câmara já classificaram mais de mil prédios como em estado "de ruína iminente".

Pois perante esta situação a Câmara 'AD' não lançou nem uma obra nova relativa à habitação (dando apenas andamento burocrático ao pouco que fora previsto na Câmara anterior) e tem tido uma política profundamente lesiva e hostil ao movimento cooperativo de habitação social e às comissões e associações de moradores. São aliás essas próprias organizações que constantemente o afirmam, denunciando simultaneamente os interesses particulares no campo da especulação imobiliária do responsável da 'AD' desse pelouro. A 'AD' intensifica a sua política de alienação de terrenos municipais e agora até já aprovam no plano de actividades de 82 a venda do Bairro Bessa Leite (328 fogos com as infra-estruturas ainda em conclusão) querendo entregar à burguesia o que fora projectado para habitação social.

Efectivamente os temporais nos últimos dias de 81 agravaram enormemente a situação, acelerando a ruína das casas mais degradadas, particularmente nas freguesias de Sé e de Miragaia. Por isso a APU na Câmara e nessas juntas (onde têm a maioria) desenvolveu um trabalho de muita dedicação e arrojo, cujos frutos estão já a nascer. Neste caso, pode dizer-se que tudo partiu da iniciativa da APU, mas é igualmente verdade que nada se teria conseguido se não fosse a enorme luta de massas em que os desalojados estão empenhados.

A Câmara 'AD', que cruzava os braços perante o drama, foi forçada pela APU a uma reunião extraordinária para encarar o problema. A partir de uma proposta da APU foi aprovado o alojamento imediato em pensões, a expensas da Câmara, dos moradores que ficaram sem casa habitável. Foram alojadas 640 pessoas. Depois foi a luta para conseguir alimentação para essas pessoas, já que não a podiam confeccionar nem em casa nem nas pensões, nem a podiam pagar em restaurantes. A 'AD' rejeitou todas as propostas da APU na Câmara mas acabou por recuar a nível de Governo Civil.

Mais tarde viria a ser a Cruz Vermelha a assumir esse encargo que, mais recentemente ainda, o endereçou à Câmara. Esta recuou também na recolha dos bens dos desalojados (mobílias, etc.) que estão agora em depósitos municipais depois de terem sido recolhidos com a ajuda dos bombeiros.

Outro domínio – o mais importante – onde a 'AD' teve também de recuar foi na disponibilidade de casas camarárias para os desalojados. Começou a dizer que não tinha nenhuma, depois já cedia 13, mais tarde passou para 45, já reconhece ter 64 e já ninguém acredita que não venha a ceder aos desalojados parte do Bairro Vale Formoso (64 fogos em conclusão) ou Bessa Leite (328 fogos).

O povo, como já disse, teve o papel principal. Presente em massa nas reuniões públicas da Câmara e da Assembleia Municipal, e invadindo mesmo a Câmara em reuniões privadas, mostrou tal determinação na luta que fez recuar a 'AD'.

Para ganhar esta grande batalha contra a desumanidade da 'AD' ainda há que vencer muitas lutas. A Câmara vai dispor agora de 120 casas pré-fabricadas para substituir a solução das pensões... E há-de querer eternizar a solução provisória. O Governo prometeu 200 mil contos mas tardará a enviá-los e há que estar atento para que a 'AD' não os desvie na Câmara para outras finalidades. Mas entretanto os desalojados reforçam a sua consciência de classe e até já a sua consciência política.

O relacionamento das várias forças políticas na Câmara, no interior da própria 'AD' – vê-se, por exemplo, jornais ligados ao CDS dizer que é preciso derrubar o executivo – e as posições do PS: que se passa concretamente?

A 'AD' na Câmara do Porto tem sido um tal 'saco de gatos' que só resiste à sua queda na Câmara pelo medo que tem das eleições. A 'AD' está altissimamente desprestigiada. O presidente, por exemplo, que é um poço de incompetência e autoritarismo, que está no vértice de toda a prática de ilegalidades da Câmara, e é apontado como um dos maiores responsáveis no compadrio e nepotismo e na manutenção da corrupção, acabou até por atolar-se no apoio a iniciativas fascistas, como a do lançamento do livro de Franco Nogueira. Mas o resto da 'AD' não é melhor, embora tenha procurado atirar a maior parte das responsabilidades para cima do presidente que escolheu e a quem nunca retirou a sua confiança política. Um dos vereadores da 'AD' até já denunciou (perante testemunhas) o presidente ter sido o responsável da prisão pela PIDE, de diversos anfifascistas, nos tempos da campanha eleitoral do General Humberto Delgado ... Mas as acusações mútuas não ficam por aqui e de facto até nos órgãos de informação os vereadores do CDS acusam os do PPD e vice-versa. Quanto a nós não há nada de essencial que os destinga e politicamente são todos igualmente responsáveis pela gestão terrivelmente ruinosa que a 'AD' pratica na Câmara.

O PS tem tido um papel muito apagado na Câmara do Porto. Pode até dizer-se que as suas posições que deram mais na vista foram as de aliança com a 'AD' quando da nomeação de comissões administrativas para as freguesias da Sé e Miragaia (após a queda das juntas 'AD'), a sua abstenção das propostas da APU (durante a votação na especialidade do plano para 82) que consubstanciavam as propostas das Associações de Moradores e, ultimamente, as suas posições provocatórias em torno da resolução do problema dos desalojados do temporal.

O PS esteve sempre fora do caminho certo da resolução dos problemas, embora esgrimindo com a demagogia, repudiou a luta de massas, caluniou a APU e o PCP ... e perdeu o apoio que tinha nas freguesias da Sé, de Miragaia e não só. Os recentes resultados eleitorais em Santo Ildefonso bem mostram a queda brutal do seu número de eleitores, só ultrapassada pelas quedas da 'AD'.

A APU de há muito reclama a demissão da 'AD' da Câmara. Aqui o PS tem tomado uma posição semelhante à que tem para com o Governo: faz que ataca, procurando que não caia. A estagnação e retrocesso da vida do Porto provocada pela 'AD' é também da responsabilidade do PS que não assumiu uma participação consequente na luta.

O Governo 'AD/Balsemão aprovou o pacote local. Algumas das medidas do pacote apontam no sentido de diminuir o número de eleitos, dar mais poder aos presidentes da Câmara, restringir cada vez mais a verba atribuída pela Lei das Finanças Locais. Que consequências traria para a população da cidade, a aplicação destas novas leis?

Como toda a gente sabe a 'AD' nunca aplicou integralmente a Lei das Finanças Locais. Isso defraudou a Câmara do Porto em cerca de 400 mil contos em 1980, 600 mil em 81 e 700 mil em 82; 1 milhão e 700 mil contos em três anos só para um concelho é um roubo muito grande.

Por outro lado a 'AD', mesmo em maioria na Câmara, não tem aceite o carácter colegial dos órgãos, tem agido autocraticamente e ilegalmente. Agora a 'AD' quer dar cobertura legal ao que já vem a fazer ilegalmente e aprofundar ainda a sua política local anti-democrática. A 'AD' quer evitar por golpe a sua próxima derrota eleitoral autárquica. Está mais que provado que a presença da 'AD' nos destinos do Porto foi uma praga que caiu na cidade. Por isso o tal pacote local da 'AD' tem a nossa maior reprovação e dar-lhe-emos intenso combate. Estou certo que neste combate teremos connosco a maioria da população.

Não há ninguém como os comunistas...

Acerca da forma como as populações encaram o trabalho dos comunistas e da APU nas autarquias, disse-nos Oliveira Dias:

O lado mais conhecido da APU na Câmara do Porto talvez seja o da denúncia e combate às ilegalidades e corrupção. Compreende-se que assim seja, devido à 'AD' que aqui existe e à correlação de forças, mas essa é uma visão incompleta do problema. Pode dizer-se com a maior justiça, que ninguém como o PCP e a APU tem contribuído para apontar soluções justas, exequíveis, humanas, para os problemas da cidade. Na habitação, nos transportes, no saneamento básico, na cultura, etc., o papel da APU é importante e insubstituível. E é preciso que se saiba: mesmo em minoria tem sido possível levar de vencida muitas das nossas propostas, e emendas a diversas propostas da direita.

A APU no Porto olha o futuro com muita confiança. 1982 será sem dúvida para nós um ano de muito trabalho. Mas aqui começa a alastrar a ideia (mesmo em áreas afectas tradicionalmente à direita) que não há ninguém como os comunistas para resolver os problemas autárquicos. Para resolver o problema do infantário, da recolha do lixo, dos transportes, etc., as pessoas (mesmo aquelas que ainda não se libertaram de preconceitos anticomunistas) têm cada vez mais confiança na APU. A ideia de que ninguém ultrapassa a APU em honestidade, competência e dedicação atinge cada vez mais munícipes.

O nosso trabalho confirmará esta expectativa.

Moradores perguntam

Que é das casas prometidas pela «AD» ?

Em dois anos não saiu um único projecto da Câmara Municipal do Porto para novas casas de habitação. Esta e outras realidades nada edificantes da acção deste Governo «AD» no sector da habitação foi amplamente denunciado no passado sábado, no Porto, por vários milhares de moradores pobres da cidade, que se integraram numa manifestação promovida pela União das Associações de Moradores do Porto.

Um elemento do Secretariado da União promotora da manifestação (que recebeu o apoio do Comité Local do Porto do PCP) afirmaria um pouco antes do início do desfile por várias artérias da cidade: «A construção social está praticamente paralisada... o Governo não cumpre a Lei das Finanças Locais e rouba à cidade 718 829 contos... corta financiamentos às associações de moradores, extingue o Fundo de Fomento da Habitação (FFH) não apresentando qualquer alternativa... favorece, enfim, os grandes especuladores imobiliários...».

Convergiram à manifestação moradores pobres de Aldoar, Carvalhido, especialmente da Sé e de Miragaia, zonas degradadas e dramaticamente afectadas pelos últimos temporais que assolaram o País. Vinham denunciar as falsas promessas e demagogia da «AD».

Seriam aprovadas duas moções: uma exigindo que o Governo e a Câmara tomem medidas tendentes a alterar a situação da habitação no Porto, outra apoiando a greve geral marcada pela CGTP-IN para o próximo dia 12.

Muitos reformados do distrito concentraram-se em Santarém, no passado dia 5, manifestando-se a favor das suas justas reivindicações e contra a política do Governo. A concentração, que manifestou também apoio à greve geral convocada para amanhã, contou com a presença de numerosos reformados da região. Só da Freguesia do Couço deslocaram-se 147 reformados. No dia seguinte, no Couço, duas mil pessoas concentraram-se e aprovaram por unanimidade e aclamação uma moção de apoio à greve do dia 12

Trabalhadores

Conflitos em empresas e sectores

Novas greves nos Transportes dão à «AD» oportunidade de recuar

● 25% na Tabaqueira

Porta-vozes dos interesses e das campanhas do Governo «AD» na comunicação social anunciaram ultimamente (por estas ou outras palavras) um «provável desbloqueamento nos transportes». Os conselhos de gerência e os ministros responsáveis teriam agora uma oportunidade que nunca quiseram aproveitar — a negociação dos acordos de empresa com os representantes sindicais dos trabalhadores. Mas vendo o que até ao princípio desta semana sucedia nos processos de negociação do sector nada dava a entender que a atitude do Governo tivesse mudado relativamente às reivindicações fundamentais e legítimas dos trabalhadores. Assim sendo, as organizações sindicais dos Transportes anunciavam para os dias 15 a 19 do corrente um novo período de paralisações de 24 horas.

Noutros sectores, designadamente **cristalaria, material eléctrico e electrónico, químicos, Função Pública,** a contratação colectiva ou se processa com atrasos, boicotes e tentativas de recurso ao Ministério do Trabalho, ou prenuncia formas de luta para desbloquear, de facto, situações sem saída, criadas a coberto da actuação do Governo e da política «AD».

Na **Tabaqueira** é de realçar a vitória alcançada pelos trabalhadores. O mesmo na **Caima/Silvicaima** onde as negociações do acordo colectivo de trabalho (ACTV) foram encerradas com a aprovação de uma tabela salarial que regista aumentos globais de 26 por cento, considerando os reenquadramentos.

São ainda de referir, além dos que se seguem, os conflitos e lutas no **Hotel Baía, Herdade da Comporta, Cambournac, Papelaria Fernandes, Cintideal** e **trabalhadores não docentes das universidades,** que anunciaram vários dias de greve.

Transportes

Novas greves de 24 horas foram marcadas para o período de 15 a 19 do corrente no sector dos transportes. Estas paralisações que abrangem o Metro, Carris, CP, e Transtejo ocorrem depois de uma manifestação dos trabalhadores na Praça do Comércio e de as respectivas organizações sindicais se terem reunido no dia seguinte para fazerem o ponto da situação decorrente das negociações dos acordos de empresa. **«A situação mantém-se no essencial a mesma que existia antes das greves verificadas em 20, 21 e 22 de Janeiro»,** afirmam num comunicado as organizações sindicais presentes naquela reunião, a saber: Federações dos Sindicatos Ferroviários; Rodoviários e Urbanos; Fetese; Sindicato dos Transportes Fluviais; Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; Sindicato dos Maquinistas, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante; e Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos da Marinha Mercante.

Estas associações sindicais, reunidas, em representação dos trabalhadores da CP, Carris, Transtejo, RN e Metro, concluiram o seguinte:

Relativamente ao **Metro,** o conselho de gerência continua a recusar o início das negociações da tabela salarial, se os Sindicatos «não aceitarem previamente e sem qualquer discussão o enquadramento profissional que a empresa pretende impor e que é gravemente lesivo para os trabalhadores». Além disso, os valores propostos pelo conselho de gerência (e pelo Governo) que ainda não aceitou negociar, **«representam um aumento de 17 por cento na tabela salarial e de apenas 12 por cento na massa salarial global».**

No que respeita à **Carris,** a proposta da comissão administrativa **«cifra-se num aumento de apenas 17 por cento na tabela salarial e de menos ainda na massa salarial global».** Para assinalar o evidente desinteresse pelas negociações da parte do Governo e da CA, as organizações sindicais reunidas em 5 do corrente chamam a atenção para o facto de qualquer daquelas entidades se ter recusado a fazer qualquer reunião com os representantes dos trabalhadores desde 27 de Janeiro findo, limitando-se apenas a marcar uma reunião para o dia 8 do corrente.

Quanto à **Rodoviária Nacional,** «o CG continua a boicotar o início das negociações, violando assim compromissos assumidos no ano anterior. Hoje mesmo, referem as associações sindicais, designando o dia 5 do corrente, confirmou-se isso mesmo numa reunião do CG com os Sindicatos».

Na **Transtejo,** acrescentam as Federações e Sindicatos do sector, «a proposta de aumento apresentada pela empresa é de 18,5 por cento» relativamente à tabela salarial e de «apenas 17,4 por cento» contando com a massa global remunerações.

Por último na **CP** (e como nos outros casos utilizando elementos recolhidos até à última segunda-feira) refira-se que «a última proposta apresentada pelo CG baseia-se num aumento de cerca de 18,5 por cento na tabela salarial».

Como consequência do boicote levado a cabo pelo Governo e pelos conselhos de gerência dessas empresas, salários e outras cláusulas, embora profundamente desactualizados, continuam a vigorar, atingindo em várias delas mais de 15 meses, por exemplo, no Metro, na Carris e na CP, sublinham as associações sindicais.

Tabaqueira

Na Tabaqueira, após vários períodos de greve com repercussões conhecidas, onde a forte adesão às formas de luta foi o factor essencial para a solução do conflito, a maioria dos trabalhadores (1100 do total de cerca de 1300 são representados pelo Sindicato das Indústrias do Tabaco) conseguiram obter um aumento da massa salarial global da ordem dos 25 por cento, sem que por isso perdessem qualquer das regalias sociais já obtidas. Melhoraram foi algumas delas, e conseguiram bater os divisionistas que entretanto se separaram da luta para assinar um contrato à parte.

Um plenário em que participou praticamente a totalidade dos trabalhadores da empresa, em Cabo Ruivo, confirmou o resultado das negociações num ambiente de grande entusiasmo. Na fábrica de Albarraque (Sintra) os trabalhadores organizaram mesmo uma manifestação para saudar e divulgar a vitória da sua luta donde sairam mais uma vez claramente derrotadas as pretensões «AD» à imposição de um tecto salarial.

Ao fim de sete horas de reunião sem intervalo, o conselho de gerência da Tabaqueira aceitava na madrugada da última quinta-feira um aumento de cerca de 21 por cento sobre os quantitativos da tabela salarial em vigor e concordava, além da possibilidade de negociar ajustamentos de salários, na elevação dos subsídios de creche, de jardim infantil e de tempos livres em 250 escudos cada um. O subsídio para almoço, jantar ou ceia passou de 120 para 200 escudos por dia. Outros subsídios foram ainda aumentados. É o caso do pequeno almoço (de 25 para 45 escudos), de turno e de prevenção (de 50 e 25 escudos passaram respectivamente para 80 e 40 escudos), de funeral (de 15 mil para 17 500 escudos), abonos para falhas (de 1000 ou 500 para 1250 e 650 escudos). As diuturnidades subiram também. O valor mínimo de 170 escudos aumentou para 230 escudos. Todas as remunerações constantes do novo acordo começam a ser pagas relativamente a 10 de Dezembro do ano passado.

Função Pública

«Caso o Governo não altere a sua posição, os trabalhadores decidirão formas de luta», avisava entretanto o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores. Recusando-se a aceitar os 11 por cento da tabela salarial imposta pelo Governo «AD», sob o título geral de «A luta é necessária», o boletim sindical distribuído no princípio deste mês compara os «aumentos aprovados pelos TFP para manter o poder de compra de 1981» e «o que o Governo quer impor sem negociar».

O Sindicato fundamenta a suá recusa com dados irrecusáveis extraídos da realidade e apresentados no boletim sindical em mapas comparativos, designadamente no que respeita aos aumentos nos transportes, na saúde, incluindo os internamentos hospitalares, nos alimentos e no gás e electricidade.

Setenave

Como tínhamos anunciado na edição da semana passada, os trabalhadores da Setenave vieram a Lisboa para manifestar diante da Assembleia da República a sua preocupação pelo futuro da empresa, em defesa dos postos de trabalho e dos salários ultimamente pagos com atraso. Cerca de 2 mil trabalhadores daquela empresa de construção naval com sede em Setúbal compareceram efectivamente na Assembleia para apoiarem os seus representantes que entretanto tinham pedido audiências a todos os grupos parlamentares. Recebidos por delegações do PCP, PS, MDP e UDP, aqueles representantes, depois de resolverem um pequeno incidente (a PSP em serviço no Palácio de São Bento quis impedir sem resultados que os trabalhadores ostentassem dentro do edifício autocolantes de apoio à greve geral do dia 12) entregaram aos referidos grupos parlamentares uma exposição apoiando a recuperação e dinamização da empresa declarada em «situação económica difícil» em 28 de Outubro de 1980.

«A nossa luta — refere a exposição — assentando de imediato no pagamento dos salários em atraso, prende-se fundamentalmente com a exigência da tomada de medidas que viabilizem e dinamizem e Setenave nacionalizada como forma de defender os postos de trabalho e a economia nacional».

Greves previstas nos transportes

15 de Fevereiro — Transtejo
16 de Fevereiro — Transtejo
17 de Fevereiro — CP, Metro e Carris
18 de Fevereiro — CP
19 de Fevereiro — CP, Metro, Carris e Transtejo

Taxas sobre a doença — «revoltante situação»

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços, que acaba de aprovar o orçamento e o plano de acção para o ano em curso, afirma num comunicado que «as novas taxas de segurança social são materialmente inconstitucionais». Considerando que «a entrada em vigor da nova taxa moderadora para os medicamentos em receituário» é, entre outras, uma das consequências do «aventureirismo eleitoral da AD, em 1979 e 1980», a Federação, que representa a esmagadora maioria dos Sindicatos do sector e abrange dezenas de milhares de trabalhadores, salenta que «a **sobretaxa de 25 escudos agora aplicada sobre cada embalagem farmacêutica é de todas as medidas que oneram actualmente os escassos cuidados médicos da Segurança Social, a mais gravosa e imoral».** O «pacote da doença» constitui uma «revoltante situação».

Repudiando a nova taxa, que **«vai abranger toda a gente»,** que necessita da Previdência e dos hospitais, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços considera que «medidas deste tipo só confirmam a irresponsabilidade do Governo, a sua incapacidade para abordar o problema de uma política geral de saúde».

Recorda-se, como foi amplamente divulgado, que medidas recentes do Ministério da Assistência Social concretizadas em 5 despachos assinados pelo ministro CDS, Luís Barbosa, aumentam na generalidade as taxas de todos os serviços a que normalmente se recorre nos hospitais e criam outros encargos para onerar serviços até agora grátis.

A partir de 1 do corrente, aumentaram os preços das consultas (25 para 30 escudos) das visitas domiciliárias (100 para 120 escudos), das consultas do SAP, serviço de atendimento permanente, (50 para 100 escudos, fora de casa; se em casa, de 100 para 150 escudos). Ainda no que respeita ao **pacote** da Previdência, (Serviços Médico-Sociais) as análises, os electrocardiogramas, encefalogramas e a medicina de reabilitação, próteses, etc., tudo aumentou, excepto as comparticipações dos SMS. Essas «naturalmente» baixaram... O que não aconteceu por exemplo com as diárias de internamento nos hospitais centrais, distritais, concelhios e psiquiátricos, que atingem agora contos de reis por dia.

Todas as forças políticas democráticas, o movimento sindical, a própria Ordem dos Médicos, os sindicatos do sector, os reformados e idosos, e a generalidade do movimento popular manifestaram já publicamente o seu repúdio perante a aplicação de todos aqueles aumentos.

Moderar pela ausência

«Agravando o preço que o doente vai pagar pelo medicamento, o Governo só conseguirá que a 'moderação' se faça à custa da ausência de tratamento», sublinha a Federação do Comércio, que acrescenta:

Os reformados e idosos, com pensões que oscilam entre os 4 e os 6 mil escudos; os trabalhadores que auferem o salário mínimo ou pouco acima deste; os trabalhadores com filhos; em situação de baixa com os rendimentos amputados em 40%; os doentes crónicos ou com doença prolongada – eis as principais vítimas das novas taxas, que vão encontrar-se a partir de agora, de facto, sem acesso aos cuidados médicos. Largas camadas da população são afastadas pela «selecção económica» introduzida pelo Governo, do acesso aos serviços de saúde numa flagrante situação de inconstitucionalidade material por oposição ao artigo 64.º, n.º 3, da Constituição em vigor.

O comunicado recebido do departamento de informação e formação da Federação dos Sindicatos do Comércio acusa o Governo «AD» de completo «desgoverno», recorda situações anteriores, como a de 1979, em que «as farmácias suprimiram um desconto de 7% sobre o preço dos medicamentos vendidos através da Segurança Social», e considera por último que «há diversos dados não completamente esclarecidos» sobre esses aumentos do MAS, como seja «o de presumível passagem para a Associação Nacional de Farmácias dos pagamentos da Segurança Social» a esses estabelecimentos comerciais.

A Federação do Comércio salienta «a urgência em pôr cobro a esta revoltante situação».

Têxteis
A política do desemprego

«A manutenção dos postos de trabalho é uma preocupação central dos trabalhadores têxteis», afirma o secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal. Citando a pretensa reestruturação do sector na versão da «AD» e o projecto Werner que preconiza um despedimento em massa da ordem dos 60 mil trabalhadores, a Federação, durante uma conferência de Imprensa dada no Porto em 5 do corrente, revelou que **«desde finais de 1979 até agora mais de 10 mil trabalhadores do sector têxtil foram lançados no desemprego, muitos deles na situação angustiante de não terem alternativa de emprego».**

O sector têxtil foi dos que mais contribuiu para o aumento dos desempregados no ano findo. Segundo números citados pela Federação, no final do primeiro semestre de 1981 o total de 386 mil trabalhadores sem emprego aumentava em 46 mil unidades relativamente a 1980.

Sem contar com os despedimentos por terem terminado os respectivos contratos a prazo, os elementos apurados pelos sindicatos do sector indicam para o ano findo um total de 3500 trabalhadores despedidos, sobretudo mulheres.

Entre as empresas com maiores despedimentos contam-se a **Corfam's** (630 trabalhadores), **Rayontex** (150), Rovinex (80), **Prim** (100), **José Romão** (120), **Rendas Primor** (300), **Sig** (250), **Verona** (400) e **Manu** (150).

Condenando a política do Governo «AD» para o sector que se caracteriza pela estagnação, principalmente no que respeita às pequenas e médias empresas, e pela criação de situações de desemprego com falta de pagamento de salários há muitos meses, como na **Algot** (1000 trabalhadores, sobretudo operárias), na **Têxtil do Caneiro** (600), na **Cambournac** (650), a Federação dos Têxteis alerta ainda os trabalhadores contra o aumento acelerado da repressão nas empresas, designadamente através do despedimento ilegal de delegados, ou delegados sindicais contra trabalhadores, como tem vindo a acontecer na **Empresa Fabril Tirsense** (despedimento de mulheres grávidas), na **Lady Corte** e **Penteadora,** de Unhais da Serra, na **Fiação e Tecidos da Ponta da Pedra,** na **Francisco Martins,** e nas **Malhas do Ameal.**

As trabalhadoras continuam a ser as principais vítimas dos despedimentos nos têxteis e nas confecções

Abertura aos despedimentos na Função Pública

Oito projectos de diploma que o Governo espera apresentar brevemente ao Parlamento ameaçam milhares de empregos na Função Pública.

A Federação sindical do sector, através de declarações do secretariado, reafirmou que, com esse conjunto de diplomas, «o Governo procura criar as condições para a adequação do aparelho de Estado aos objectivos da «AD», ou seja à reprivatização, extinção e desarticulação de inúmeros organismos da administração pública».

I Congresso

Nos dias 12 e 13 de Março próximo mais de mil delegados de todo o País vão reunir-se em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, levando assim a efeito o I Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública. Os trabalhos vão decorrer sob o lema «Unir e organizar, consolidar os direitos dos TFP; por uma administração pública ao serviço do povo e do país» – anuncia a Federação.

Jornalistas contra perda de direitos

Numa audiência com o secretário de Estado da Segurança Social, Bagão Félix, a direcção do Sindicato dos Jornalistas, ao apresentar «problemas que se prendem com a assistência médica e segurança social dos profissionais da Informação», chamou a atenção daquele membro do Governo para a «necessidade de ser reduzida a idade de reforma dos jornalistas por se tratar de uma profissão altamente desgastante».

Entre os assuntos tratados na audiência, «arrancada–sublinha a direcção num comunicado — ao cabo de 5 meses de pedidos sucessivos ao titular da pasta dos Assuntos Sociais», merece particular destaque «a retirada de regalias de assistência de que os jornalistas já usufruiam há dezenas de anos».

Contra essas medidas do Governo que a direcção sindical refere como intoleráveis e susceptíveis de imobilizar toda a classe, o secretário de Estado disse nada poder fazer e, «mais uma vez, remeteu a direcção do Sindicato para outra Secretaria de Estado».

A direcção do Sindicato dos Jornalistas aproveitou para protestar junto de Bagão Félix «contra uma situação altamente escandalosa relacionada com as dívidas de alguns jornais à Previdência» social.

Produção operária
Federação de Cooperativas

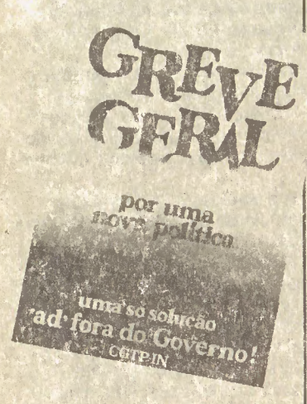
Está a decorrer o processo constitutivo da Federação Nacional das Cooperativas de Produção Operária. Numa conferência de imprensa em 4 do corrente, os organismos que estão na base daquele processo apresentaram um calendário para a sua concretização que deve culminar em 6 de Março próximo.

Numa reunião, cujos resultados foram tornados públicos naquela conferência de imprensa, foi eleita a comissão pró-federativa das cooperativas de produção operária, constituída pelas unidades de base indicadas a seguir juntamente com a sua localização e o ramo a que pertencem: **Citofone**, Lisboa, electrónica; **Novo Rumo**, Lisboa, metalomecânica; **Coopmar**, Lisboa, metalomecânica; **Mexacta**, Lisboa, metalomecânica; **Belfranco**, Lisboa, gráfica; **Electrocoop**, Almada, electricidade; **Lourocil**, Loures, construção civil; **Estrela Moitense**, Moita, construção civil; **Cuop**, Évora, construção civil; **Limpa**, Lisboa, construção civil; **Sadolhão**, Setúbal, alimentação; **Cutti**, Matosinhos, tintas; **Coopicart**, Porto, gráfica; **Cocamabé**, Valongo, madeiras; **Cobor Norte**, Vila Nova de Gaia, plásticos; **Oupa-Oupa**, Porto, construção civil; e uma cooperativa a nomear pela **Conscoop-União das Cooperativas de Construção Civil do Algarve.**

Cooperativa de produção operária: uma solução democrática e criadora de postos de trabalho que o 25 de Abril permitiu

Amanhã: greve geral de 24h

Confirmação poderosa do descontentamento popular



Como sublinha a CGTP-IN ao referir-se aos resultados da preparação da greve geral de amanhã, a população adere à luta do movimento sindical, assinalando bem o carácter de massas e a confirmação do descontentamento popular para com a política da «AD».
O total das adesões e dos apoios já manifestados, além do que significam em termos de capacidade de mobilização e de força da unidade do movimento sindical, confirmam «o isolamento crescente de algumas direcções sindicais que, teimando em não respeitar a vontade dos trabalhadores, mantêm uma atitude desfasada da realidade social do País».

Ao referir esse facto sempre presente para quem participa, ou acompanha, mesmo que não seja de muito perto, a movimentação sindical e as lutas dos trabalhadores, a CGTP-IN sublinha que **nenhuma força política democrática está contra a greve geral.**
Como já foi amplamente divulgado, principalmente depois da conferência de imprensa do secretariado da CGTP-IN na manhã de 9 do corrente, a greve geral tem o apoio manifesto de várias organizações políticas, designadamente do PCP, MDP/CDE, UEDS, UDP, Base-FUT.
Quanto ao PS, a alteração verificada, sobretudo «**no sentido de deixar ao critério dos seus militantes a decisão face à greve geral,** vem ao encontro das posições que vinham a ser expressas pelos trabalhadores socialistas nas reuniões das empresas e nas estruturas sindicais».
Ao referir essa posição do PS, em termos gerais como acabámos de citar, a CGTP-IN, por intermédio do secretariado nacional, sublinha que, «no decurso dos trabalhos preparatórios da greve geral e como consequência da ampla discussão efectuada com os trabalhadores», se alcançaram em síntese dois resultados:
- **Uma grande acção de esclarecimento acerca dos problemas que afectam os trabalhadores e o povo, designadamente no que se relaciona com salários e contratação colectiva, custo de vida, emprego e despedimentos, saúde e assistência, habitação e ensino;**
- **Uma grande e poderosa confirmação do descontentamento popular face à política seguida pela «AD», provando a justeza da greve através da entusiástica adesão dos trabalhadores por todo o País e também, como sublinha especialmente a CGTP-IN, através das «manifestações de apoio e de solidariedade provenientes dos mais diversos sectores sociais, designadamente de pequenos e médios comerciantes, camponeses, intelectuais e artistas, técnicos e quadros».**

Entre os apelos, apoios e exortações à participação na jornada de amanhã, parte deles já referidos pela imprensa diária, queremos destacar alguns, na impossibilidade de os referir a todos.
Além das adesões sindicais, expressas até à última terça-feira de manhã (258 organizações incluindo 221 Sindicatos, 73 não filiados na CGTP-IN, representando a maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses) e do apoio manifestado pelas forças políticas democráticas que referimos mais acima, são de destacar as muitas centenas de plenários, designadamente os realizados em sectores de ponta como os transportes, em empresas de importância nacional no campo da electricidade, química, metalurgia, metalomecânica, indústrias alimentares, tabacos, construção civil, têxteis, mineiros e na generalidade todos os sectores que negoceiam convenções colectivas de trabalho.
Entre os organismos representativos dos trabalhadores que têm vindo a manifestar publicamente o seu apoio à jornada de amanhã, destacaremos, entre os ultimamente recebidos, os das células do PCP no **Entreposto Comercial, Batista Russo, Oficinas Gerais de Fardamento do Exército, FAPAE, Fermentos Holandeses, Lusalite, Mague, Tofa, Laboratórios Baldacci, Lusofarmaco, SIF/Azevedos,** e **Organismo do Sector Químico do PCP** no concelho da Amadora.
Ainda dentro da organização do Partido, destaca-se o apelo do **Organismo de Direcção da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa,** célula do PCP na **RN,** célula do **Hospital de Santa Maria** e outras organizações de Lisboa, nomeadamente as comissões de freguesia da **Reboleira, Carnaxide, Lapa, São Paulo,** comissão concelhia de **Oeiras,** a organização de **Linda-a-Velha** e células da **Cimpor, Cimianto, Fidelidade, Grupo Segurador e Câmara Municipal de Lisboa.**
Registem-se também as tomadas de posição favoráveis à jornada de luta vindas da parte de grupos de trabalhadores, que não se reclamam de nenhum partido ou sindicato, mas que subscrevem apelos, como é o caso dos trabalhadores da empresa **Eugénio & Severino, Lda.**

Forte apoio da juventude

As organizações sindicais da juventude trabalhadora e a JCP têm vindo a contribuir para o êxito da greve geral participando na movimentação sindical e apoiando a nível de organismos a jornada nacional de amanhã.
O mesmo tem sucedido a nível regional nos sindicatos, nas empresas e sectores.
«Com o Governo "AD" – lê-se num manifesto da JCP – agravam-se as condições de vida da jovem geração portuguesa. Cada dia que passa, acentua-se a degradação do quotidiano juvenil. Todos dizem. Todos concordam. Os factos falam por si. Aumenta o desemprego; generalizam-se os contratos a prazo; liberalizam-se os despedimentos; faltam as instalações escolares; acentua-se a elitização da universidade de que é peça fundamental o 12.º ano; limita-se a autonomia universitária e a participação estudantil na gestão escolar; faltam casas para alugar e as poucas que existem têm rendas incomportáveis; restringe-se o crédito à habitação; a saúde torna-se mais cara; impede-se o acesso ao planeamento familiar aos menores de 18 anos; degrada-se o meio ambiente; falta o apoio ao desporto e à cultura.
«Este é um pesado e extenso rol de medidas que caem com violência sobre a vida já muito difícil da juventude portuguesa», acrescenta a JCP no seu manifesto de apoio à greve intitulado a «AD fora do Governo».
No **Porto,** a União dos Sindicatos comunicava entretanto que até ao fim da semana passada tinham sido entregues na delegação do Ministério do Trabalho 40 pré-avisos de greve cobrindo todos os sectores de actividade do distrito com excepção da banca e dos seguros.
Dessas 40 organizações, 11 não estão filiadas na CGTP-IN e uma delas é da UGT.
Prosseguem entretanto, na rua, nos sindicatos, nas secções, nas empresas, os preparativos da greve geral.
Dezenas de organizações representativas convocam plenários e aprovam documentos de apoio e adesão. É o caso das **Coordenadoras das CT's do Porto,** das **CT's da banca** (secretariado do Porto) das comissões de trabalhadores da **Eurofer, Jaime da Costa, MDF, William Graham, Uniteca, Lito-União, Mompor, Sepsa, Fapobol, Jomar, Santos Guimarães, Sonafi, Electrocerâmica, Batista Russo, Efanor, Centro Regional, Preh, Misericórdia do Porto, Cifa, Siderurgia Nacional, Litomaia, Efacec, Durão Rodrigues, EFI, Sundlete, Somarida, Equimetal, Companhia Portuguesa do Cobre, STCP, Soares da Costa, Petrogal** (subCT's).
O autocolante «Contem Comigo» vê-se em milhares de fatos de trabalho por todo o País.

Concentrações na Zona Ocidental

O Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa, que na última quinta-feira promoveu uma concentração de apoio no Largo do Calvário, convocou para amanhã às 9 horas concentrações de moradores e trabalhadores no Largo de Alcântara, em frente à sede do Atlético, na Calçada da Ajuda, junto da Comissão de Moradores e no Largo da Princesa, em Belém.

Directivas

Sgundo um parecer técnico-jurídico «os trabalhadores que aderirem à greve geral de 12 de Fevereiro decretada pela CGTP-IN apenas poderão sofrer o desconto da retribuição correspondente a esse dia e têm direito à retribuição correspondente ao sábado e ao domingo seguintes. As entidades patronais estão legalmente proibidas de descontar ou, sequer, de reter tais retribuições».

Além desse aspecto particular dos efeitos da greve sobre o contrato de trabalho, os Sindicatos e os trabalhadores têm à sua disposição várias directivas legais e esclarecimentos de carácter prático e jurídico para a realização da greve.

Desses esclarecimentos destacamos que **a greve é, quanto aos seus objectivos, plenamente constitucional e conforme com a lei, podendo ser cumprida pelos trabalhadores com inteira segurança.**

Piquetes de greve

Deverão constituir-se os piquetes de greve necessários, a nível de empresa, segundo a experiência comum. Os piquetes podem desenvolver a sua acção no interior da empresa.

No entanto, como se trata de uma greve geral, os piquetes podem e devem assumir uma marcante intervenção pública nos principais locais públicos dos centros urbanos, desenvolvendo aí «actividades tendentes a persuadir os trabalhadores (em geral) a aderirem à greve, por meios pacíficos». Com efeito, a greve geral realizar-se-á, em princípio, sem a presença dos grevistas nos locais de trabalho. E como a paralisação dos transportes impedirá deslocações em massa às empresas, a principal acção dos piquetes deverá fazer-se sentir nos locais públicos frequentados por trabalhadores (zonas de residência, zonas de passagem, zonas de tomadas de transportes, grandes serviços públicos, etc.). Tais piquetes, porque a greve é geral, poderão ser compostos por trabalhadores de várias empresas.

Segundo o artigo 10.º da Lei 65/77 **são proibidas** entre outras, as seguintes **discriminações por motivo da greve:**
- Desconto de retribuição superior à do dia da greve;
- Desconto na antiguidade;
- Instauração de processos disciplinares ou suspensão de trabalhadores;
- Não renovação de contratos a prazo;
- Preterição em promoções;
- Alteração de funções ou transferência de local de trabalho;
- Retirada de funções de responsabilidade ou de «confiança»;
- Favoritismo para os fura-greves.

O pa

Sobre o papel divisionista da UGT, o secretariado nacional da CGTP-IN afirmou na conferência de imprensa do dia 9:
Nenhuma força política democrática está contra a greve geral.
Contra a greve geral estão a «UGT», o patronato e o seu Governo.
Mais uma vez a «UGT» tal como noutras ocasiões politicamente importantes (eleições para a AR e presidenciais) demonstra ser uma organização controlada pelas forças de direita.
Mais uma vez a «UGT», como em muitas outras lutas dos trabalhadores, aparece

Emigrantes solid com trabalhadore em Portugal

Uma delegação de diversas associações de emigrantes portugueses em França – Clube Juvenil Português, Associação dos Originários de Portugal, Associação Portugal de Abril, Associação dos Choferes Originários de Portugal, Comissão Cultural

horas

[P]apel da UGT

ao lado do patronato contra a CGTP-IN.

Fazendo coro na campanha de propaganda do Governo, nas calúnias, infâmias e deturpações sobre os objectivos da greve geral propondo-se alinhar com o patronato na substituição dos trabalhadores que aderem a esta grande jornada de luta, a «UGT» confirma-se como uma organização fura-greves e não como uma estrutura concorrente no plano sindical da CGTP-IN.

Para os trabalhadores há muito que deixou de haver dúvidas sobre a «UGT».

O patronato reaccionário, sentindo as costas quentes do Governo e a cumplicidade dos divisionistas, desencadeou uma ofensiva de ilegalidades e prepotências com vista a tentar intimidar os trabalhadores de aderirem à greve geral.

Longe de fazer recuar os trabalhadores a acção do patronato tem sido em muitos casos, um «esclarecimento» suplementar dos trabalhadores que comprova a necessidade da realização da greve geral como forma de defenderem os seus interesses e direitos.

[S]olidários [trabalha]dores em luta

C.E. Renault-Billancourt – entregará na Embaixada de Portugal em Paris, dia 13, um documento em que se realçam seis perguntas:

«1. Quanto está o Governo português disposto a gastar em 1982 para apoio aos emigrantes em França? Quanto gastou em 1981?

«2. Quais os seus objectivos no campo do Ensino, da Assistência Consular e Jurídica, do Apoio Cultural e às Associações e no melhoramento dos Transportes? Quanto vai gastar em cada um destes problemas em 1982? Quanto gastou em 1981?

«3. Que verba será atribuída em 1982 a Comissão de Comunidade em França?

«4. Em que medida serão os emigrantes e as suas famílias em Portugal afectados pelos brutais aumentos do custo dos medicamentos e dos tratamentos hospitalares, recentemente decretados?

«5. Que garantias oferece o Governo em como os emigrantes não serão afectados pela recente decisão de suspender a atribuição de créditos para compra de habitação em Portugal?

«6. Que garantias de segurança e rentabilidade oferece o Governo às nossas remessas face a uma inflação de 25% e as afirmações de Marcelo Rebelo de Sousa, ao jornal sueco «Dagenef Nyheter» em como Portugal já não tem dinheiro para pagar as dívidas?».

Esta acção dos emigrantes franceses destina-se não só a defender os seus interesses específicos, mas surge também como forma de solidariedade **«com os trabalhadores que no dia 12 de Fevereiro estarão em luta no nosso país».**

Terrorismo

O secretariado nacional da CGTP-IN, ao pronunciar-se sobre as tentativas de desmobilizar a participação em massa na greve geral, afirma nomeadamente o seguinte:

«O Governo AD e as forças que o apoiam iniciaram nos últimos dias da semana uma desesperada ofensiva contra a greve geral em 3 direcções:

1 – Lançar acções de provocação contra o Movimento Sindical, dentro das quais se insere o aproveitamento provocatório do alegado atentado bombista à residência do sr. Torres Couto.

2 – Manipular a comunicação social, escamoteando a justeza da luta dos trabalhadores e impedindo a divulgação das posições da CGTP-IN.

3 – Organizar a mobilização de um vasto aparelho de forças policiais para o dia da greve geral com vista a intimidar e impedir a livre e legítima acção dos piquetes de greve.

«O povo português sabe, por experiência própria, que os actos de terrorismo partiram sempre das forças afectas e aliadas do Governo quer se chamem CODECO, ELP, MDLP, FP 25 de Abril ou Comandos 28 de Maio.

«Aos trabalhadores basta o pleno uso dos seus direitos legais e constitucionais para defender os seus interesses e a democracia. A CGTP-IN repudia as calúnias lançadas pelo sr. Torres Couto sobre o atentado que diz ter sido vítima, bem como idênticas infâmias do sr. Ângelo Correia e anuncia que decidiu apresentar processos-crimes contra estes dois sujeitos.

«A CGTP-IN denuncia a lei da rolha que o Governo quer impor na RTP e na RDP, e de que são factos comprovativos a sua recusa em comparecer em debates públicos com a CGTP-IN sobre os objectivos da greve geral.

«A CGTP-IN denuncia e rejeita a hipócrita "protecção" que o MAI diz querer dar aos piquetes de greve.

«Os trabalhadores não precisam de exibições de aparato policial para exercerem os seus direitos.

«A greve geral é uma demonstração pacífica de solidariedade popular.

«Fazer greve é um acto voluntário, legal e democrático que os trabalhadores têm o direito de exercer.

«Só o Governo AD, por estar contra o povo, tem razões para temer a greve geral.

«A CGTP-IN garante, através dos piquetes da greve, os serviços essenciais e de urgência, bem como a segurança das instalações e dos equipamentos de produção e exige que o Governo lembre e divulgue aos agentes das forças militarizadas os direitos que a lei consagra aos piquetes de greve.

«O nervosismo do Governo encontra justificação no êxito certo da greve geral e na conclusão lógica a tirar desse êxito.

«O Povo trabalhador rejeita a política do Governo e exige a sua demissão.

«Quer uma política que respeite o 25 de Abril.».

Organizações que subscreveram ou estão abrangidas por pré-avisos

Agrícolas de Beja
Agrícolas de Castelo Branco
Agrícolas e Resineiros de Coimbra
Agricultura de Évora
Agrícolas de Faro
Agrícolas do Funchal
Agrícolas de S. Miguel e Sta. Maria
Agricultura de Leiria
Agricultura de Lisboa
Agricultura de Portalegre
Agrícolas de Santarém
Agrícolas de Setúbal

Conservas do Centro
Conservas de Faro
Conservas do Norte
Conservas de Setúbal
Conservas do Funchal
Carnes do Sul
Carnes de Santarém e Setúbal
Lacticínios do Sul
Panificação de Braga
Panificação de Aveiro
Panificação do Funchal
Panificação de Viseu
Hidratos de Carbono do Sul
Hidratos de Carbono do Norte
Indústrias Alimentares de Santarém
Indústria de Bebidas
Indústrias de Bebidas Norte e Centro
Indústria de Tabaco
Alimentação e Bebidas de Angra do Heroísmo

Celulose e Transf. de Papel, Gráfica e Imprensa do Norte
Celulose e Transf. de Papel, Gráfica e Imprensa do Centro
Celulose e Transf. de Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas

Indústria Vidreira
Cerâmica de Aveiro
Cerâmica de Coimbra
Cerâmica de Leiria
Cerâmica de Lisboa
Cerâmica do Porto
Cerâmica do Sul
Cerâmica de Viana do Castelo

Comércio e Serviços de Braga
Escritórios e Comércio de Aveiro
Comércio e Escritórios de Coimbra
Comércio Escritórios e Serviços do Sul
Comércio e Serviços de Lisboa
Comércio e Serviços do Porto
Serviço Doméstico
Aduaneiros
Escritórios e Comércio de Angra do Heroísmo
Comércio e Escritórios de Castelo Branco
Escritórios e Caixeiros do Funchal
Escritórios e Comércio da Guarda
Escritórios e Caixeiros da Horta
Escritórios e Caixeiros de Leiria
Comércio e Serviços de Santarém
Escritórios e Comércio de Viana do Castelo
Escritórios e Comércio de Vila Real e Bragança
Escritórios e Comércio de Viseu
Portaria, Vigilância e Limpeza
Técnicos de Desenho
Agentes Técnicos Agrícolas

Telecomunicações
Sintel – Telecomunicações dos CTT
SNTCT – Correios e Telecomunicações

Telefonistas do Norte

Construtores Civis
Construção Civil e Madeiras de Braga
Construção Civil e Madeiras de Castelo Branco
Construção Civil e Madeiras de Coimbra
Construção Civil e Madeiras do Alentejo
Construção Civil e Madeiras de Faro
Construção Civil e Madeiras do Funchal
Construção Civil de Leiria
Construção Civil de Lisboa
Construção Civil e Madeiras do Porto
Construção Civil de Santarém
Construção Civil e Madeiras de Setúbal
Construção Civil de Viana do Castelo
Construção Civil de Vila Real
Construção Civil de Chaves
Construção Civil e Madeiras de Viseu
Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo
Madeiras de Santarém
Indústrias Transformadoras de Ponta Delgada
Construção Civil da Horta
Madeiras do Porto e Aveiro
Madeiras de Leiria
Madeiras de Viana do Castelo

Corticeiros do Sul
Corticeiros do Norte
Corticeiros de Portalegre

Indústrias Eléctricas do Norte
Indústrias Eléctricas do Centro
Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas
Indústrias Eléctricas da Madeira
Act. Cinematográfica
Espectáculos
Profissionais de Futebol
Músicos
Treinadores de Futebol

Função Pública do Norte
Função Pública do Centro
Função Pública do Sul e Açores

Hotelaria do Norte
Hotelaria do Centro
Hotelaria de Braga
Hotelaria de Faro
Hotelaria do Funchal
Hotelaria do Sul

Capitães Pilotos Com. Rad. da Marinha Mercante
Maquinistas Práticos de Lisboa
Trabalhadores de Terra da M. M. Aeron. e Pescas
Transportes Marítimos do Funchal

Metalúrgica e Metalomecânica do Sul
Metalúrgicos de Aveiro
Metalúrgicos de Braga
Metalúrgicos de Bragança
Metalúrgicos de Castelo Branco
Metalúrgicos de Coimbra
Metalúrgicos da Guarda
Metalúrgicos de Leiria
Metalúrgicos de Lisboa
Metalúrgicos de Portalegre
Metalúrgicos do Porto
Metalúrgicos de Santarém
Metalúrgicos de Viana do Castelo
Metalúrgicos de Viseu
Mineiros do Norte
Mineiros do Sul

Metalúrgicos do Funchal
Pescadores de Vila do Conde
Pescadores do Porto – Afurada
Pescadores de Vila Praia de Ancora
Pescadores da Figueira da Foz
Pescadores de Faro
Pescadores da Horta
Pesca de Leiria
Pescadores de Matosinhos
Pescadores de Setúbal
Pescadores da Póvoa de Varzim
Motoristas Marítimos do Norte
Maquinistas Práticos de Faro
Pescadores de Viana do Castelo

Estivadores e Barqueiros de Setúbal
Estivadores e Trab. do Cais de Viana do Castelo
Transportes Fluviais do Sul

Ind. e Comércio Farmacêutico
Químicos do Centro e Ilhas
Químicos do Norte
Químicos do Sul
Fósforos do Norte

Enfermagem do Centro
Enfermagem do Sul e Ilhas
Paramédicos do Norte e Centro
Psicólogos

Bordados da Madeira
Lanifícios da Guarda e Viseu
Têxteis da Beira Baixa
Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro
Lanifícios do Norte
Têxteis do Porto
Têxteis de Braga
Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul
Têxteis de Aveiro
Vestuário de Braga
Vestuário do Porto
Vestuário do Funchal
Calçado e Malas de Braga
Calçado e Malas de Aveiro
Calçado e Malas do Centro Sul e Ilhas
Calçado e Malas do Porto
Curtumes de Braga
Curtumes do Porto
Curtumes de Santarém

Ferroviários do Norte
Ferroviários do Centro
Ferroviários do Sul
Rodoviários e Garagens de Aveiro
Rodoviários de Braga

Rodoviários e Garagens de Braga
Rodoviários da Guarda
Rodoviários de Bragança
Rodoviários de Viana do Castelo
Rodoviários de Viseu
Rodoviários de Coimbra
Rodoviários de Faro
Rodoviários do Sul
Rodoviários e Urbanos do Centro
Rodoviários e Urbanos do Porto
Transportes Colectivos do Porto
Rodoviários de Vila Real
Motoristas do Funchal
Transportes e Turismo de Angra
Transportes Colectivos de Lisboa
Transportes e Turismo da Horta

Além destes, fizeram pré-avisos próprios para a greve geral os seguintes sindicatos não filiados em nenhuma Federação ou União ou na CGTP-IN:

Agrícolas de Braga
Agrícolas do Porto
Agrícolas de Vila Real
Agrícolas de Viseu
Agrícolas de Bragança
Carnes do Norte
Jornalistas
Barbeiros e Cabeleireiros do Norte
Telefonistas de Lisboa
Construção Civil de Aveiro
Guarda-Sois
STAL – Administração Local
Função Pública do Funchal
Câmara Municipal de Lisboa
Marinheiros Mercantes
Fogueiros do Norte
Administração e Juntas Pecuárias
Carregadores e Descarregadores do Funchal
Descarregadores de Mar e Terra do Distrito de Setúbal
Professores da Madeira
Professores da Grande Lisboa
Professores da Região Sul
Técnicos de Prótese Dentária

Farmacêuticos
Ajudantes de Farmácia
Médicos do Centro
Médicos do Sul e Ilhas
Enfermagem do Funchal
Pescadores de Lisboa

SITAVA – Aviação e Aeroportos

Definição da jornada

A greve geral para além dos objectivos já anunciados, pode ser definida, a um tempo, como **greve económica** (por reivindicações económicas, profissionais e outras relacionadas com os interesses dos trabalhadores), **greve de solidariedade** entre todos os trabalhadores em luta por reivindicações comuns, e dos trabalhadores em geral com aqueles que defrontam situações particulares mais difíceis, como os contratados a prazo ou os pertencentes a sectores em que a contratação colectiva esteja bloqueada, etc.) e **greve política** (por visar pressionar o poder político a alterar a política geral do país e as políticas sectoriais em sentido favorável à democracia, ao progresso social, aos interesses dos trabalhadores e das camadas populares e, constatando não ser tal alteração possível com a actual composição político-partidária do Governo, pretender também exercer pressão no sentido de uma mudança de governo).

Todos estes objectivos podem **ser licitamente prosseguidos – mediante livre determinação dos trabalhadores – através da greve.** Com efeito, e por força do artigo 59.º, n.º 2 da Constituição, que não permite à lei fazer quaisquer restrições sobre este aspecto, dispõe o artigo 1.º, n.º 2 da Lei 65/77: «Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve».

PCP

«Vencer a crise, promover o desenvolvimento»

Um seminário que demonstrará: impõe-se uma alternativa para resolver os grandes problemas económicos

«Vencer a crise, promover o desenvolvimento» – é sob este tema que se realizará no próximo dia 7 do mês de Março, em Lisboa, um importante seminário do PCP.

Promovem a iniciativa a Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) e a Comissão para os Assuntos Económicos junto do Comité Central do Partido.

São objectivos do seminário: **«caracterizar os aspectos essenciais da crise que atravessamos e, retomando conclusões de outras realizações similares** (Conferências Nacionais sobre a saída da crise, as Nacionalizações e o Mercado Comum), **demonstrar que a alternativa no campo económico e financeiro à recuperação capitalista, latifundista e imperialista, levada a cabo pela direita na peugada do PS, não só existe como é viável e imprescindível para resolver os grandes problemas nacionais»** – salientam as entidades organizadoras da iniciativa.

A fase preparatória do seminário está a ser caracterizada pela viva colaboração de quadros, técnicos e especialistas do Partido, com actividade profissional directamente ligada às matérias que estarão em foco nos debates do seminário.

«Como noutros casos», refere a organização, «participam também, lado a lado com militantes comunistas, técnicos e especialistas fora do Partido, numa afirmação indesmentível do seu empenho em procurar, em conjunto com o PCP, as soluções necessárias para se ultrapassar a crise e se lançarem as bases de um desenvolvimento económico harmonioso».

O seminário prevê um debate objectivo e dinâmico sobre temas das áreas da **agricultura, pescas, indústria, política monetária e financeira, comércio, preços e salários.** Os trabalhos decorrerão fundamentalmente em secções, reservando-se o maior tempo disponível para o debate oral.

Os organizadores salientam a propósito:

«Daí que as intervenções previstas a ler sejam em número reduzido, limitadas pratricamente ao levantamento das grandes questões».

Uma iniciativa aberta

«Para que esse debate se enriqueça», diz a DORL e a Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC, «considera-se decisiva a participação activa dos trabalhadores do Partido, nomeadamente de sectores, empresas e sindicatos mais estreitamente ligados aos temas em discussão». Este apelo dirige-se não só aos militantes da Organização Regional de Lisboa (ORL), «mas também de outras OR's».

Todos os esclarecimentos sobre o seminário podem ser obtidos no CT da Soeiro Pereira Gomes, onde funciona a Comissão Organizadora, que, entretanto, adianta:

«Naturalmente que se entende da máxima importância a presença do maior número de técnicos, especialistas e trabalhadores de fora do Partido, filiados noutros partidos ou não».

Horário

O seminário "Vencer a crise, promover o desenvolvimento" decorrerá no dia 7 de Março, na Faculdade de Letras de Lisboa (Cidade Universitária). Funcionará em plenários (um de abertura e outro de encerramento) e em quatro secções.

Os trabalhos têm início marcado para as 9 e 30, prevendo-se o seu encerramento às 20 horas. Haverá intervalo para o almoço.

Se continuasse o Governo «AD»...

(...) *A situação da economia portuguesa degrada-se rapidamente.* A produção industrial está estagnada ou em retrocesso. A capacidade não utilizada sobe a mais de 20%. A sabotagem às empresas nacionalizadas reduz a sua expansão e eficiência. Projectos de interesse nacional como o Plano Siderúrgico e o do Alqueva são boicotados. A produção agrícola regista uma baixa acentuada que não pode atribuir-se apenas às condições climatéricas desfavoráveis. Na zona da reforma agrária, ao mesmo tempo que 20 000 trabalhadores foram lançados no desemprego, terras entreges aos latifundiários estão abandonadas, perdem-se colheitas e diminui o efectivo pecuário. Nas *pescas* a política do governo acentua gravemente a crise do sector, preparando milhares de despedimentos, entregando a frotas estrangeiras os recursos nacionais, desmantelando o sector nacionalizado.

Com a política da «AD» a economia portuguesa caminha rapidamente para o desastre. O défice da balança comercial, que foi de 42 milhões de contos em 1975, ultrapassou 300 milhões em 1981 e alcançaria 400 milhões em 1982, se continuasse o governo «AD».

O défice da balança de transacções correntes, que foi de 25 milhões de contos em 1975, alcançou 120 milhões em 1981 e com a «AD» alcançaria em 1982 150 milhões.

A dívida externa, que era de 80 milhões de contos em 1975, alcançou 620 milhões em 1981 e alcançará 820 milhões em 1982 se continuar o governo «AD», montante superior ao actual valor das reservas e do ouro avaliados a preços no mercado.

Os juros pagos ao estrangeiro, que foram de 8 milhões de contos em 1975 subiram a 65 milhões em 1981 e, a continuar o governo «AD», subirão a 80 milhões em 1982.

O Comité Central chama a atenção para o facto de que a política de restauração monopolista, caminha a par de cada vez mais graves concessões económicas ao capital estrangeiro e da submissão e dependência crescentes ao imperialismo estrangeiro, com graves danos para o bem-estar do Povo português e a independência de Portugal. A insistência numa adesão ao Mercado Comum, que só pode trazer ruína, dependência e colossal endividamento externo, compromete seriamente o desenvolvimento geral e o futuro do País. (...)

(Do documento «o PCP com o povo na defesa da democracia», aprovado na última reunião do Comité Central)

Os temas das quatro secções

Dos temas já seleccionados para o debate em cada uma das quatro secções do seminário, destacamos:

1.ª secção – AGRICULTURA

- A crise da Agricultura: saídas necessárias
- Grandes projectos hidroagrícolas: novas alternativas
- Para uma política de alimentação animal
- Indústrias agro-alimentares
- Uma florestação ao serviço do País

2.ª secção – PESCAS

- "Déficit" de produtos pesqueiros, e substituição nacional das importações actuais
- Os recursos da CEE e de águas exteriores, e os meios para realizar a sua exploração
- Propostas de medidas: as transformações estruturais e os grandes projectos

3.ª secção – INDÚSTRIA

- Análise da situação da Indústria
- As formações económicas e o seu papel numa política de desenvolvimento
- Bases para uma política de desenvolvimento
- O problema da energia
- Intervenções sectoriais sobre: Metalomecânica Pesada; Indústrias Químicas; Siderurgia; Têxteis; Celulose e Papel; Problemas de Tecnologia; Indústria Naval

4.ª secção – POLÍTICA MONETÁRIA E FINANCEIRA / COMÉRCIO PREÇOS E SALÁRIOS

- Política de crédito
- Política monetária
- Agentes de política monetária e financeira
- Aplicações financeiras
- Créditos às empresas
- Controlo de preços/estruturas comerciais/papel dos organismos de coordenação económica
- Preços e salários

Octávio Pato na Amadora
A alternativa é reconduzir Portugal ao caminho de Abril

«Quem vem assistindo à campanha de intimidações, ameaças e coacções por parte do governo, com o objectivo de atemorizar e desmobilizar os trabalhadores para a greve geral do dia 12 (campanha aliás já prevista na última reunião do Comité Central do nosso Partido), não pode deixar de tirar algumas conclusões — **sublinhou Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, no decorrer de uma sessão de esclarecimento realizada na passada segunda-feira na Filarmónica da Amadora.**

As razões que estão por detrás de tal actuação são claras:

Ao precisar de recorrer a tais métodos, mesmo dominando, como domina, todos os órgãos de comunicação social do Estado, o governo implicitamente mostra, por um lado, estar consciente da política profundamente antipopular, antinacional e antidemocrática que executa, por outro reconhecer a grandiosa movimentação de massas que se vem verificando contra esta política e a enorme adesão que a greve geral do dia 12, convocada pela CGTP-IN, está a ter.

Também a campanha desenfreada do governo tem o mérito de evidenciar a razão que assiste aos trabalhadores e a inteira justeza da convocação de uma greve geral. Ouvindo o Primeiro-Ministro, os vários ministros e secretários de Estado e restantes acólitos da reacção, que se vêm sucedendo na Televisão e na Rádio, a falar sobre a greve do dia 12, não é difícil constatar que o próprio direito à greve, as próprias liberdades, são por eles postas em causa. Trata-se de uma amostragem apenas de um plano muito mais vasto de liquidação da democracia a pôr em prática se eventualmente conseguissem levar a cabo a revisão inconstitucional da Constituição.

Por sua vez, o patronato lança mão do suborno e da demagogia para dividir os trabalhadores. É o seu governo que está em causa. Por isso prometem aumentos e promoções aos que furarem a greve.

Manobras demasiado grosseiras, aviltantes e claras para quem vive honestamente do seu trabalho.

Confirma-se o acordo «AD/PS»

Depois de críticas à UGT e à sua posição de classe, e de uma alusão ao recente atentado bombista à porta da casa de Torres Couto, que situou no presente contexto da provocação «contra as forças políticas e organizações mais consequentes na defesa dos interesses das massas laboriosas», disse Octávio Pato:

O dr. Mário Soares queixa-se de ser o alvo preferido dos ataques do PCP (o que é manifestamente falso) e serve-se desse argumento para levantar uma onda furiosa de insultos e calúnias contra o PCP.

Ora o que o PCP tem alertado e continua a alertar é para o facto de existir um acordo entre o PS/Mário Soares e a «AD» para a revisão da Constituição. Facto que o PS vem negando, mas que a direita confirma, nomeadamente através de Ângelo Correia, na sua «alocução» de 7/2 no Telejornal. É ele que diz: O PS **«não pode como já o fez, celebrar um acordo político nas questões de regime no que toca à revisão da Constituição com a AD e por outro lado manter uma posição de manutenção do sistema económico».**

Há dias, no último comício do PS no Porto, Mário Soares afirmou que «é necessário mudar de política, mudar de governo, e quanto mais depressa melhor».

Entretanto, no comício que pouco antes o PS realizara em Lisboa, o lema central era: «contra a mudança para pior do Governo AD».

Então vejamos: Em Lisboa o PS admite que um novo governo «AD» seria pior que o actual; no Porto diz, pela boca de Mário Soares, que quanto mais depresse se mudar de política e de governo melhor.

Perguntamos que quer afinal o PS, ou alguns dirigentes do PS? Um governo pior que o actual, ou uma nova política e um novo governo?

Admitamos (e estamos certos que a esmagadora maioria dos socialistas assim o pensa) que quer uma nova política e um novo governo, o que só é possível com a retirada da «AD» do poder. Porque não pede então o PS a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas, condições necessárias para a mudança de governo?

Só vemos duas hipóteses:

— ou o PS/Mário Soares quer concluir a revisão (inconstitucional) da Constituição, e então desencadear a ofensiva da época;

— ou o PS/Mário Soares quer substituir o governo Balsemão II por um qualquer governo Balsemão III.

No primeiro caso, de pouco lhe valeria a ofensiva, fosse ela qual fosse, que então viesse a tomar, já que a concretizar-se a revisão inconstitucional da Constituição, com a sua ajuda a «AD» teria todas as alavancas do poder nas mãos e o Presidente da República teria sido destituído dos seus principais cargos.

No segundo caso, seria a continuação da política e do governo que Mário Soares diz ser necessário mudar quanto mais depressa melhor.

Como partido democrático o PS não pode ignorar o descontentamento das massas, incluindo larga base de apoio da «AD».

O PS não pode escamotear as realidades. E quando se pretende apresentar de novo como alternativa à «AD» está de facto a desacreditar e a tentar impedir a criação de uma verdadeira alternativa.

Os resultados de todas as eleições ultimamente realizadas apontam para uma perda de influência do PS, para uma grande descida da «AD» e para o crescimento único da APU. Como pode, pois, o PS sozinho ser alternativa?

Mas a alternativa existe. Como salientou o Comité Central do nosso Partido, a alternativa existe, não contra os trabalhadores e contra o PCP, mas com os trabalhadores e com o PCP. E que bastará a actuação coordenada, conjunta ou convergente de todas as forças e sectores democráticos e patrióticos para, num curto prazo, reconduzir Portugal ao caminho de Abril.

Notícias do Algarve

Largas centenas de membros do Partido, simpatizantes e amigos, participaram no último fim-de-semana em todo o Algarve nas reuniões e debates que foram organizados para discutir a situação política à luz das conclusões do último plenário do CC.

Decorrente da situação política, foram também discutidas as tarefas imediatas que se colocam à organização do Partido e ao movimento de massas, tendo assumido particular importância a discussão àcerca do trabalho preparatório para a greve geral de amanhã.

Entusiasmo, combatividade e confiança caracterizaram muitas das intervenções produzidas durante as reuniões, deixando antever que, apesar das dificuldades e perigos que a actual situação comporta, há condições para lhe fazer frente.

●

Promovido pela Comissão Concelhia de Faro do PCP, realizou-se no último sábado, nas instalações da Coopofa, uma reunião plenária, a fim de discutir e aprovar o Plano de Actividades de acção política e orgânica, para o ano de 1982.

Para além de uma intervenção inicial de um membro da CC, a discussão do Plano foi enriquecida por muitas intervenções produzidas quer individualmente quer em nome de vários organismos de base do Partido: células, organizações de freguesia e comissões locais.

●

No próximo domingo, dia 14, no Salão da Assembleia Distrital de Faro vai realizar-se uma reunião distrital de quadros para discutir o trabalho e o funcionamento dos diversos órgãos autárquicos do distrito e o papel dos nosso eleitos; e também as perspectivas eleitorais e o trabalho da campanha, tendo em vista as próximas eleições para os órgãos de Poder Local.

Para além dos eleitos da APU, membros do PCP, no Algarve, estarão igualmente presentes os quadros mais responsáveis do trabalho do Partido nos vários sectores do Algarve. Participará também o camarada Luís Sá, director da revista «Poder Local».

●

Quando dentro da sua normal acção de propaganda se realizava no sábado, dia 6, uma banca em Lagos, para venda e divulgação dos materiais do Partido, os camaradas foram interpelados por agentes da PSP que, a pretexto de impedir a acção dos «vendedores ambulantes», procurou retirar a banca do local.

Resistindo a esta medida arbitrária, os camaradas recusaram-se à retirar a banca. Na acção de denúncia foi feito um largo trabalho de esclarecimento perante muitas pessoas que acorreram ao local e que ali manifestavam apoio às posições dos nossos camaradas.

Persistindo na sua acção ilegal o comando da PSP de Lagos intimou um camarada nosso para julgamento sumário nos dias seguintes, no Tribunal de Lagos.

«Avante!» e «O Militante»
Ampla difusão no Porto

O «Avante!» e o boletim de organização «O Militante» desempenham desde há dezenas de anos e nas mais diversas situações um papel fundamental e insubstituível na ligação do Partido às massas e à sua luta, na recolha de experiências, na elevação do nível, de consciência política e ideológica dos militantes do PCP e dos trabalhadores em geral — salienta a Comissão de Imprensa do Partido junto da DORP — Direcção da Organização Regional do Porto.

Como já divulgámos, decorre na ORP até 20 de Maio uma campanha de difusão daqueles órgãos do Partido, campanha essa que nos é assim caracterizada pelos camaradas do distrito do Porto:

«Primeiro há as metas das várias organizações, que já foram estabelecidas e que perfazem um total de 6 mil «Avantes!» por semana e 2800 «Militantes» por mês a difundir regularmente na área da Organização regional do Porto. A partir daqui deverá ser feito, mensalmente, na terceira quinta-feira de cada mês o controlo da campanha».

Sobre a emulação (galardão e quadro de honra) divulgaremos oportunamente alguns aspectos.

A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

editadas as Comunicações finais em 14 volumes

AUTÊNTICA ENCICLOPÉDIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS AUTARQUIAS

INDISPENSÁVEL AOS ELEITOS AUTÁRQUICOS E A TODA A POPULAÇÃO

Carnaval na Romeira

Um Carnaval em cheio? É verdade! Será no pavilhão da Romeira (Cova da Piedade, Almada): cinco grandiosos bailes, nos dias 20, 21, 22 e 23 deste mês. Neste último dia haverá ainda *matinée* infantil com concurso de máscaras.

Os referidos bailes, com música do grupo «Os Vermelhos», realizam-se todos a partir das 21 e 30. Não faltará um completo serviço de bar. A organização destas jornadas de convívio popular pertence à Comissão de Fundos da Romeira do PCP e à Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Alegria criatividade, unidade – será assim o grande Carnaval na Romeira. Lá estaremos.

Festa da Primavera
Em Abril, vamos a Santarém!

Á semelhança dos anos anteriores, Santarém voltará a ser palco da maior Festa Popular do Ribatejo: a Festa da Primavera, que se realiza nos próximos dias 2, 3 e 4 de Abril no recinto da Feira Nacional da Agricultura, na cidade de Santarém.

O êxito e a participação popular alcançados nos anos anteriores com esta iniciativa da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP, garantem desde já que a Festa/82 será uma grande manifestação artística cultural, desportiva e recreativa, para além de importante jornada de são e alegre convívio entre ribatejanos e outros visitantes.

Paralelamente, a Festa será ainda um documento vivo do que foi e é a luta e a vida dos trabalhadores e da sua vanguarda, o PCP, na defesa do regime democrático e da Constituição, no distrito de Santarém.

O entusiasmo que preside à preparação da Festa da Primavera transcende os limites do distrito. Em todos os pontos do País, do Minho ao Algarve, amigos e camaradas organizam a sua participação na Festa recolhendo os materiais que apresentarão nos seus *stands* e pavilhões.

Encontra-se já em cuidadosa fase de preparação o programa da Festa, podendo adiantar-se que abrangerá áreas diversificadas – folclore, colóquios e debates, cinema, teatro, desporto, música filarmónica, espectáculos musicais, fado, venda de produtos regionais, mercado da Reforma Agrária, actividades infantis e juvenis.

E, claro, não faltarão as especialidades em vinhos e petiscos das diferentes regiões do País.

Um aspecto importante: as entradas no recinto da Festa serão livres, pagando-se apenas as entradas para os espectáculos. Estas entradas permanentes (FP's), para os três dias, podem ser adquiridas nos Centros de Trabalho do PCP ou directamente às centenas de militantes e amigos que têm essa tarefa.

É bom marcar na agenda, nos dias 2, 3 e 4 de Abril: **o ponto de encontro é em Santarém, na Festa da Primavera – 1982.**

PCP

Reunião de quadros, em Évora

Eleições autárquicas o tema dominante

Decorreu, no último fim-de-semana, em Évora, uma reunião distrital de quadros do PCP, durante a qual foram abordadas e discutidas numerosas questões, algumas relacionadas com a vida do Partido na região e outras respeitantes a iniciativas futuras.

Foi o caso, por exemplo, das próximas eleições autárquicas, ponto que foi detalhadamente abordado e analisado e que foi motivo de referência no documento das conclusões do Encontro.

Aí se salienta que as eleições a realizar no fim deste ano «constituem uma importante batalha na qual toda a Organização do Partido se deve desde já empenhar».

Este mesmo documento de conclusões do Encontro refere mais adiante que no distrito de Évora a APU **detém a presidência em 12 das 14 Câmaras e 66 das 75 Freguesias**, pelo que esta batalha assume particular significado, **pois não só temos que trabalhar para manter as nossas posições nos referidos órgãos autárquicos como temos que procurar reforçá-las, ganhando novas presidências e aumentando o número de mandatos noutros órgãos em que estamos em maioria.**

A preparação desta importante tarefa é em seguida abordada, propondo-se a dinamização de toda a Organização do Partido no distrito para o trabalho eleitoral e ainda a criação da estrutura do Partido virada para o mesmo trabalho, bem como a discussão dos nomes para as listas que vierem a ser formadas.

Por outro lado, questões ligadas directamente com a pré-campanha eleitoral foram igualmente vistas na reunião, com particular destaque para os contactos com as populações para divulgação dos trabalhos realizados nos órgãos autárquicos administrados pela APU e ainda a denúncia da política da «AD» no que ao poder local respeita.

Os participantes na reunião de quadros do PCP do distrito de Évora aprovaram uma moção de apoio à greve geral do próximo dia 12 de Fevereiro.

Quotização: *regularidade e actualização*

Falemos hoje de quotização — a contribuição mensal que os militantes do PCP se comprometeram entregar, segundo as suas posses económicas, de acordo com os Estatutos do Partido.

Por muitas e variadas razões é uma questão importante. A primeira das quais porque constitui uma das poucas — mas a mais importante — fontes de receita regular do PCP. Receitas indispensáveis para satisfazer os compromissos financeiros que continuamente surgem.

Por isso a importância do pagamento regular das quotas. Mas a regularidade no pagamento traz outra vantagem — o militante não deixa acumular as quotizações que depois se tornam mais difíceis de liquidar.

Podem alguns militantes argumentar que nem sempre lhes aparece o camarada encarregue dessa tarefa e que é por isso que se atrasam no pagamento. E, depois, quando surge, já a quantia de alguns meses é bastante pesada e lá fica para o mês seguinte, arrastando-se por vezes estas situações até ao fim do ano.

De certo que casos como este existem, mas com um pouco de disciplina partidária talvez possam ser ultrapassados, desde pôr de parte todos os meses o dinheiro da quotização até aparecer o camarada encarregue dos fundos, procurar encontrar outras formas de pagamento, enfim, soluções não faltam desde que se procurem.

Por outro lado, o atraso das quotizações não prejudica só o militante, mas igualmente o Partido que vê as suas receitas diminuirem precisamente quando mais precisa delas para acorrer aos gastos, ou constata um afluir de quotizações em certos épocas do ano (subsídio de férias e décimo terceiro mês).

Juntamente com a regularidade das quotizações um outro aspecto merece referência — a actualização das mesmas.

Não vale a pena enumerar aqui o aumento do custo de vida desenfreado que com a governação «AD» se tem verificado. Só no espaço de um ano os transportes colectivos aumentaram três vezes — e falemos só disto pois não há um único produto que não tenha aumentado.

Este é um aspecto que toca a vida do PCP. Frontalmente contrário à inflação, nem por isso o PCP deixa de ser afectado por ela...

Por exemplo, um folheto de propaganda que anos atrás custava uma certa quantia está hoje muito mais caro, devido ao aumento do preço do papel, das tintas e da mão-de-obra — visto que tudo aumenta é justíssimo que os trabalhadores lutem para reporem o seu poder de compra.

É precisamente este aumento constante do custo de vida que coloca presentemente a necessidade dos militantes, sempre que tal lhes seja possível, aumentarem as suas quotas, para que o seu Partido possa fazer frente às despesas maiores que se lhe colocam.

E nem sempre é difícil aumentar a quota. Um exemplo: se todos os militantes do PCP aumentassem em 10$00 a sua quotização (pouco mais do que custa um café) esse aumento traduzir-se-ia, por mês, tendo em conta os 180 000 militantes, numa quantia aproximada dos 1800 contos.

Isto é apenas um exemplo. Em que vale a pena pensar. Vamos, pois, pagar as quotas regularmente. E actualizá-las.

A propósito da visita de deputados comunistas

O «Complexo Andaluz» em Santarém e a política educativa da «AD»

Já ninguém, neste país, com um mínimo de boa fé, tem dúvidas de que o Governo «AD» se preocupa mais com a repressão, sob várias formas, sobre os trabalhadores e os seus organismos de classe, do que em resolver o dia-a-dia da grande maioria dos portugueses.

O sector da Educação e do Ensino não é excepção a esta regra; bem pelo contrário. A degradação neste campo é galopante: as condições de trabalho nas escolas deterioram-se em cada momento, à medida em que crescem as dificuldades para que, em cada escola, se alcance o objectivo principal – **um ensino de qualidade**.

E que faz o MEU perante tal situação? Corre, apressado, a ameaçar os professores com sansões pelas formas de luta que, legitimamente, decidiram encetar na defesa dos seus interesses e pela melhoria das condições de trabalho nas escolas, em vez de, honestamente, reconhecer que a situação é grave e, muito menos, de tentar resolver os problemas existentes, cujas consequências se irão directamente reflectir no aproveitamento escolar dos alunos que se vem saldando por uma assustadora percentagem de insucesso escolar.

E que faz o MEU? Responde ele próprio ou através dos papagaios governativos (Rebelo de Sousa e outros), caluniando os professores e os seus Sindicatos, oferecendo-lhes a esmola de uns magros 11% de aumento dos seus já magros salários, o que vai obrigar muitos a procurar outras formas de ganhar mais uns tostões.

Estes e outros problemas, alguns de carácter específico, foram objecto de apreciação pelos deputados do PCP à Assembleia da República, Álvaro Brasileiro e Jorge Lemos, aquando da sua visita de trabalho ao «Complexo Andaluz» em Santarém, onde trabalha uma população escolar de muito perto de dois mil alunos dispersos pelos sectores pré-Primário, Primário, Preparatório, Magistério e Enfermagem.

Interessados na recolha de dados e em conhecer de perto os problemas, aqueles deputados comunistas tiveram oportunidade de observar atentamente as instalações e suas carências. Mereceu-lhes especial atenção a degradação de certos sectores do «Complexo», muito particularmente o estado degradante em que se encontram a cozinha e anexos. Na realidade, quem vê o estado de total ruína em que se encontram aquelas instalações (que hoje custariam largas dezenas de milhares de contos), não pode deixar de formular a pergunta: – **será possível desperdiçar-se tão valioso património num país tão carenciado?**. Assinale-se ainda que a própria cozinha que serve à Escola Preparatória de Santarém, uma das instaladas no «Complexo», muito dificilmente responde às trezentas refeições diárias que, em média, serve.

Mas, aos deputados comunistas, foram-lhe transmitidas as perspectivas que se colocam ao futuro desta vasta comunidade escolar perante o conteúdo do Despacho 220/81, de 24 de Agosto, assinado pelo ministro, ao tempo da Educação e Ciência, Vítor Crespo, pelo ministro dos Assuntos sociais e secretário de Estado da Saúde.

No essencial, aquele despacho manda afectar todo o «Complexo Andaluz» ao recém-criado Instituto Politécnico de Santarém e, no seu ponto 4, avança uma autêntica acção de despejo quando diz que: **«As escolas Pré-Primária, Primária e preparatória de Santarém ficam autorizadas a funcionar nas áreas que actualmente ocupam no Colégio Andaluz** com carácter transitório até ao final do Ano Lectivo de 1982 83».

Para onde irão então os quase dois mil inquilinos (até agora senhorios de pleno direito): alunos, pessoal administrativo e de apoio e professores? **Que alternativas para a instalação daquelas escolas fora do «Complexo»**? A mesma interrogação é feita pelos órgãos autárquicos, alertados para a situação. Interrogam-se, também, os professores, porque têm experiência da rapidez e eficácia do MEU na solução dos problemas e conhecem o que vem sucedendo com muitas Escolas (veja-se o caso da Escola Preparatória de Torres Novas). Decerto se irão interrogar os pais e encarregados de Educação dos futuros alunos das referidas escolas, quando os seus educandos forem «encurralados» em quaisquer pavilhões pré-fabricados, após alguns meses de férias forçadas...

Era inevitável uma resposta por parte dos mais directamente visados, e ela começou por vir da Escola Preparatória de Santarém, na prática a mais afectada pelo conteúdo do despacho, por virtude da sua enorme população escolar (que engloba todo o Concelho de Santarém), quando fez aprovar, em reunião Geral de Escola, uma proposta, na qual se manifestava preocupada pela situação criada, para a qual não foi ouvida, e exigida, da parte dos responsáveis, o encontro de alternativa que nunca minorasse as condições de trabalho. A própria Assembleia Municipal de Santarem aprovou uma moção subscrita pelos representantes da APU, confirmando as preocupações suscitadas pelo Despacho 220 81 e na qual, se pedia o empenhamento da Câmara e Assembleia Municipal na procura das melhores soluções.

No meio desta complicada teia, há aspectos caricatos que demonstram claramente o pandemónio que caracteriza os serviços do MEU, como aquela resposta da Direcção-Geral das Construções Escolares, que afirma nada saber sobre o assunto, apesar de responsável pela construção de novos edifícios escolares, ou ainda outro documento oficial em que se afirma que, até 1984, só esta prevista a construção de uma escola no concelho de Santarem e, esta, em Alcanede.

Em toda esta confusão, ocorre uma pergunta final: – **onde ficarão instaladas as escolas que, no final de 1982/83 serão «expulsas» do «Complexo Andaluz»?.**

Os deputados comunistas vão colocá-la ao Governo e, logo, se apreciará a resposta. Mais uma promessa que ficará por cumprir...

Voltaremos ao assunto.

O novo CT do Barreiro

Executivo da campanha ao «Avante!»: «Já está terminada a 1.ª fase da obra»

«Já está terminada a primeira fase da obra. O projecto está aprovado e em breve teremos todas as licenças e o respectivo caderno de encargos. Há, pois, toda a necessidade de realizar o máximo de iniciativas para a recolha de fundos. Há que dar continuidade à importante tarefa», salienta-nos o Executivo da campanha do novo Centro de Trabalho do PCP do Barreiro, aspiração dos comunistas do grande centro operário da margem sul do Tejo que vai agora concretizar-se.

A Comissão prossegue em bom ritmo a vasta actividade da campanha, que, informa-nos o seu Executivo, vai agora conhecer uma nova fase de dinamização.

Assim, é de salientar o espectáculo ao vivo que decorrerá no próximo dia 19, na Casa da Cultura da Quimigal, com a participação de Carlos do Carmo, acompanhado pela orquestra de Pedro Osório. Apresentarão no Barreiro o espectáculo que tanto sucesso obteve em Paris.

Por outro lado, avança a divulgação e venda do «diploma-recordação», cujo sorteio final decorrerá no dia 30 de Abril. Serão entregues os seguintes prémios; um automóvel, um aparelho de TV a cores, uma viagem a Moscovo, máquina de lavar louça, barco a remos e relógio de mesa.

«Para essa data», diz-nos o Executivo da campanha, «já está a ser preparado cuidadosamente um aliciante programa e continuamos a apelar a todos os camaradas e amigos para que comprem o 'diploma-recordação', para que o sonho se torne realidade!».

A Comissão de Freguesia do Barreiro do PCP tem previstas para este mês as seguintes iniciativas: convívios em todas as Assembleias, promoção da rifa «Algarve, amendoeiras em flor», contribuição suplementar mensal e edição de um boletim de campanha.

Juventude

Iniciativas e tomadas de posição da JCP

No passado domingo, dia 7, realizou-se no Algarve uma reunião distrital de quadros da JCP, com a presença do camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do CC do PCP.

Na reunião foi feito um balanço à actividade mais recente da JCP na região, bem como à acção de massas em torno dos diversos problemas que afectam a juventude trabalhadora e estudantil no Algarve.

O envolvimento da juventude na luta contra a política do Governo «AD», a sua participação na greve geral de amanhã e os preparativos para a **Marcha contra o Desemprego** foram, entre outros, problemas discutidos.

O reforço da influência e da organização da JCP na juventude algarvia, foram ainda objecto de aprofundada discussão entre todos os participantes.

•

Constituiu um assinalável êxito a excursão a Serra da Estrela organizada pela JCP de Setúbal, iniciativa integrada na acção e na luta da jovem geração portuguesa pela paz e o entendimento no Mundo. Ponto saliente do programa da viagem, o baile-convívio realizado na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, na cidade da Covilhã, reuniu mais de 2 mil jovens. Na ocasião, a JCP daquele concelho dirigiu uma saudação de amizade aos camaradas e amigos presentes. A excursão decorreu no último fim-de-semana e integrou ainda um entusiástico contacto com a Reforma Agrária.

•

«Com o governo «AD» agravam-se as condições de vida da jovem geração portuguesa. Cada dia que passa acentua-se a degradação do quotidiano juvenil.

Todos dizem. Todos concordam. Os factos falam por si.

Aumenta o desemprego; generalizam-se os contratos a prazo; liberalizam-se os despedimentos; faltam as instalações escolares; acentua-se a elitização da universidade, de que é peça fundamental o 12.º ano; limita-se a autonomia universitária e a participação estundatil na gestão escolar; faltam casas para alugar e as poucas que existem têm rendas incomportáveis; restringe-se o crédito à habitação; a saúde torna-se mais cara; impede-se o acesso ao planeamento familiar aos menores de 18; degrada-se o meio ambiente; carece o apoio ao desporto e a cultura.

Este e um pesado e extenso rol de medidas que caem com violência sobre a vida já muito difícil da juventude portuguesa«, salienta a Comissão Executiva da Comissão Central da JCP, em documento divulgado no passado dia 8, segunda-feira.

Acrescenta aquele orgamismo:

«Com o Governo 'AD' a economia portuguesa caminha para o desastre. Agravam-se os défices das contas nacionais. Avoluma a dívida externa, acentua-se a dependência economica e política ao imperialismo.

Com o Governo 'AD' persiste uma ofensiva sistemática contra as grandes conquistas democráticas. Sabotam-se as empresas nacionalizadas. Destrói-se a Reforma Agrária. Pioram as condições de vida dos trabalhadores, contendo os salários e aumentando os preços dos artigos de consumo corrente. Violam-se a Constituição, a legalidade, as liberdades e os direitos dos cidadãos. Agrava-se a submissão à política belicista norte-americana.

«A «AD» insiste na revisão inconstitucional da Constituição como forma de reforçar o poder do Governo, como instrumento de liquidação da democracia e de restauração duma ditadura reaccionária. É urgente, é necessário, é possível dizer não a este estado de coisas. A luta pela demissão do Governo «AD» corresponde à exigência juvenil duma nova política e dum Governo fiéis aos ideais de Abril e que abra caminho à resolução dos problemas da juventude. A defesa do regime democrático passa pela demissão do governo «AD», pela dissolução da Assembleia da República, pela formação de um Governo de gestão e pela realização de eleições num prazo de 90 dias. A C. Executiva da C. Central da JCP apoia a realização da Greve Geral do próximo dia 12 de Fevereiro, decidida pelo movimento sindical unitário, num plenário sindical com 231 organizações representativas de cerca de 2 milhões de trabalhadores.

«A C. Executiva da CC da JCP considera que esta decisão vai ao encontro das aspirações mais profundas da esmagadora maioria da juventude portuguesa.

«A JCP está certa de que os jovens, trabalhadores ou estudantes, vão, ombro com ombro, com a classe operária e os restantes trabalhadores portugueses, erguer a sua voz, o seu protesto para que esta importante jornada nacional de luta seja um passo para correr a «AD» do Governo. A JCP apela aos jovens portugueses para participarem activamente na Greve Geral de 12 de Fevereiro».

Foi um êxito a Festa do Lenço dos pioneiros da Boavista (*Porto*)

Realizou-se recentemente num Centro de Trabalho no Porto a **Festa do Lenço** dos Pioneiros do núcleo da Boavista.

Estiveram presentes várias delegações de núcleos do distrito (60 crianças) e também o camarada João Semedo, membro da DORP.

A mesa era constituída pelo secretariado do núcleo, e pelo camarada João Semedo e elementos de outros núcleos. A dirigir os trabalhos, o pioneiro Albano Nunes.

A festa começou com a intervenção do pioneiro Raul Medina, seguindo-se o camarada João Semedo, que falou sobre a organização, a sua importância, e o apoio que o Partido está a dar aos pioneiros.

Depois da intervenção do camarada da DORP, começou a entrega dos lenços. Conforme eram chamados, os pioneiros do núcleo da Boavista iam ao palco, onde o camarada João Semedo fazia a entrega do respectivo lenço.

Durante o intervalo funcionou um bar (com «comes-e-bebes»), que foi aberto pelos pioneiros da Boavista.

Como salientou ao «Avante!» um pioneiro do núcleo, «depois do intervalo houve jogos («cadeiras», «o perseguidor», etc.) e, no final, cantámos várias canções populares e dançámos. O bar rendeu 2487$50, isto sem estarem pagas as despesas aos fornecedores».

Núcleo de Tavira

No passado dia 30, concretizou-se a criação do núcleo de Pioneiros de Tavira, tendo-se realizado também a sua primeira reunião.

Estiveram presentes 15 crianças que iniciaram a sua actividade com artes gráficas e um coro musical.

No final, os trabalhos foram expostos na sala de convívio, o que muita alegria deu aos novos pioneiros.

Pioneiros da Brandoa

Vai realizar-se no próximo domingo, dia 14, no Pavilhão Polivalente, a festa do quarto aniversário do núcleo de Pioneiros da Brandoa.

A festa deste ano tem início às 10 horas e será orientada pelas próprias crianças.

Do animado programa, destacamos as actuações de palhaços e ranchos, a passagem de filmes e apresentação de máscaras. Para as mais engraçadas haverá lembranças! Participa!

1.ª Assembleia da Organização do Vale de Santarém

No próximo domingo, reúnem em Assembleia de Organização os militantes comunistas da freguesia do Vale de Santarém.

Entre as 9 e 30 e as 13 horas haverá as intervenções e o debate e decorrerá a apreciação e votação do Relatório de Actividades elaborado pela Comissão de Freguesia do Partido. Ainda nesse período os delegados definirão os principais objectivos do trabalho político dos comunistas da freguesia. Será também eleito o novo organismo de direcção.

Depois do almoço, o grupo "Jornada" animará o programa musical e o camarada Vítor Fernandes, do secretariado da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP, falará sobre o momento político. As actividades da parte da tarde (convívio, música e intervenção do camarada da DORSA) são abertas a toda a população.

A 1.ª Assembleia da Freguesia do Vale de Santarém decorrerá na Sociedade Recreativa Operária. A Comissão Organizadora salienta-nos, a propósito da realização da iniciativa:

"O agravamento da situação política e social do nosso País, causado pela permanência da AD no Governo e sua maioria parlamentar obriga a uma cada vez melhor organização do nosso Partido, com vista ao esclarecimento e mobilização dos trabalhadores portugueses para a luta que é necessário travar-se, tanto na rua, como nos campos, nas fábricas e em todos os sectores de actividade, para a salvaguarda dos interesses e direitos fundamentais do regime democrático e com ele todas as conquistas alcançadas pelo Povo português com a revolução de Abril. Conquistas essas consignadas na Constituição e que a AD, com o apoio de alguns sectores ditos democráticos, quer rever em proveito das forças mais retrógradas da nossa sociedade, com a consequente liquidação do regime democrático".

Acrescentam os camaradas do Vale de Santarém:

"Assim sendo, e **atendendo ao objectivo proposto pela Comissão Organizadora da 3.ª Assembleia de Organização Concelhia de Santarém, (a realizar no próximo dia 28) é de primordial importância a realização de uma Assembleia de Organização da nossa freguesia, que fazendo o balanço do trabalho já realizado em diversas frentes pelo Partido na nossa terra (que é necessário melhorar) e traçando planos e directrizes para a diversificação dessas frentes, terá como objectivos o reforço e o alargamento da organização e a sua melhor ligação à população. Outro objectivo desta Assembleia será a eleição da nova Comissão de Freguesia".**

Depois de se referirem às principais tarefas que se desenvolverão na freguesia "com a realização desta Assembleia" – informação e propaganda, a melhoria da formação ideológica, a distribuição da Imprensa do Partido ("Avante!" e "Militante"), o trabalho autárquico, a actividade das colectividades, o recrutamento dos novos militantes, a recolha de fundos e a conclusão das obras do Centro de Trabalho – os camaradas salientam:

"O trabalho sindical, a maior ligação do Partido à Juventude, a organização e dinamização das células da Estação Zootécnica Nacional e da Avilima, a organização das mulheres no Partido, assim como dos operários agrícolas, o empenho nas tarefas da organização de freguesia e dos militantes que residindo no Vale de Santarém militam em células de empresas fora da sua área geográfica, são também assuntos a abordar e para cuja resolução a referida Assembleia deverá servir de factor dinamizador.

"A participação e empenhamento de todos os militantes é condição indispensável para o êxito desta Assembleia".

Célula da CML

Realizou-se no passado domingo, no CT de Alfama, a segunda Assembleia de Organização dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa (CML).

Participaram 85 delegados e dezenas de convidados. O camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, fez a análise da situação política.

Foi aprovado por unanimidade o relatório, a resolução e uma moção de apoio à greve geral de amanhã. O organismo de direcção da célula foi igualmente eleito por unanimidade.

O debate foi muito vivo e participado.

Oeiras e Paço d'Arcos

No próximo sábado, dia 13, promovido pela célula da Câmara Municipal de Oeiras, realiza-se um almoço-convívio no Centro de Trabalho, para entrega dos novos cartões. Participará Jerónimo de Castro, membro do CC.

No dia 14, às 15 horas, no Centro de Trabalho de Oeiras, o camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central, estará presente no convívio para entrega de cartões aos camaradas da freguesia de Paço de Arcos.

Naturais de Tomar V. Nova de Ourém e F. do Zêzere

No próximo dia 26 realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, uma reunião destinada a camaradas naturais ou ligados aos concelhos do **norte do distrito de Santarém** (V. Nova de Ourém, Tomar e F. do Zêzere), residentes na área da Grande Lisboa ou margem sul.

Participará o camarada Pisco, da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP. A reunião tem como tema: «Informação e discussão de problemas da região».

Início do encontro: 21 horas. Não faltes!

Movimento comunista

Blanqui Teixeira (o terceiro a contar da esquerda) na tribuna do Congresso, tendo à sua direita o delegado de Cuba e à esquerda os delegados da União Soviética (no momento em que era saudado pelos congressistas e convidados), da Nicarágua e do Vietname

24.º Congresso do PCF

• Declarações ao «Avante!» de Blanqui Teixeira

"Uma das impressões mais salientes que se pode retirar da participação nos trabalhos deste Congresso do PCF é a de um grande empenho dos comunistas franceses para vencer as dificuldades particularmente sentidas pelo PCF no plano eleitoral" – declarou ao "Avante!" o camarada Blanqui Teixeira, da Comissão Política do CC do PCP que, com Maria da Piedade Morgadinho, do CC, esteve presente no 24.º Congresso do Partido Comunista Francês, realizado em Saint Ouen, nos arredores de Paris, de dia 3 a 7 do corrente.

O PCF trabalha em condições de luta muito diferentes das nossas, condições marcadas pelo facto de ter passado de partido da oposição para partido no Poder. Condições específicas que já no Projecto de Resolução ao Congresso – que serviu de base aos debates – estão profundamente analisadas, de uma forma que a intensa vida política deste curto período tem vindo a confirmar.

Por exemplo – destaca-se que, na situação actual, "todos os grandes problemas da sociedade francesa em crise vêm simultaneamente à actualidade: os do desemprego e do emprego, da inflação e da vida cara, das nacionalizações e do alargamento dos direitos dos trabalhadores, da reforma fiscal, da democratização, do pluralismo e da seriedade da informação, das iniciativas da França a favor da paz e do desarmamento. (...) E tudo isto em condições em que, apesar dos obstáculos, é possível avançar. (...) Não avançar neste sentido, é caminhar para o fracasso com que a grande burguesia conta e abertamente prepara".

Esta a realidade discutida no Congresso, onde a luta de classes foi tema central, e se defendeu, como condição dos necessários avanços, a mais ampla acção de massas, nas empresas, em todos os locais, em defesa dos interesses dos trabalhadores, por uma mudança de facto na realidade socio-económica de França.

Uma outra tónica do 24.º Congresso do PCF foi a reafirmação das posições internacionais do Partido, nomeadamente no que respeita à solidariedade para com os países socialistas e os partidos comunistas e operários no Poder – questão neste momento particularmente importante, face à ofensiva desencadeada contra o socialismo e o papel dos partidos comunistas e operários.

Delegação do PCP no Congresso do PCF

"A nossa delegação foi recebida com muita amizade pelos camaradas do PCF e largamente aplaudida pelo Congresso quando foi referida a sua presença – referiu ao "Avante!" o camarada Blanqui Teixeira. Dentro do plano de comícios internacionalistas levados a cabo pelo PCF, deslocámo-nos a Grenoble, importante cidade do Sudeste da França, onde participámos num comício no Palácio dos Desportos, conjuntamente com camaradas do Partido Comunista Dominicano e do Movimento Nacional Libanês".

Particularmente aplaudida a intervenção de Blanqui Teixeira, saudado com cravos vermelhos, e que, atentamente escutado, expôs em traços gerais a actual situação política no nosso país, destacando o papel do Partido. "Nesta situação complexa que se vive em Portugal, os comunistas têm tido um papel determinante no aclaramento dos factores que a explicam, na definição da saída democrática e na luta para a concretizar".

A finalizar, Blanqui Teixeira salientou a mútua importância da luta e das vitórias alcançadas pelos povos.

"As nossas vitórias são indispensáveis para o bem-estar e para o progresso do nosso povo. Serão também importantes para todos os que lutam pela democracia, pelo socialismo e pela paz.

"Igualmente as vitórias alcançadas pelo PCF e pelos trabalhadores franceses são necessárias para o desenvolvimento da França e para uma vida melhor para o povo francês. Elas serão também importantes para todos os que lutam por aqueles grandes objectivos da humanidade".

Saudação do CC do PCP ao CC do PC Francês

Queridos Camaradas,

O CC do PCP saúda fraternal e calorosamente o 24.º Congresso do Partido Comunista Francês e, através dos seus delegados, os comunistas, a classe operária e os trabalhadores franceses.

O 24.º Congresso do PCF realiza-se num importante período da vida do povo francês, com as novas perspectivas rasgadas pela vitória das forças democráticas nas últimas eleições legislativas e a formação dum governo com a participação dos comunistas.

O PCP tem grande apreço pela luta incansável dos comunistas franceses em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, por profundas transformações de carácter económico e social, pela democracia, a paz e o socialismo em França.

Na nova situação existente no vosso país – para a qual foi determinante a contribuição do PCF e a confiança nele expressa por milhões de trabalhadores – as forças da direita e do grande capital procuram por todos os meios impedir a aplicação duma política visando responder aos graves problemas com que o povo francês se defronta, eliminar o desemprego e a inflação, levar por diante o processo de nacionalizações, garantir o aprofundamento dos direitos dos trabalhadores, seguir uma política externa de independência nacional, em defesa da paz e do desanuviamento e pelo desarmamento.

Os comunistas portugueses fazem votos para que se fortaleça a unidade das forças de esquerda em França, como factor de avanço do processo de transformação em curso e expressa a sua inteira solidariedade ao PCF na sua acção pela unidade das forças populares, cuja intervenção é o garante das profundas mudanças a que os trabalhadores franceses aspiram.

(...)

Queridos Camaradas,

A política agressiva e de corrida aos armamentos conduzida pelo imperialismo norte-americano e pelos círculos mais reaccionários da NATO fazem pesar sérios perigos sobre a paz, a liberdade e a independência dos povos. Uma tal política visa romper o equilíbrio e alcançar a supremacia militar sobre a URSS e os países socialistas, travar o avanço no caminho do progresso e do socialismo, suster a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, impor a hegemonia imperialista nos assuntos mundiais.

Os comunistas portugueses, que em Portugal participam activamente na luta pela paz e contra a instalação de armas nucleares em território nacional – luta que recentemente se expressou em duas grandiosas iniciativas em Lisboa e no Porto com a participação de mais de 200 mil pessoas – saudam o desenvolvimento da luta pela paz e pelo desarmamento em todos os continentes, em França e noutros países da Europa.

A defesa da paz é inseparável da luta pela democracia, o progresso social e o socialismo. O PCP é activamente solidário com os trabalhadores e os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, o fascismo e o racismo. É solidário com os povos de Cuba socialista e Nicarágua revolucionária e contra as ameaças e provocações do imperialismo norte-americano, com o povo de El Salvador, da Guatemala e outros povos da América Latina em luta contra ditaduras fascistas e reaccionárias; com o povo Palestiniano e demais povos árabes contra a política de ingerência e agressão do imperialismo e do sionismo; com os povos de Angola, Namíbia e todos os povos que na África Austral enfrentam o criminoso regime racista do "*apartheid*"; com os povos do Sudeste Asiático que enfrentam o imperialismo e o hegemonismo chinês; com os povos de Moçambique, Etiópia, Iémen Democrático e todos os povos libertados que empreendem o caminho da verdadeira libertação nacional e social, o caminho do socialismo.

Os comunistas portugueses, que desde o primeiro momento denunciaram o aproveitamento da complexa e difícil situação na Polónia pelas forças contra-revolucionárias internas e pelo imperialismo para minar e destruir o socialismo, estão inteiramente solidários com o POUP e o povo polaco na sua acção para derrotar a contra-revolução e defender e consolidar o socialismo na Polónia. Denunciam com firmeza as pressões e ingerências do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da NATO, nos assuntos internos da Polónia e as suas tentativas para explorar estes acontecimentos no sentido de agravar a tensão internacional e atentar contra o desanuviamento.

Para assegurar o prosseguimento vitorioso da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e derrotar os planos agressivos do imperialismo, o PCP atribui uma importância fundamental ao reforço da unidade do movimento comunista e operário internacional, à cooperação e solidariedade recíproca das grandes forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Queridos Camaradas,

Expressamo-vos os nossos melhores votos de êxito nos trabalhos do 24.º Congresso do vosso Partido, no desenvolvimento da actividade e no prosseguimento e alargamento da influência do PCF, na luta por novas conquistas sociais e democráticas, pela paz, pelo socialismo.

Queremos também manifestar-vos o firme desejo dos comunistas portugueses de continuar a agir, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, pelo reforço dos tradicionais laços de amizade e de cooperação solidária existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Francês, no interesse da unidade do movimento comunista internacional e de todas as forças anti-imperialistas, da amizade entre o povo português e o povo francês, entre a França e Portugal.

Viva o 24.º Congresso do PCF!

Viva a amizade entre o PCP e o PCF!

Viva o internacionalismo proletário!

Entrevista com Ângela Davis

«Chegámos a uma etapa em que é possível a criação de um partido de massas»

Ângela Davis: membro do Comité Central do Partido Comunista dos Estados Unidos e candidato pelo partido, em 1980, ao cargo de vice-presidente do país. O seu nome e a sua imagem correram mundo quando, em 1971, foi presa e falsamente acusada de assassínio, vindo a ser posteriormente libertada, face ao grande movimento de protesto desencadeado nos EUA e no estrangeiro.

Actualmente, Ângela Davis é também co-presidente da Aliança Nacional contra o Racismo e a Repressão Política e dá aulas na Universidade de S. Francisco.

A entrevista que junto publicamos é um resumo da que Ângela Davis concedeu, no fim do ano passado, à revista «World Magazine» e mais tarde reproduzida no «Daily World», órgão central do PCEUA.

A sua publicação pelo «Avante!» assume especial significado nas vésperas do Dia Internacional da Mulher.

Ângela com Gus Hall, secretário-geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, e Jarvis Tyner, candidatos comunistas nas últimas eleições à presidência e vice-presidência dos EUA, respectivamente

P. – Qual é a sua opinião sobre a Administração Reagan e o Congresso?

R. – O que temos visto desde a instauração da Administração Reagan evidencia uma acentuada ofensiva contra os trabalhadores em geral. Os cortes orçamentais são uma ameaça às vitórias conseguidas pelos trabalhadores em decénios de luta. Como é natural, isto atinge particularmente os negros, as pessoas de cor e as mulheres.

O que já sucedeu nestes meses desde que Ronald Reagan está no poder mostra a milhões de pessoas em todo o país a necessidade de nos organizarmos para defender as nossas conquistas e assegurar o futuro dos trabalhadores norte-americanos.

P. – Porque decidiu o Partido Comunista iniciar uma campanha de recrutamento justamente nesta altura? Dada a sua experiência como candidata do PC para o cargo de vice-presidente nas eleições do ano passado considera que existe alguma atitude nova face ao partido?

R. – Nos meus treze anos de militante do PC nunca vi uma atitude tão entusiástica face ao partido como agora, particularmente entre a juventude e, sobretudo, entre os jovens negros. Duma forma geral, o interesse despertado actualmente pelo partido não tem precedentes. Creio que isso é uma consequência da escalada dos ataques contra as massas populares e também de um certo amadurecimento do nosso partido.

Chegámos a uma etapa em que, objectivamente, é possível a criação de um partido de massas. Com efeito, se queremos opor-nos com êxito ao encerramento sucessivo de empresas, manter os subsídios de desemprego, conquistar o direito de todos os cidadãos do nosso país ao trabalho, erradicar o racismo, conseguir a promulgação da lei de igualdade de direitos como garantia de que as mulheres trabalhadoras não perderão nenhuma das conquistas alcançadas no passado, necessitamos da ajuda de todos os homens e mulheres que neste país apoiam essas lutas.

Parece-me que este é o momento mais propício para nos virarmos para as massas. A minha própria experiência na campanha de recrutamento demonstra que as pessoas manifestam um vivo interesse pelo partido e estão dispostas a dar-lhe a sua adesão.

P. – Qual é a influência do partido na luta de massas?

R. – O partido intervém activamente em numerosas lutas. O movimento feminino, por exemplo. A principal contribuição do nosso partido ao movimento feminino consiste, na minha opinião, em ter esclarecido que para se conseguir a emancipação da mulher é necessário pôr a tónica nas necessidades e aspirações das mulheres operárias. Na sua primeira fase, o actual movimento feminino foi identificado por muita gente como um «movimento das mulheres brancas da classe média». Mas nos últimos anos, graças sobretudo ao trabalho desenvolvido pelas mulheres – e também pelos homens –, membros do Partido Comunista, e em geral por todos aqueles que estão de acordo em reconhecer como nós o papel central da classe operária, o movimento feminino foi mudando de carácter. As mulheres trabalhadoras estão agora nas primeiras linhas. Grande número de mulheres negras, que antes tendiam a desolidarizar-se do «movimento de emancipação das mulheres», lutavam, contudo, nos seus lugares de trabalho, como mães com direito a subsídios e noutras frentes de combate por melhores condições de vida.

P. – Porque é que a sua actividade principal se centra na luta contra o racismo e a repressão política?

R. – O racismo foi, desde a formação deste país, a arma mais devastadora no arsenal da classe governante. Em toda a nossa História, cada vez que os trabalhadores tentavam unir-se para lutar juntos contra a classe governante, o racismo era utilizado para os dividir. O Partido Comunista lutou mais do que qualquer outra organização deste país contra o racismo e pela igualdade de direitos dos negros.

O partido denuncia a Administração pelos seus estímulos tácitos e muitas vezes explícitos às manifestações mais reaccionárias do racismo. A intensificação das actividades do Ku Klux Klan é um resultado de tais estímulos. Creio que é um mérito o facto do nosso partido ter sido um dos primeiros, já há alguns anos, a exigir que o Ku Klux Klan fosse ilegalizado, exigência que se transformou hoje numa reivindicação de massas. As pessoas começam a compreender o perigo que representa o Ku Klux Klan, o partido nazi e outros grupos racistas e terroristas da mesma espécie, não só para os negros e para as pessoas de cor, mas também para os trabalhadores em geral.

Decidimos que é necessário fazer frente ao racismo a todos os níveis e em todo o lado. O partido é o lugar onde se deve estar face à luta que terá de desenvolver-se nos próximos meses e anos.

P. – O Partido Comunista propõe a unidade das diversas lutas. Qual é a base dessas lutas?

R. – O partido sublinha, consequentemente, que o que unifica as lutas é o facto delas se dirigirem contra um inimigo comum: o grande capital. A luta, seja em torno dos salários ou dos preços, das rendas, dos subsídios de alimentação, da segurança social, do ensino, da defesa das conquistas sociais ou em qualquer outro campo, é sempre um confronto dos trabalhadores com o poder dos monopólios, dos bancos e dos latifundiários. E é isto que proporciona a base para um forte movimento unitário capaz de triunfar.

O que também nos une a todos, independentemente da luta em que cada um participe individualmente, é o combate pela paz. Se se produzir o holocausto nuclear, todas as nossas vitórias perderão significado. Por isso, em todas as nossas acções, exigimos sempre o fim da corrida aos armamentos, a ratificação dos acordos SALT-2 e o desarmamento nuclear. Esta é a nossa única esperança. Ao mesmo tempo, as necessidades dos trabalhadores, em particular as das mulheres e as das pessoas de cor, não podem ser satisfeitas sem uma redução drástica do gigantesco orçamento militar.

Se já agora se vão reduzindo progressivamente as prestações da segurança social, os subsídios de alimentação, as refeições escolares, os apoios para a arte e a cultura, as bolsas de estudo e outras despesas para satisfazer necessidades vitais, isso deve-se ao facto da Administração Reagan representar o sector mais agressivo da classe governante e canalizar todos esses fundos para o orçamento militar, que durante este período presidencial deverá elevar-se a mais de um bilião de dólares.

P. – O partido concentra os seus esforços nos núcleos industriais, ou seja, o seu trabalho de organização dirige-se em primeiro lugar aos operários das indústrias básicas. Que significado tem isto para os negros?

R. – Os negros fazem parte do que no nosso país constitui a imensa maioria: a classe operária. Como negros não podemos deixar de nos identificar com a luta dos operários industriais, pois somos operários. A propaganda procura fazer crer que um número cada vez maior de negros começa a fazer parte da chamada «classe média». O que acontece é que certos negros foram escolhidos para servir de «modelos de escaparate», para que pareça que estão representados nas Nações Unidas, nos conselhos de direcção das empresas, da televisão. Trata-se de uma ilusão cuidadosamente elaborada para criar a impressão de que fomos libertados. Nalgumas das nossas cidades, a maioria da população negra não tem trabalho nem qualquer perspectiva de o conseguir num futuro próximo. A situação da população negra é hoje pior do que nunca desde os anos trinta. Se queremos conseguir algum progresso significativo o que temos de conquistar primeiro é o direito ao trabalho.

«No partido aprende-se a lutar, aprende-se que, quando agimos individualmente, somos totalmente impotentes e nos sentimos frustrados ante o que parece ser o poder insuperável das classes governantes, mas que, quando somos um colectivo, temos um poder decisivo se sabemos como fazer frente ao racismo, como enfrentar o patronato nos locais de trabalho.»

Se não conseguirmos a satisfação das nossas reivindicações enquanto trabalhadores, não conseguiremos nenhuma perspectiva real de emancipação dos negros.

P. – Que espécie de pessoas milita no Partido Comunista? Têm de ter algum diploma de ciências políticas, ter estudado marxismo-leninismo ou participado durante muitos anos em actividades políticas?

R. – Não, tudo isso se adquire estando no partido. O nosso partido é antes de mais um partido da classe operária. Reflecte a composição plurinacional e plurirracial da classe trabalhadora do nosso país. Há negros e índios, «chicanos» e porto-riquenhos, naturais das ilhas do Pacífico e brancos. A maioria são operários. Mas ao mesmo tempo há no partido profissionais que se identificam com a classe operária. Há também universitários, intelectuais. Creio que o nosso partido reflecte, mais do que qualquer outra organização do país, a composição real da população dos EUA.

P. – Há quem acredite que não é possível unir realmente os diferentes grupos nacionais e étnicos numa mesma organização e conseguir que esta funcione. Qual é a sua experiência a este respeito no partido?

R. – Quando entrei para o partido, há treze anos, havia quem dissesse que no Partido Comunista, dado que havia brancos, tinha de haver racismo. O nosso partido é a organização que tem o melhor historial no que respeita não só à luta contra o racismo existente na nossa sociedade, mas também na depuração das suas próprias fileiras de qualquer influência de atitudes racistas. Mantém-se uma luta constante contra a influência do racismo e do chauvinismo entre os brancos filiados no partido. Ao entrar para o partido, os brancos devem comprometer-se a combater consequentemente a influência das ideias racistas.

P. – Como influi a sua militância no partido na sua vida e trabalho? Representou de algum modo um obstáculo para os seus objectivos pessoais?

R. – É provável que haja quem diga que se não tivesse ingressado no Partido Comunista não teria nunca deparado com muitas das dificuldades que tive de enfrentar, tal como o despedimento da Universidade da Califórnia, a prisão, etc. Mas eu não vejo as coisas desse modo. Quero destacar, por exemplo, que quando Ronald Reagan era governador da Califórnia disse que eu jamais voltaria a dar aulas numa instituição pública do referido estado. Porém, graças precisamente à minha luta e ao meu trabalho de organização e graças aos esforços colectivos dos meus camaradas e de outras pessoas, já lá vão cinco anos que estou a leccionar na Universidade californiana de S. Francisco.

No partido aprende-se a lutar, aprende-se que, quando agimos individualmente, somos totalmente impotentes e nos sentimos frustrados ante o que parece ser o poder insuperável das classes governantes, mas que, quando somos um colectivo, temos um poder decisivo se sabemos como fazer frente ao racismo, como enfrentar o patronato nos locais de trabalho. Podemos forjar um movimento tal que nos permite alcançar a vitória.

O que aprendi nestes treze anos de militância no partido tem um valor incalculável. Se não tivesse aderido ao Partido Comunista não teria adquirido uma maturidade política nem alargado os meus horizontes, não teria tomado plena consciência da importância da colectividade.

P. – O partido preocupa-se com a segurança dos seus militantes?

R. – É claro. Não pretendemos fazer crer que o anticomunismo já foi erradiado. Continua a ser um factor de grande peso na vida do nosso país, particularmente com a Administração Reagan. Sabemos que há pessoas que perderiam os seus empregos se fosse pública a sua filiação no partido. Nem todos os militantes actuam abertamente como comunistas. Isso não é um critério imposto para a militância.

Por outro lado não quero deixar uma impressão de regresso à era maccartista. Registou-se um progresso considerável. Quantos mais formos e quanto maior for a nossa influência, maior será a nossa segurança, e não só para os membros do partido mas para o movimento progressista em geral.

Encontrei recentemente manifestações de anticomunismo em movimentos de massas. Durante a preparação de um comício, alguns defendiam que os comunistas não deviam participar, mas ficaram isolados. A maioria dos organizadores compreendeu a importância da participação dos comunistas no comício e o anticomunismo foi combatido. Estamos a caminho de derrotar os receios provocados no passado pelo anticomunismo nas massas populares.

P. – A sua militância no partido influiu de algum modo na opinião que tem sobre o papel da cultura na nossa sociedade?

R. – De maneira decisiva. No campo da filosofia especializei-me em estética, pelo que essa questão afecta-me directamente. Não creio que as pessoas tenham já compreendido completamente a contribuição histórica do partido na cultura deste país nem como contribuiu para a formação da cultura progressista que hoje nele existe, especialmente na cultura negra.

Eu pertenço ao Clube Cultural Billie Holiday (cada comunista pertence a um clube do partido), e o trabalho que desenvolvemos na zona da Baía de S. Francisco, particularmente entre os intelectuais não comunistas, é verdadeiramente exaltante. Agora estamos a ajudar a organizar uma conferência que se realizará no fim do ano onde participarão artistas, escritores, pessoas do teatro, do cinema e da televisão e outros trabalhadores da cultura.

A campanha pela libertação de Ângela Davis, em 1971, teve enorme repercussão em todo o mundo

O PCEUA e os negros

«Nos meus treze anos de militante do PC nunca vi uma atitude tão entusiástica face ao partido como agora, particularmente entre a juventude e, sobretudo, entre os jovens negros.»

•

«O Partido Comunista lutou mais do que qualquer outra organização deste país contra o racismo e pela igualdade de direitos dos negros.»

•

«A propaganda procura fazer crer que um número cada vez maior de negros começa a fazer parte da chamada "classe média". Mas o que acontece é que certos negros foram escolhidos para servir de "modelos de escaparate", para que pareça que estão representados nas Nações Unidas, nos conselhos de direcção das empresas, na televisão. Trata-se de uma ilusão cuidadosamente elaborada para criar a impressão de que fomos libertados.»

•

«O nosso partido é antes do mais um partido da classe operária. E reflecte a composição plurinacional e plurirracial da classe trabalhadora do nosso país. Há negros e índios, "chicanos" e porto-riquenhos, naturais das ilhas do Pacífico e brancos.»

SEMANA Internacional

3
Quarta-feira

A Casa Branca admite a possibilidade de enviar (mais) tropas de combate para El Salvador, se elas forem necessárias para impedir o derrube da Junta fascista actualmente no Poder ■ Georges Marchais inaugura o 24.º Congresso do Partido Comunista Francês, reafirmando as grandes orientações internacionais do PCF, designadamente a sua solidariedade com os países comunistas ■ Em reunião com representantes da Internacional Socialista, o presidente soviético Leonid Brejnev disse que a URSS está pronta a aceitar que não haja qualquer tipo de arma nuclear de médio alcance, soviética ou ocidental, visando alvos na Europa.

4
Quinta-feira

A Holanda anuncia que vai instaurar sanções económicas contra o regime racista da África do Sul, designadamente através do embargo de petróleo e da proibição dos navios holandeses serem utilizados no transporte de petróleo para aquele país ■ Um gerador de hidrogéneo explode na central nuclear de Palisades (EUA), ferindo gravemente um técnico ■ O Governo polaco anuncia que vai dar prioridade à agricultura sobre os outros domínios da economia, como forma de aumentar a produção de cereais, carne e leite ■ É tornada pública em Madrid a decisão do procurador do Supremo Conselho de Justiça Militar de Espanha de pedir penas máximas para os responsáveis pelo fracassado golpe fascista de Fevereiro de 1981, entre os quais se encontram os generais Milans del Bosch e Alfonso Armada e o tenente-coronel António Tejero.

5
Sexta-feira

O voto de confiança

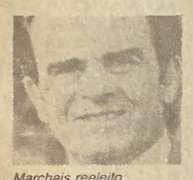
O chanceler federal-alemão Helmut Schmidt obtém no parlamento um voto de confiança para a política interna e externa do seu governo de coligação ■ A administração norte-americana intensifica a campanha anti-soviética e recusa a proposta de Leonid Brejnev de desnuclearização da Europa ■ A Assembleia Geral da ONU aprova, por 86 votos contra 21, uma resolução pedindo aos estados membros que adoptem sanções globais contra Israel pela anexação dos Montes Golan; os Estados Unidos e os países da comunidade europeia votaram contra, à excepção da Grécia que votou a favor ■ O parlamento francês aprova os planos de nacionalização do Governo referentes a cinco importantes grupos industriais, duas companhias financeiras e 39 bancos privados ■ O Governo militar fascista da Turquia impõe mais uma série de medidas restringindo a liberdade de Imprensa e os contactos entre as delegações estrangeiras e grupos políticos e sindicais do país, numa tentativa de abafar as crescentes críticas ao regime.

6
Sábado

Condenação da A. Sul

O movimento britânico anti-apartheid acusou em Londres a polícia política sul-africana de ter assassinado um médico e activista sindical, encontrado enforcado na cela da prisão de Joanesburgo; estes aparentes "suicídios" de presos políticos são já usuais naquele país ■ É divulgada uma declaração angolana-cubana em que se afirma que as forças cubanas estacionadas em Angola retirarão por decisão soberana do governo angolano "uma vez cessada toda e qualquer eventualidade de agressão ou de invasão armada" ■ A Frente Farabundo Marti anuncia o controle, pelo quinto dia consecutivo, de várias aldeias e estradas de El Salvador.

7
Domingo


Marchais reeleito

O 24.º Congresso do PCF termina com a reeleição de Georges Marchais no cargo de secretário-geral do partido e com a aprovação de uma resolução que define o PCF como um partido revolucionário, fiel à luta de classes ■ Fontes oficiais chinesas anunciam que o dirigente Deng Xiaoping deverá retirar-se da actividade política devido à sua avançada idade ■ A Polónia ameaça boicotar a conferência de Madrid sobre a Segurança e Cooperação na Europa se ali forem tratados assuntos internos do seu país, como pretendem os Estados Unidos ■ Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista de Espanha, denuncia em Madrid a existência de um "processo de direitização" de Espanha e propõe uma "mudança de governo que reflicta a actual composição do parlamento" ■O Partido Social Democrata alemão (SPD) afirma que "as chamadas eleições marcadas para 28 de Março – em El Salvador – são uma farsa que só pode servir para justificar posteriores acções militares contra a oposição".

8
Segunda-feira

As autoridades polacas anunciam a realização de um debate público sobre o futuro da actividade sindical no país, para o qual uma comissão governamental está a elaborar um documento base ■ É recuperado o míssil do tipo "Sindewinder" perdido (!) por um avião da Força Aérea norte-americana durante um voo de treino na Floresta Negra ■ São divulgados os resultados das eleições presidenciais na Costa Rica, que deram a vitória a Luís Alberto Monge, do Partido de Libertação Nacional; este partido ganhou igualmente as eleições para a Assembleia Legislativa, onde passará a dispor de 33 deputados contra 19 do Partido de Unidade, anteriormente no Poder ■ O governo canadiano anuncia a sua decisão de emprestar 600 milhões de dólares canadianos a empresas do país ligadas ao projecto de construção do gasoduto soviético trans-europeu; esta obra permitirá criar 16 mil postos de trabalho no Canadá, hoje a braços com cerca de um milhão de desempregados.

9
Terça-feira

Recomeça em Madrid a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, presidida pelo vice-ministro polaco dos Negócios Estrangeiros Josef Wiejacz. ■ Ronald Reagan formaliza a decisão de ordenar o recomeço do fabrico de armas químicas, ao mesmo tempo que apresenta o orçamento para 1983 em que se destina uma verba de 705 milhões de dólares para aquele tipo de armamento. ■ A ala política do Exército Republicano Irlandês (IRA) escolhe o seu sétimo candidato às eleições gerais de 18 de Fevereiro, o que lhe permite exigir o direito ao tempo de antena; o candidato é Joseph O'Connell, actualmente preso em Parkhurst.

Efeméride da Semana – No dia 7 de Fevereiro de 1965 a aviação dos Estados Unidos inicia os bombardeamentos aéreos ao Vietnam do Norte.

Internacional

Novas vitórias do povo de El Salvador
Crescente ingerência dos EUA

«A América Latina é vital para os Estados Unidos» – afirma-se textualmente num documento elaborado por uma comissão ligada à candidatura de Reagan, o Comité de Santa Fé. «A projecção do poder mundial dos EUA sempre assentou num Caraíbe cooperante e uma América Latina que facultou o seu apoio». As palavras são claras. A prática também. Em nome dessa «cooperação» e desse «apoio», o imperialismo americano procedeu a sucessivas agressões contra países da América Latina: em 1948 – Costa Rica; 1950 – Porto Rico; 1954 – Guatemala; 1955 – Costa Rica; 1961 – Cuba; 1962 – Guatemala; 1964 – Panamá e Colômbia; 1965 – República Dominicana; 1969 – Haiti; 1979 – Costa Rica. Isto para já não falar no papel desempenhado em golpes fascistas como o do Chile, e no apoio sistemático à ditadura de Somoza derrubada na Nicarágua.

Tantos esforços não estão a dar os ambicionados frutos: esse apoio «vital» da América Latina para que a Casa Branca possa ainda concretizar a ultrapassada ambição de domínio mundial. Cuba, a revolução sandinista na Nicarágua, a batalha contra a usurpação da zona do Canal do Panamá, a própria recusa de alinhamento por parte de muitos da América Latina, em acções de boicote ou ingerência, ou na pretendida criação de um bloco militar ligado à NATO no Atlântico Sul. Neste momento, o levantamento do povo de El Salvador contra a junta fascista apoiada por Washington, constitui preocupação central na Casa Branca, que considera a acção revolucionária do povo salvadorenho como um atentado aos seus interesses imperialistas, e teme – justamente – o alargamento e aprofundamento dos movimentos populares, nomeadamente na Guatemala, onde mesmo a feroz violência repressiva, que se salda numa média de 300 assassinatos por mês, se mostra inoperante face ao ascenso revolucionário no país.

Novas vitórias da Frente Farabundo Marti

Nos últimos dias de Janeiro as forças militares, ao serviço da Junta de El Salvador, sofreram um rude golpe. Um comando da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) destruiu, no aeroporto militar de Ilopango, perto da capital, vinte e oito aparelhos de combate aéreo, o que corresponde a cerca de 70 por cento das forças da aviação militar salvadorenha.

Simultaneamente a FMLN enviou ao presidente norte-americano Reagan uma carta propondo a realização de negociações com a junta sem condições prévias, a elaboração de uma agenda de discussões por acordo mútuo e a presença de representantes de governos estrangeiros como testemunhas, com a necessária informação ao povo salvadorenho sobre o processo de solução política do conflito. Até agora todas as propostas de diálogo têm falhado pela recusa da Junta em negociar sem condições prévias.

Aliando a acção política à acção militar, a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional lançou em Fevereiro intensa actividade guerrilheira que conduziu à ocupação de três cidades – Usulutan (a quarta maior cidade de El Salvador), Corinto e Nueva Trinidad, e isolamento de outras duas – San Miguel e Gotera, controlando simultaneamente as estradas e aldeias da zona.

O massacre prossegue em El Salvador. Chacina num bairro de São Salvador – San Antonio Abad. 27 pessoas assassinadas

A resposta dos EUA: mais armas

Se os EUA suspenderem o seu auxílio militar e económico a El Salvador «todas as esperanças de promover a democracia desaparecerão» – afirmou, nestes dias de ascenso da acção revolucionária do povo de El Salvador, o secretário de Estado adjunto para os assuntos interamericanos, Thomas Enders, que acrescentou – se El Salvador «cair como a Nicarágua, os interesses estratégicos dos Estados Unidos serão ameaçados, em particular o Canal do Panamá, as suas ligações marítimas e o seu abastecimento em petróleo».

Estas as razões, friamente enunciadas por Washington, para a matança de dezenas de milhar de salvadorenhos.

Para a concretizar, a Casa Branca decide o envio de mais armas. Um auxílio militar suplementar de urgência, no montante de 55 milhões de dólares, será rapidamente enviado à Junta. O Pentágono anunciou a entrega ao governo de El Salvador de aviões e transportes de tropas «C-123», de reconhecimento «O-2», bombardeiros ligeiros subsónicos e seis helicópteros – aparelhos de nível tecnológico superior a qualquer esquadrilha militar da América Central. Prevê-se igualmente um aumento do número de conselheiros militares norte-americanos em El Salvador, enquanto 1500 soldados salvadorenhos estão a ser treinados nos EUA.

Uma prática coerente com as recentes declarações de Haig – que afirmou que os EUA tudo farão para que as forças patrióticas não triunfem em El Salvador – e que se insere nos planos de Washington para tentar barrar caminho à luta armada de libertação nacional, planos que vão até à possibilidade de uma invasão armada do país. Por exemplo, o «Plano Beta» prevê a possibilidade de uma invasão norte-americana, como resposta ao «apelo» da Junta à Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo o jornal da RFA, «Frankfurter Allgemeine», o secretário de Estado norte-americano Haig «solicitou ao Pentágono a possibilidade de examinar acções militares em El Salvador, bem como contra Cuba e Nicarágua». Por outro lado está a ser constituído um «corpo de intervenção» com soldados da Guatemala, Honduras e El Salvador, sendo particularmente preocupantes as recentes notícias de que também o governo da Argentina teria sido contactado com tal objectivo.

Democracia... à americana

No mesmo dia em que anunciava o início da farsa eleitoral que deverá legalizar em Março a política terrorista praticada a nível oficial, a Junta fascista de El Salvador informava do prolongamento do estado de sítio, o que significa nomeadamente que na «campanha eleitoral» não serão permitidos quaisquer actos públicos.

Tão estranho conceito de democracia praticado num país que conta com o inequívoco apoio dos Estados Unidos é condenado mesmo pelo Partido Social-Democrata Alemão da RFA, que afirmou que as eleições marcadas par 28 de Março, em El Salvador, não passam de uma farsa. O presidente da Comissão de Relações Internacionais do SPD disse claramente que «as chamadas eleições marcadas para 28 de Março são uma farsa que só pode servir para justificar posteriores acções militares contra a oposição».

A consciência do monstruoso crime que está a ser cometido em El Salvador, com o apoio determinante de Washington, desenvolve-se também dentro dos Estados Unidos onde sábado passado, em São Francisco, cerca de seis mil pessoas se manifestaram contra o aumento das actividades militares dos EUA no mundo e em particular a ingerência em El Salvador, pedindo a transferência das despesas federais dos programas militares para programa sociais, a negociação de um acordo de desarmamento, o fim da ingerência em El Salvador.

Conferência de Viena
É possível o diálogo a todos os níveis

De 29 de Janeiro a 1 de Fevereiro realizou-se em Viena a Conferência Internacional «Diálogo sobre o desarmamento e o desanuviamento», em que estiveram representadas delegações de todo o mundo, de diferentes partidos políticos e de 4 organizações não-governamentais nacionais, regionais e internacionais, abarcando um total de 60 países. Presentes, nomeadamente, representantes de partidos da Internacional Socialista (Finlândia, Austrália, Nova Zelândia, Canadá) e uma numerosa delegação norte-americana, incluindo o congressista John Conyers.

A delegação portuguesa era composta pelo marechal Costa Gomes, da presidência do Conselho Mundial da Paz (que interveio na sessão de abertura), António Abreu, do PCP, Carlos Silva, do CPPC, Emídio Martins, da LOC e o padre Manuel Villas Boas, do executivo do Movimento «Não às Armas Nucleares em Portugal».

Muitas e diversas questões foram levantadas ao longo do debate, onde naturalmente se manifestaram opiniões diferentes sobre a situação internacional e a luta pela paz. A unanimidade foi total em relação a problemas tão fulcrais como a necessidade de impedir por todas as formas uma guerra mundial, a condenação da corrida às armas nucleares, o diálogo como único meio de resolver as questões internacionais, nomeadamente no que respeita às relações entre a União Soviética e os Estados Unidos.

No documento final saído da Conferência, são totalmente rejeitadas as teorias de uma guerra nuclear «limitada», assim como os planos de implantação de novos mísseis nucleares na Europa.

Os participantes pronunciaram-se pelo diálogo e a conclusão de acordos, como meio de superar situações internacionais e regionais difíceis e por outro lado avançar no processo de desanuviamento, tendo sido sublinhada a importância de prosseguir o processo SALT, e de eventuais progressos nas negociações de Viena e Madrid, esperando-se que a Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU consagrada ao Desarmamento, a realizar em Junho, se venha a saldar em medidas concretas a favor do desarmamento.

O que é necessário, afirma-se no documento final,

«— Não são os «programas de acumulação de armamentos» mas o desarmamento,

— não é a criação de novas armas nucleares, de neutrões, químicas e outras, mas a sua proibição.

— não é a expansão dos blocos militares existentes, mas a sua dissolução,

— a criação de zonas desnuclearizadas em diferentes regiões do mundo, e

— o desmantelamento das bases militares em território estrangeiro».

Em conclusão afirma-se no documento: «**É possível dialogar a todos os níveis,** o que contribuirá de forma significativa para a conclusão de acordos para garantir a paz e realizar o desarmamento».

Derrubar o Governo AD é também um contributo para a luta pela paz

«Face ao movimento de opinião que alastra na Europa, os Estados Unidos foram obrigados a sentar-se à mesa das negociações – afirmou em Viena o camarada António Abreu, do Comité Central, representante do PCP à Conferência Internacional "Diálogo pelo Desarmamento e o Desanuviamento". Mesmo que precárias, situações como esta, que se tem podido detectar ao longo das últimas semanas, não podem deixar de constituir um encorajamento para todos os que estão empenhados na batalha do desarmamento».

Referindo a forma como, no nosso país, o PCP encara a questão vital da luta pela paz, que em Portugal já une largos sectores da população, António Abreu destacou: «A acção de massas, a unidade, a informação da opinião pública, a pressão junto dos órgãos do poder, parece-nos ser a primeira condição para atingir os objectivos do nosso diálogo».

A não cedência nos princípios foi apontada como segunda condição – «**Pensamos que a melhor forma de garantir o sucesso dos esforços pela negociação é, em segundo lugar, não ceder nas questões fundamentais.** Pela nossa parte consideramos que é o imperialismo, e antes do mais o imperialismo americano e os círculos mais belicistas da NATO, o responsável da corrida aos armamentos e do agravamento das tensões internacionais. Consideramos que há um equilíbrio militar e uma correlação de forças que os Estados Unidos tentam romper em seu favor, para impor uma política de «diktat» aos outros países».

Por último, e **em terceiro lugar, «os portugueses contribuirão especificamente para os objectivos enunciados neste diálogo derrubando o mais rapidamente possível o governo da aliança reaccionária que desde há mais de dois anos governa tão mal o nosso país».**

Esta uma direcção fundamental da nossa luta, que traduz a ligação entre a batalha pela paz e a vida política em cada país. Como afirmou António Abreu, «consideramos que a nossa luta por uma viragem democrática em Portugal, levando ao derrube do governo reaccionário, contribuirá também para que o nosso país retome uma política externa de paz e de amizade com todos os povos e tenha uma participação positiva nos esforços internacionais para pôr fim à corrida aos armamentos».

edições Avante!

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

Conferência de Madrid
quem a quer boicotar?

O Encontro dos representantes dos Estados participantes da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, reiniciou os seus trabalhos dia 9 em Madrid. Recomeço que simultaneamente assenta, por um lado, numa base já concreta, anteriormente obtida, de aproximação de posições em questões fundamentais relativas às actas de Helsínquia, e por outro lado no desenvolvimento de mais uma tentativa por parte dos Estados Unidos de sabotar a reunião, desta vez recorrendo à provocação contra a Polónia e a comunidade socialista, colocando a questão da situação interna da Polónia em discussão, contra a própria acta de Helsínquia, contra o objectivo central do encontro, que é contribuir para um clima de desanuviamento na Europa, e não para um clima de tensão.

No encontro de Madrid já foi feito um trabalho assinalável. Obtiveram-se substanciais aproximações de posição. Está-se de acordo, em grande medida, numa questão-chave – a convocação de uma Conferência sobre as medidas a tomar para fortalecer a confiança, a segurança e o desarmamento na Europa. Em meados de Dezembro de 81 foi apresentdo por um grupo de países neutrais e não-alinhados uma iniciativa construtiva, com a apresentação oficial de um projecto de documento final que constitui uma base aceitável para conclusão dos trabalhos de acordo com os interesses fundamentais de todos os povos europeus, e não só, pois os resultados de Madrid, como a Acta de Helsínquia, dizem respeito, pelas suas consequências, aos povos de todo o mundo.

Base aceitável, com uma condição: a vontade política e o realismo por parte de todos os participantes.

E é exactamente isso que parece que falta.

O encontro de Madrid teve diversos prazos marcados para a conclusão dos trabalhos. Porquê a prorrogação sucessiva de tais prazos?

A verdade é que, se os Estados Unidos se viram por diversas vezes forçados a ceder, face à pressão dos países socialistas, dos países neutrais e não-alinhados, e até de alguns dos seus aliados da NATO, sempre que se vislumbrava a possibilidade de obter um acordo que significasse o êxito da Conferência, Washington avançava exigências inaceitáveis para os países socialistas, bloqueando as conclusões – numa acção de claro boicote à conclusão dos trabalhos.

E agora temos a Polónia

Haig deslocou-se expressamente ao reinício dos trabalhos da Conferência de Madrid (antes de vir ao nosso país, em vésperas da paralisação nacional de amanhã), depois de todo um trabalho preparatório, desenvolvido pela Casa Branca, para convencer o conjunto dos países da NATO a transformar a Polónia e a União Soviética em acusado... de defender o socialismo na Polónia.

Trata-se de uma – mais uma – inadmissível ingerência nos problemas internos da Polónia, condenada à partida pela própria Acta de Helsínquia, cuja concretização hoje se discute em Madrid, e que textualmente afirma, no seu capítulo VI: «Os Estados participantes abstêm-se de toda a intervenção, directa ou indirecta, individual ou colectiva, nas questões internas ou externas da competência nacional de outro Estado participante, independentemente das suas relações mútuas... Abstêm-se igualmente, em todas as circunstâncias, de qualquer outro acto de pressão militar ou política, económica ou outra, visando subordinar ao seu próprio interesse o exercício dos direitos inerentes à sua soberania de um outro Estado participante...».

Das sanções económicas à pretensão de levar a uma conferência para o desarmamento problemas internos de um Estado signatário, para já não falar de toda a acção de apoio à contra-revolução interna – vai toda uma série, uma longa série, de violações dos princípios estipulados em Helsínquia.

No banco dos réus, em Madrid, deveria sem dúvida estar a administração Reagan.

Mas não é esse o objectivo de Madrid. E a sua adulteração só interessa ao imperialismo. O objectivo de Madrid é defender e desenvolver o desanuviamento num continente onde hoje o Pentágono admite – contra a maciça vontade expressa dos seus povos – a possibilidade de uma guerra nuclear «limitada». É isso que se pretende levar avante. É isso que o imperialismo – recorrendo a todos os pretextos e provocações – pretende evitar.

Uma política condenada

A posição de boicote sistemático assumida em Madrid pelos EUA está inteiramente de acordo com a política global que está a desenvolver a nível internacional.

Novo e importante aumento dos programas nucleares, nomeadamente militares, é pedido pelo presidente Reagan, em detrimento de domínios tão importante como o estudo da energia solar e da conservação de energia, enquanto se acentua a venda de equipamentos militares à Arábia Saudita, Tailândia, Turquia e Filipinas.

A recente proposta soviética de desarmamento, avançada por Leonid Brejnev, numa reunião com representantes do Conselho Consultivo da Internacional Socialista, foi rejeitada pelos Estados Unidos. A proposta soviética apontava para a eliminação total, por ambas as partes, de todo o tipo de armas nucleares, tanto de alcance médio como tácticas, na Europa. Podendo entretanto proceder-se por etapas, começando por acordar uma redução mútua significativa dos meios nucleares de alcance médio, por exemplo reduzir três vezes, ou mais, a quantidade actual destas armas, até 1990. Em caso de aceitação dos Estados Unidos, a União Soviética reduziria já, unilateralmente, uma parte das suas armas de médio alcance na região europeia.

Os Estados Unidos não estiveram de acordo. Face ao conteúdo desta – como de outras – proposta soviética, só se pode concluir que não estão de acordo por que isso iria, inevitavelmente, contra as suas pretensões de superioridade militar e domínio mundial, tão claramente expressa pelo secretário de Estado da Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, quando em Março passado defendeu uma «estratégia que nos dê claras vantagens em relação aos pontos vulneráveis soviéticos».

Esta política está entretanto a esbarrar com sólida oposição mesmo de governos aliados e partidos no poder em Estados da NATO. Guenter Gaus, conselheiro do comité para assuntos internacionais do Partido Social-Democrata da RFA, acusou a administração Reagan de defender um conceito de ofensiva contra a União Soviética. Dirigentes do SPD decidiram requerer a um próximo congresso o adiamento da decisão sobre a instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos em países da NATO, nomeadamente na RFA, enquanto a organização da juventude do SPD se opõe claramente à instalação de tais mísseis.

Nesta complexa e perigosa situação internacional, uma conclusão positiva de Madrid constituiria mais um contributo, e um incentivo, para o gigantesco movimento contra a política belicista de Washington e dos mais agressivos círculos da NATO, que se desenvolve por todo o mundo, e em particular na Europa.

Defender a maternidade como acto livre consciente e responsável

— objectivo de 3 projectos-lei do PCP

Três projectos de lei foram recentemente apresentados na Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Três projectos que são afinal uma proposta apenas, visando defender a maternidade como acto livre, consciente e responsável, respondendo aos anseios da mulher no sentido da plena consagração dos seus direitos.
Este conjunto de iniciativas legislativas do PCP sobre Protecção e Defesa da Maternidade, sobre a garantia do direito ao Planeamento Familiar e sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, vão muito mais longe do que a direita pretende fazer crer, pretendendo reduzi-los a um mero diploma legalizando o aborto. Não é disso (apenas) que se trata nos projectos comunistas que, no fim de contas, pretendem consolidar os direitos da mulher e do casal e concretizar um direito fundamental da criança — ser desejada ao nascer.
Sobre estes projectos ouvimos a camarada Zita Seabra deputada do PCP que nos falou sobre os aspectos gerais destas iniciativas que já estão a dar que falar.

entrevista com Zita Seabra

«Avante!» — Os projectos de lei que o PCP entregou na Assembleia da República estão já a ter uma repercussão grande. No fuicro da questão parece estar o problema do aborto, a interrupção voluntária da gravidez, projecto que o próprio Presidente da AR começou por recusar-se a aceitar, alegando «objecção de consciência». Porquê três projectos diferentes e não um só?
Zita Seabra — Embora sejam na realidade três projectos de lei formalmente autónomos são indissociáveis. Digo indissociáveis porque, cada um a seu modo, convergem na defesa da maternidade como acto livre, consciente e responsável. Para tanto é fundamental criar condições de apoio às mães e às crianças e desenvolver o planeamento familiar. A interrupção voluntária da gravidez é pois encarada como um último recurso.
«A» — Há quem se interrogue: porquê só agora a apresentação destes projectos de lei, quando os problemas que eles visam resolver são sentidos há muito?
Z.S. — É verdade que em Portugal estamos atrasados, e muito, em relação à Europa e ao mundo. Basta dizer, por exemplo, quanto à questão da interrupção voluntária da gravidez, continuamos a ter uma das mais atrasadas legislações a nível internacional. Somos um dos poucos países no mundo que o proíbe terminantemente. Mas a preparação destes projectos demorou tempo. É resultado de um estudo aprofundado, de uma reflexão colectiva. E a apresentação desta iniciativa legislativa não esgota o processo.Em nossa opinião deve abrir-se um amplo debate nacional à volta destas questões. Os projectos não têm a pretensão de apresentar soluções únicas.
«A» — Mas não haverá riscos de deformação das propostas do PCP, a partir de forças que não estão interessadas em ceder, à força de preconceitos, apoiadas em órgãos de comunicação social enfeudados à direita?
Z.S. — Com certeza que esses riscos existem. E que o esclarecimento das nossas propostas deve ser feito.Trata-se de propostas audaciosas, que só um Partido como o PCP, profundamente implantado nas massas, atento aos seus anseios e conhecendo profundamente os seus problemas podia ter concretizado. Trata-se de projectos que visam proteger um direito fundamental do cidadão.

A criança tem o direito de ser desejada

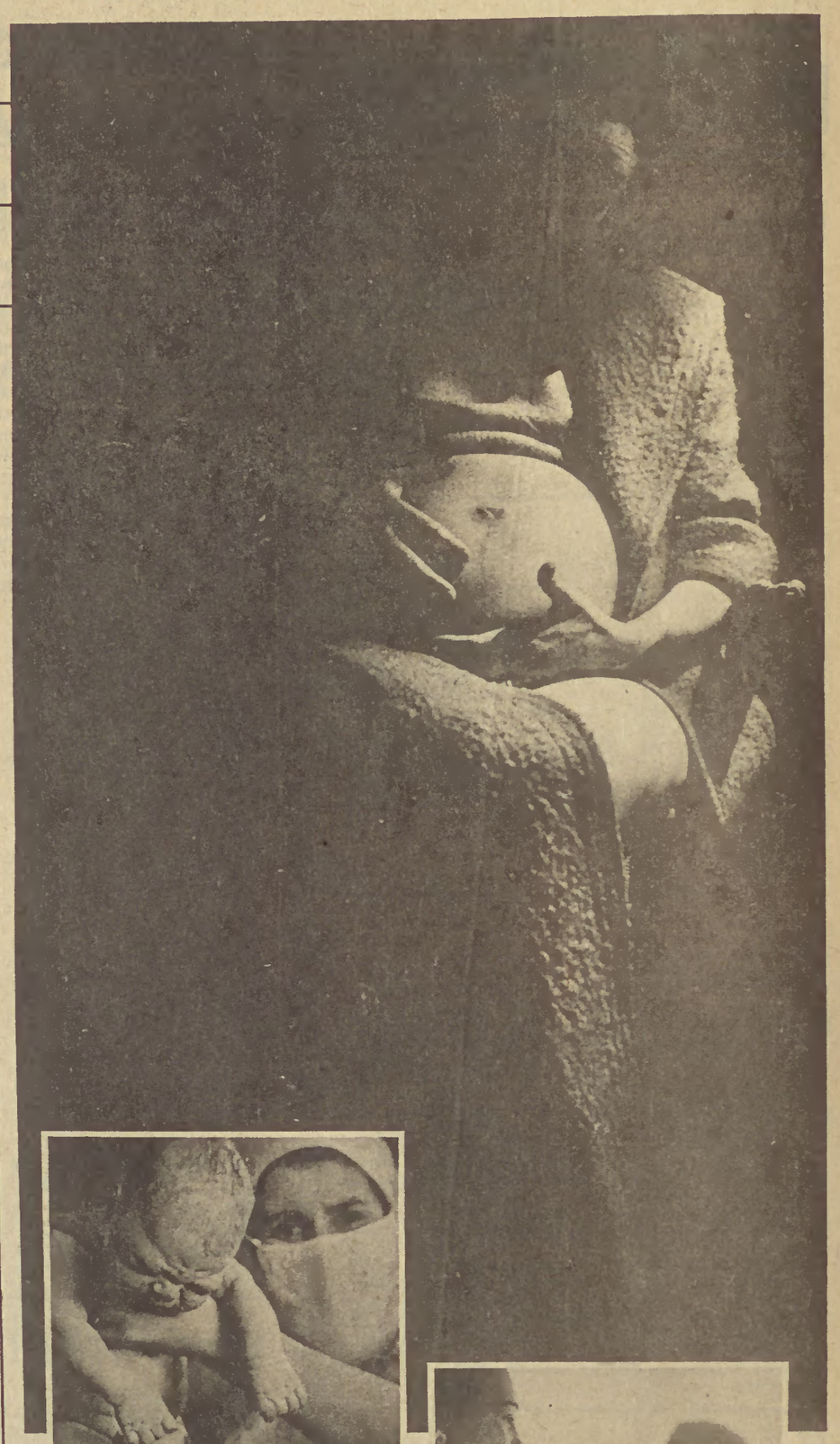
«A» — Com especial incidência nos direitos específicos das mulheres...
Z.S. — Não exclusivamente. Quando propomos a defesa da maternidade como acto livre e consciente, quando propomos pôr fim ao aborto clandestino, quando propomos que os cidadãos possam vir a estar em condições de escolher o número de filhos que desejam, o momento em que os desejam e o intervalo que querem entre cada um deles, estamos não só a preencher uma gravíssima lacuna no nosso ordenamento jurídico, mas a defender os interesses da mulher e do homem. E também da criança, que deve ser desejada.
«A» — Como?
Z.S. — O melhor é explicar cada projecto. Começando pelo que visa a protecção e defesa da maternidade. Pensamos que a maternidade deve ser encarada como um acto livre, consciente e responsável e que cabe ao Estado assegurar o apoio à criança que vai nascer, à mãe na sua função biológica de dar vida, aos pais na criação das condições sociais e humanas para o filho.
«A» — Mas a protecção da maternidade é já consagrada em lei.
Z.S. — Claro. A protecção da maternidade, no que ela tem de biológico — gravidez, parto, amamentação —, é um objectivo que ninguém hoje põe em questão.Mas importa ainda aperfeiçoar o quadro legal que existe.
Entretanto a protecção da maternidade no seu aspecto social exige medidas inovadoras.
«A» — Inovadoras?
Z — Sim, medidas que permitam à mulher ser mãe e simultaneamente realizar-se profissionalmente e participar na vida cívica do País.
«A» — Está aí o carácter audacioso do projecto?
Z — Os três projectos apresentam características inovadoras. Neste caso prevêem-se medidas de aperfeiçoamento da protecção legal da maternidade que não impeçam a mulher de se realizar profissionalmente, que não a afastem do trabalho e da vida cívica e social, condenando-a ao trabalho exclusivamente doméstico. O Estado deve assumir responsabilidades para que a mulher possa realizar-se como mãe e simultaneamente como trabalhadora.É bem difícil em Portugal ser-se mãe e simultaneamente cidadã...

A mulher portuguesa aspira à realização profissional

«A» — Mas isso pressupõe que a mulher portuguesa sinta, por sua parte, necessidade de ser profissionalmente activa...
Z — Só os partidos reaccionários pretendem continuar a condenar a mulher ao atraso e à subalternidade. E, apesar do quadro constitucional se referir explicitamente à articulação entre o estatuto da mulher enquanto mãe e os seus direitos no campo da realização profissional e participação cívica, o Estado continua a não garantir essa articulação. A mulher é fortemente penalizada por o Estado não assumir as suas obrigações, o que tem consequências gravosas.
Apesar de tudo, e isto para responder à questão colocada, um levantamento de números que fizemos revela, da parte da mulher portuguesa, um inegável anseio de realização profissional. A taxa de actividade feminina não tem cessado de crescer, apesar de isso representar dificuldades e sacrifícios. De 32,4 por cento em 1974 passou para 35 por cento em 1980 e 37,1 por cento no 1.º semestre de 1981.
«A» — Que medidas adoptar?
Z — As medidas que propomos no primeiro dos projectos são de três domínios — cuidados de saúde; condições de trabalho; segurança social. Todas elas procuram dar resposta à situação existente.
Para dar uma ideia da deficiência dos cuidados de saúde que temos, apenas alguns números: a assistência durante a gravidez só foi assegurada em 24 por cento dos casos em 1979. Apesar de o parto hospitalar ter sido grandemente incrementado depois do 25 de Abril, em 1978 realizaram-se ainda 47 923 partos no domicílio, o que corresponde a 31,5 por cento dos casos, e 18 018 sem assistência, o que representa em alguns distritos 64 por cento do total.E recordo que, na maior maternidade da Europa, a «Alfredo da Costa», em Lisboa, o internamento é, em média, de 24 horas, contra cerca de 10 dias, que é o que se verifica noutros países.
«A» — Tristes recordes...
Z — Em matéria de tristes recordes, temos mais. Temos o maior número de crianças que nascem deficientes, em relação à Europa. O que resulta fundamentalmente das más condições de assistência na gravidez e no parto.
Entre as medidas que propomos — e que pressupõem a criação e funcionamento de um Serviço Nacional de Saúde — salientamos: o direito à mulher grávida a efectuar um exame médico pré-natal gratuito em cada mês, assegurando-se ao pai os exames necessários para benefício da mulher e da criança; a criação do boletim de saúde da grávida; definição de incumbências dos centros de saúde relativamente às grávidas e às crianças; garantia de horários de consulta pré-natal; direito de vigilância médica para a criança durante o primeiro ano de vida; gratuitidade de todos os cuidados referidos; definição dos deveres do Estado para assegurar a realização dos direitos previstos.
«A» — E no domínio das condições de trabalho?
Z — Nesse domínio, as nossas propostas têm em conta a necessidade de evitar o agravamento das dificuldades na concretização do direito ao trabalho e à promoção profissional das mulheres. De sublinhar o facto de atribuirmos exclusivamente à mulher aqueles direitos que decorrem da maternidade encarada no seu aspecto de função reprodutora, enquanto que os restantes direitos são conferidos indiscriminadamente a qualquer dos progenitores...

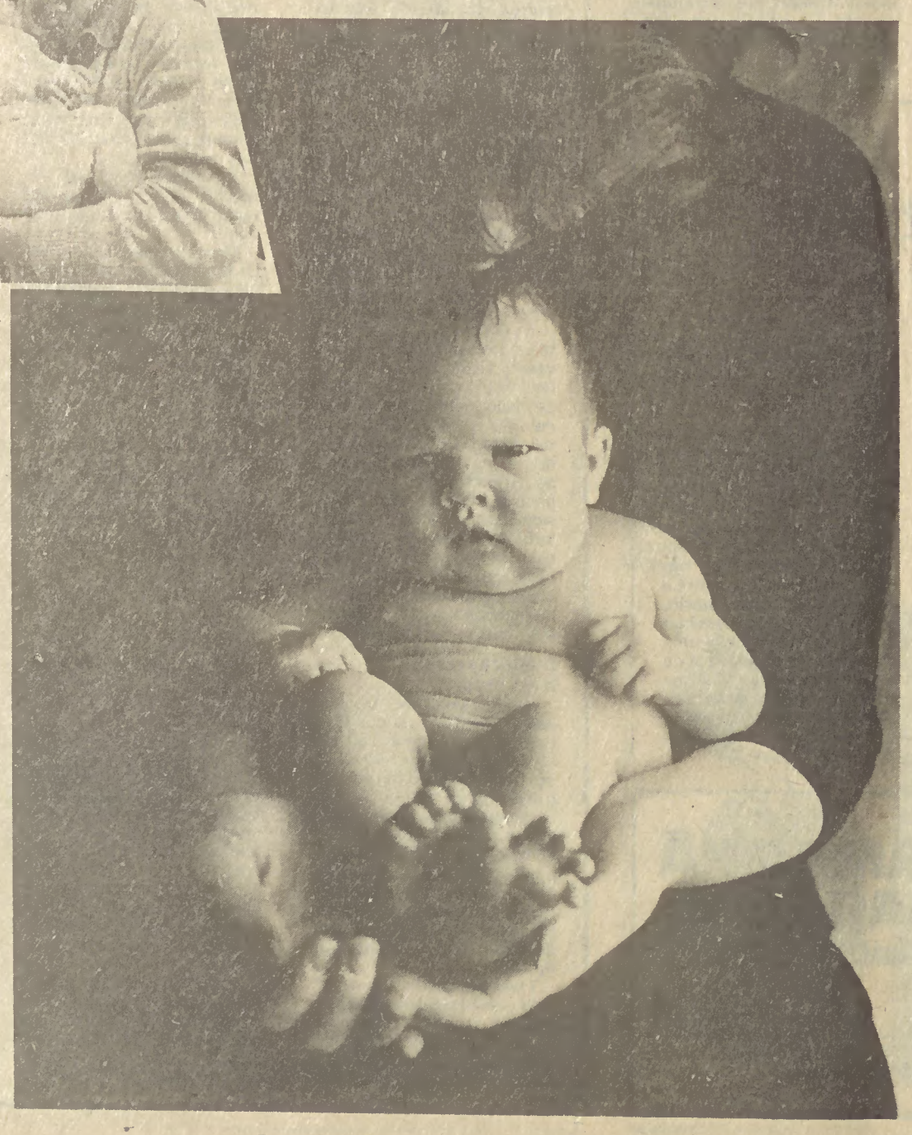
Alargar direitos dos pais

«A» — Por exemplo?
Z — Por exemplo o direito de faltar ao emprego até 15 dias por ano para prestar assistência na doença aos filhos; esta é apenas uma das várias medidas que propomos e que são direitos atribuídos a ambos os progenitores. Um dos direitos atribuídos à mãe e que também sublinhamos, é o alargamento da licença por maternidade para 120 dias — 30 dos quais antes da data presumível do parto.
«A» — Obrigatoriamente?
Z — Obrigatoriamente.Em muitos casos as mulheres continuam o seu trabalho, penosamente, até ao dia do parto, querendo aproveitar o máximo do tempo da licença de três meses para cuidar da criança.Também propomos medidas que visam proteger a mãe nos meses a seguir ao parto, como por exemplo o direito a não desempenhar, durante 7 meses após o parto, tarefas clinicamente desaconselháveis.
No domínio da segurança social, para além de se prever no projecto o alargamento do período de atribuição de subsídio de maternidade e o reconhecimento desse direito às trabalhadoras independentes ou desempregadas, pretende-se que o Estado implemente uma rede de equipamentos de apoio à infância — creches e jardins de infância, prevendo-se o reforço de meios financeiros para tal.
«A» — Reforçar os meios financeiros de que modo!
Z — Propomos que as empresas que empreguem mais de 100 trabalhadores ou tenham uma facturação anual superior a 50 mil contos paguem uma contribuição adicional, igual a meio por cento, isentando-se as empresas que possuam creches correctamente dimensionadas e apetrechadas.
«A» — Não é de recear que assim as empresas passem a empregar menos mulheres?
Z — Pensámos nisso. É por isso que não se distingue no projecto entre empresas que tenham maior número de trabalhadoras que de trabalhadores. É a comunidade e é o Estado que devem assumir as suas obrigações em relação à função social que é a maternidade.
«A» — E quanto ao Planeamento Familiar?
Z — Consideramos o Planeamento Familiar um direito fundamental: o cidadão tem o direito de decidir ter ou não ter filhos e, se os quer ter, quantos filhos deseja, quando os deseja. Por outro lado, consideramos que o primeiro direito da criança é o de ser desejada pelos pais. A própria Constituição estipula que cabe ao Estado promover pelos meios necessários a divulgação dos métodos de planeamento familiar.
«A» — As estruturas actualmente existentes têm correspondido à procura de consultas, no que toca ao planeamento familiar?
Z — Já não correspondem às necessidades. O uso de contraceptivos e a procura de consultas aumentaram enormemente. Um inquérito promovido pelo INE revela que grande número de mulheres, embora seguindo métodos contraceptivos, não pediram ajuda ou conselho, ou não sabem onde dirigir-se. O Governo 'AD' desenvolve uma ofensiva para impedir a expansão das estruturas públicas, proibindo o acesso dos jovens ao planeamento familiar...
«A» — ... e suprimindo a educação sexual dos programas escolares...
Z — Sim. Por outro lado verifica-se que a adolescência é o único grupo etário em que a taxa de natalidade vem aumentando, fenómeno acompanhado do crescente recurso ao aborto clandestino. Nos programas das escolas, hoje, o corpo humano voltou a ser considerado como formado unicamente por cabeça, tronco e membros... O nosso projecto preconiza que, tendo em conta os diferentes níveis de ensino, sejam ministrados nas escolas conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, reprodução e sexualidade humanas, aos docentes deve ser assegurada a necessária preparação.



Cerca de 300 mil abortos por ano

«A» — Abrir a possibilidade legal de recorrer ao aborto é uma medida que se enquadra no planeamento familiar?
Z — Não o encaramos desse modo. Ao apresentar um projecto sobre a interrupção voluntária da gravidez, o que pretendemos é pôr fim ao aborto clandestino e é, ainda, defender a maternidade como acto livre e consciente. Recorrer à interrupção voluntária da gravidez surge como último recurso. Mas é um recurso que, praticado clandestinamente como o é, causa graves danos na mulher. Basta dizer que de meia em meia hora, entra nos hospitais centrais de Lisboa, Porto e Coimbra, uma mulher em consequência de aborto que correu mal.
«A» — É um número elevado...
Z — Não há estatísticas rigorosas. Mas são vulgarmente citados números que vão de 100 mil a 300 mil abortos clandestinos praticados em Portugal em cada ano.
«A» — Apesar da lei.
Z — Apesar da lei. De resto, esta lei, ou melhor, o Artigo 358.º do Código Penal, aprovado em 1886, proíbe todas as formas de aborto provocado, mesmo o que se destine a salvar a vida da mulher. No entanto o número de condenações registadas por aborto, nos tribunais, tem decrescido significativamente.Em 1979, registaram-se duas.
«A» — Então por quê a necessidade de uma nova lei?
Z — Porque a consequência fundamental desta proibição é remeter para a clandestinidade quem recorre ao aborto, que é feito à margem das regras adequadas de saúde, segurança e humanização, provocando mortes, lesões graves da saúde da mulher. A situação das jovens menores reveste-se de particular gravidade, pois os casos mais graves de complicações pós-aborto dizem respeito a adolescentes, culminando muitas vezes em morte, esterilidade, irreparáveis sequelas físicas.
Além do mais — além de constituir um negócio sórdido tal como é práticado, e altamente rendoso — o aborto clandestino reveste um marcado carácter de classe. Enquanto as mulheres economicamente favorecidas beneficiam de cuidados médicos (e de condições legais no estrangeiro), são as mulheres de menores posses económicas — camponesas, operárias, empregadas — que interrompem a gravidez em piores condições de saúde e segurança, correndo perigos físicos e riscos de repressão.
«A» — Mas o facto de propor a consagração legal da interrupção voluntária da gravidez não vai ofender sentimentos religiosos?
Z — Essa consagração legal não cria nenhuma obrigação aos que, pelas suas convicções religiosas ou filosóficas, não pretendam usufruir desse direito. O que se suprime é o impedimento legal a que cada um possa decidir segundo a sua consciência.
«A» — Mas a legalização da interrupção voluntária da gravidez não representará afinal a recusa da maternidade?
Z — Não se pode colocar a questão desse modo. O que defendemos é a maternidade e a paternidade **livre** e **consciente** como um direito fundamental dos cidadãos. O projecto consagra esse princípio e repudia, por um lado as concepções culpabilizadoras e humilhantes da mulher e dos casais que se vêm forçados a recorrer ao aborto, rejeitando, por outro lado, as teorias dos que consideram a recusa da maternidade como uma forma de emancipação e libertação da mulher.

A decisão cabe à mulher

«A» — Então o PCP será a favor, pelo menos, da despenalização...
Z — Também não é isso o que se propõe. O que há é que preservar a saúde da mulher, atender à dimensão social da maternidade e contribuir para pôr fim ao uso tradicional do aborto como meio de controlo dos nacimentos. Propõe-se, portanto, a **legalização** da interrupção da gravidez em certas condições.
«A» — Quais?
Z — Quando a gravidez tenha resultado da violação ou de outro crime contra a liberdade sexual da mulher; quando a continuação da gravidez, o parto, ou uma nova maternidade sejam susceptíveis de causar séria lesão física ou psíquica da mulher; quando haja riscos sérios de o nascituro sofrer de grave doença ou malformação; quando a mulher, em razão da situação familiar ou de grave carência económica, esteja impossibilitada de assegurar ao nascituro condições razoáveis de subsistência e educação ou a gravidez seja susceptível de lhe criar uma situação social ou economicamente incomportável. Por outro lado, cria-se uma restrição: a interrupção só pode ter lugar nas 12 primeiras semanas, sempre sob a direcção de um médico e exclusivamente em estabelecimento público ou privado que preencha requisitos de qualidade e eficácia.
«A» — E se houver médicos que, por razões de consciência não queiram intervir num processo de interrupção?
Z — Prevê-se também esse caso: reconhece-se o direito de objecção de consciência dos médicos e demais profissionais de saúde em relação às actuações directamente ligadas à interrupção voluntária da gravidez. Entretanto garante-se que os serviços públicos de saúde autorizados sejam organizados de modo em que a capacidade de resposta às solicitações não seja neutralizada.
«A» — Finalmente: a quem cabe, em última instância, a decisão da interrupção da gravidez?
Z — À mulher, naturalmente. Se se tratar de menor solteira, o pai ou a mãe, segundo indicação da menor, devem ser informados do pedido, tendo em vista a prestação do auxílio a que a menor tem direito. Outra medida a sublinhar: é garantido o sigilo em todo o processo. E, é claro, o Artigo 358.º do Código Penal será revogado.